



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Departamento de Ciências Econômicas
Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial – MDPT

MARIA DAS GRAÇAS SOUZA PIMENTEL

ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E
A POLÍTICA INDUSTRIAL EM GOIÁS (1985 – 2007)

GOIÂNIA-GO

2013

MARIA DAS GRAÇAS SOUZA PIMENTEL

**ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E
A POLÍTICA INDUSTRIAL EM GOIÁS (1985 – 2007)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial.

Orientadora: Prof. Dra. Marcia de Alencar Santana

GOIÂNIA-GO

2013

PIMENTEL, Maria das Graças Souza.

Atração de Investimentos e a Política Industrial em Goiás: 1985-2007 Maria das Graças Souza Pimentel-2011 124 fl.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Departamento de Ciências Econômicas, 2013.

Orientador: Prof^a. Marcia de Alencar Santana

1. Atração de investimentos.
2. Política industrial.
3. Desenvolvimento regional.

MARIA DAS GRAÇAS SOUZA PIMENTEL

**ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E
A POLÍTICA INDUSTRIAL EM GOIÁS (1985 – 2007)**

Dissertação defendida e aprovada em _____ de _____ de _____,
pela Banca Examinadora constituída pelos professores.

Orientador: Prof^a. Dra. Marcia de Alencar Santana
Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Prof. Dr. Jeferson de Castro Vieira
Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Prof. Dr. João Batista de Deus
Universidade Federal de Goiás

DEDICATÓRIA

Ao meu pai, João Teixeira, e a minha mãe, Geralda Julia, que contribuíram para o acesso a esta oportunidade. Aos meus filhos, Maria Julia e Heitor, pela colaboração. Em especial a Deus, pela força e coragem para enfrentar desafios.

AGRADECIMENTOS

À professora Marcia de Alencar, orientadora deste estudo, pela paciência e apoio em momentos de dificuldades durante a execução do trabalho, não se eximindo de sua exigência em relação à qualidade da presente dissertação. Muito obrigada!

Aos professores e professoras do Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial, que contribuíram de alguma forma para a elaboração deste trabalho. Em especial ao então coordenador do curso, professor Aristides Moysés, pelo incentivo para iniciar o curso, e aos professores Jeferson e João de Deus, por participarem da banca de qualificação e defesa.

Ao professor Sérgio Castro, pela orientação no sentido de melhor compor o meu trabalho.

Aos funcionários do Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Territorial, pela boa vontade com que sempre me atenderam.

Às colegas e aos colegas do Mestrado, pelas discussões sempre proveitosas.

Aos integrantes do projeto Contas Regionais e Municipais, coordenado pelo IBGE, pelas discussões que me proporcionaram conhecimento e serviram de base para a construção deste estudo. Aos colegas Marcos Arriel, Rafael e Edwiges, funcionários da SEGPLAN, ao Júlio Pascoal, da SIC, pelo apoio e fornecimento de bibliografias, documentos e dados estatísticos que muito contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa, especialmente pelo pronto atendimento às minhas dúvidas.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
ACIEG – Associação Comercial e Industrial do Estado de Goiás
ADIAL – Associação Brasileira Pró-Desenvolvimento Sustentável Regional
ALEXSTAR – Indústria Farmacêutica
APL – Arranjos Produtivos Locais
APLS – Arranjo Produtivo Local Sustentável
APVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
BCA (depois BASA) – Banco de Crédito da Amazônia
BD/GO – Banco de Desenvolvimento de Goiás
BEFLEX – Programas especiais de exportação
BEG – Banco do Estado de Goiás
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A.
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
C&T – Ciência e Tecnologia
CD/FOMENTAR – Conselho Deliberativo
CDE – Conselhos de Desenvolvimento dos Estados
CDI – Conselho de Desenvolvimento Industrial
CIBAMABEL – Campanha de Produtos Alimentícios
CIVAT – Comissão Integrada do Vale Araguaia-Tocantins
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
COMEXPRODUZIR – Apoio ao Comércio Exterior no Estado de Goiás
CONDEL/FCO – Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
DAG – Distrito Agroindustrial de Goianira
DAIA – Distrito Agroindustrial de Anápolis
DAIAG – Distrito Agroindustrial de Aparecida de Goiânia
DAIAGO – Distrito Agroindustrial de Goianésia
DAIJA – Distrito Agroindustrial de Jataí

DAIM – Distrito Agroindustrial de Mineiros
DARV I – Distrito Agroindustrial de Rio Verde
DARV II – Distrito Agroindustrial de Rio Verde
DI – Distrito Industrial
DIAB – Distrito Agroindustrial de Bom Jesus de Goiás
DIAGRI – Distrito Agroindustrial de Itumbiara
DIAL – Distrito Agroindustrial de Luziânia
DIAM – Distrito Agroindustrial de Morrinhos
DIMIC – Distrito Minerio-Industrial de Catalão
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
EMATER – Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAER – Empresa Brasileira de Aeronáutica
EMBRAPA/CPAC – Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado
EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo
EMCIDEC – Empresa Estadual de Ciências, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico-Social.
EMGOPA – Empresa Agropecuária do Estado de Goiás
EMEGÊ – Moinhos Goiás
EPAMIG – Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais
EUA – Estados Unidos da América
FBC – Formação Bruta de Capital
FBC – Fundação Brasil Central
FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FEICON – Fundo de Expansão da Indústria e Comércio do Estado de Goiás
FIND – Fundo de Industrialização
FINOR – Fundo de Investimento do Nordeste
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNE – Fundos de Financiamento do Nordeste
FNO – Fundos de Financiamento do Norte
FOMENTAR – Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás
FUNDECI – Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FUNTEC – Fomento a Inovações de Empresas de Fundo Tecnológico
FUNTEL – Fundo Tecnológico BNDES

GOIASINDUSTRIAL – Companhia de Distritos Industriais de Goiás

IBDF – Empresa Brasileira de Reflorestamento

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

ICT – Instituto de Ciência e Tecnologia

IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IMB – Instituto Mauro Borges

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano

IQUEGO – Indústria Química do Estado de Goiás

IR – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica

ISS – Imposto Sobre Serviços

ITAMBE – Cooperativa Central de Produtos Rurais de MG

IVC – Imposto Valor Consignado

LIT – Lei de Inovação Tecnológica

LOGPRODUZIR – Apoio à Instalação e Expansão de Empresas Operadoras de Logística de Distribuição de Produtos no Estado de Goiás

METAGO – Metais de Goiás S/A

MGE – Média e Grande Empresa

MICROPRODUZIR – Subprograma de Apoio a Micro e Pequena Empresa do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Industriais

MINTER - Ministério do Interior

MPME – Micro e Pequena e Média Empresa

MRCS – Microrregião Centro Sul

MRMGG – Microrregião do Mato Grosso Goiano

MRNN – Microrregião do Norte e do Nordeste

MRNN – Microrregião Norte Nordeste

NGE – Nova Geografia Econômica

NITS – Núcleo de Inovações Tecnológicas

OEA – Organização dos Estados Americanos

OLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

PADAP – Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba

PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo

PD – Plano Diretor

PDP – Política de Desenvolvimento Produtivo

PDTI – Programas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial

PI – Política Industrial

PIB – Produto Interno Bruto

PID – Política Industrial Desenvolvimentista

PIN – Programa de Integração Nacional

PITCE – Política Industrial de Tecnologia e Comércio Exterior

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento Regional

PNDR – Plano de Desenvolvimento Regional

POLOAMAZÔNIA – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas da Amazônia

POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

POLONOROESTE – Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil

PROAGRO – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados

PRODIAT – Programa de Desenvolvimento Integrado do Araguaia-Tocantins

PRODOESTE – Programa de Desenvolvimento da Região Sudoeste de Tocantins

PRODUZIR – Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás

PROFIR – Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação.

PRONI – Programa Nacional de Irrigação

PRONOR – Programa de Desenvolvimento do Nordeste Goiano

PRONORDESTE – Programa de Desenvolvimento Integrado do Nordeste Goiano

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria

PUC – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

PROVALE - Programa Especial de Desenvolvimento para a Área do Rio São Francisco

PROVARZEAS – Programa Nacional para Aproveitamento de Várzeas Irrigáveis

PSI – Programa Setorial Integrado

RMG – Região Metropolitana de Goiânia

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequena Empresas...

SEGPLAN – Secretaria de Planejamento de Goiás

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEP – Sistema Eletrônico de Protocolo
SESC – Serviço Social de Comércio
SESI – Serviço Nacional da Indústria
SIC – Secretaria de Indústria e Comércio
SLP – Sistemas Locais de Produção
SPVERFS – Superintendência de Valorização da Fronteira Sudoeste do País
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUDEPE – Superintendência de Desenvolvimento da Pesca
SUDESUL – Superintendência de Desenvolvimento do Sul
SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus
SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus
Sul DESUL – Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul
SUVALE – Superintendência do Vale do São Francisco
TECNOPRODUIR - Polo de Serviços Tecnológicos Avançados do Estado de Goiás
TEG-Teoria do Equilíbrio Geral
TELEPRODUIR – Incentivo e Apoio ao Serviço de Telecomunicação
UCG – Universidade Católica de Goiás
UFG – Universidade Federal de Goiás
VA – Valor Adicionado
VTI – Valor Total da Indústria

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Síntese das principais Teorias Econômicas da Economia Regional.....	35
QUADRO 2 – Síntese dos programas de governo	64
QUADRO 3 – Histórico dos benefícios fiscais em Goiás	66
QUADRO 4 – Usinas do tipo Uhe (Usina Hidrelétrica de Energia) em operação - Goiás, 2007.....	84
QUADRO 5 – Distritos agroindustriais sob gestão da GOIASINDUSTRIAL - Posição: Julho/2007.....	88
QUADRO 6 – Faturamento do setor industrial, com expressiva concentração espacial.....	93
QUADRO 7 – Principais municípios industriais e sua respectiva classificação quanto à capacidade de polarização.....	99

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Goiás: composição percentual da renda interna	50
TABELA 2 – Crédito rural de custeio em Goiás: número de contratos	50
TABELA 3 – Goiás: área acolhida e produção das principais culturas (1000 Ha e 1000 Ton)	51
TABELA 4 – Variação anual média do PIB do Brasil e de São Paulo 1970-1980 (%)	53
TABELA 5 – Participação regional no PIB total (Brasil = 100%) 1939-2004.....	54
TABELA 6 – Participação do valor da transformação industrial e pessoal ocupado nas grandes regiões geográficas do Brasil – 1970/2009.....	55
TABELA 7 – Composição percentual da renda interna	69
TABELA 08 – Distribuição de recursos em fruição pelo programa PRODUZIR nas microrregiões e Metade Norte/Sul de Goiás (em R\$ 1.000 e valores atualizados para 2010) e empregos gerados	73
TABELA 09 – Contratos e financiamentos da Goiás-Fomento – 2002-2007	77
TABELA 10 – BNDES - desembolso de recursos para Goiás - 1999-2007	79
TABELA 11 – Goiás e Centro-Oeste: contratações por programa com recursos do FCO - 1989 a 2008.	80
TABELA 12 – Extensão de rodovias em Goiás – pavimentadas (km) – 1990-2011	82
TABELA 13 – Goiás, Centro-Oeste e Brasil: extensão de linhas da rede ferroviária – 2006-2007.	82
TABELA 14 – Goiás: balanço energético – 1998, 2000, 2005-2008.....	85
TABELA 15 – Acessos móveis em operação do serviço móvel celular: Goiás, Centro-Oeste e Brasil – 2000-2007.....	86
TABELA 16 – Indicadores de polarização e produção dos municípios goianos classificados como subpolos.....	95
TABELA 17 – Indicadores de polarização e produção dos municípios goianos com maior capacidade de polarização – 2007	97
TABELA 18 – Participação do Produto Interno Bruto das Unidades da Federação e Grandes Regiões do Brasil – 1985-2007	102
TABELA 19 – Goiás: valor adicionado por atividades econômicas – 2002-2009 ...	103

TABELA 20 – Goiás: número de empregos formais – 1995, 2000, 2005-2008.....	104
TABELA 21 – Rendimento médio nominal segundo setores de atividades econômicas em Goiás – 2000-2007.....	105
TABELA 22 – Flutuação do nível de emprego por atividade econômica em Goiás- 2007.....	105
TABELA 23 - Ranking dos vinte maiores municípios em IDH-M em Goiás – 1991 e 2000	106

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Analytical framework of industrial policy	27
Figuras 2 – Determinantes da competitividade sistêmica para a nova política industrial	30
Figura 3 – A logística de transporte em Goiás	83
Figura 4 – Localização e polarização das principais atividades industriais em Goiás	94
Figura 5 – Cidades classificadas como subpolos regionais e seu raio de influência.	96
Figura 6 – Cidades classificadas como polos regionais e seu raio de influência	98

APÊNDICE

TABELA 24 - GOIÁS: Estrutura do PIB – 1990 - 2002.....	117
TABELA 25 - PIB por setor de atividade de Goiás, Centro-Oeste e Brasil 1970 – 1995	117
TABELA 26 - Goiás, Centro-Oeste e Brasil: participação nos investimentos do BNDES – desembolso de recursos –1999-2004	117
TABELA 27 - Goiás, Centro-Oeste e Brasil: participação nos investimentos do BNDES - desembolso de recursos – 2006-2008.	118
TABELA 28 - Goiás e Centro-Oeste – empregos gerados por programa – 1989 a 2004	118
TABELA 29 – Goiás e Centro-Oeste: empregos gerados por programa com recursos do FCO – 2005 a 2008.....	118
TABELA 30 - Rede rodoviária em Goiás – 2007	119
TABELA 31 - Extensão de rodovias em Goiás – não pavimentadas (km) – 1990 - 2011	119
TABELA 32 - Consumo de energia elétrica por classe – 1995, 2000, 2005 – 2008	119
TABELA 33 - Estado de Goiás: estrutura do Valor Adicionado das grandes atividades econômicas -1995-2009.....	120
TABELA 34 - Número de estabelecimentos industriais em Goiás – 2001, 2003, 2007	120
QUADRO 8 – Destilarias - produção de álcool e açúcar – 2007 e 2008	121

RESUMO

O presente estudo propõe verificar a utilização de incentivos fiscais, creditícios e infraestruturais, como instrumentos de atração de investimento industrial no estado de Goiás de 1985 a 2007. Dois programas fiscais foram regulamentados no período da pesquisa: o FOMENTAR (1985 a 1999), no governo de IRIS RESENDE (PMDB), cujo viés industrial teve continuidade com o PRODUZIR (2000 a 2007), na gestão de Marconi Perillo (PSDB). Para tal fim, levantam-se os instrumentos de incentivos mobilizados para a atração de investimentos, bem como documentos e dados estatísticos socioeconômicos decorrentes do processo de industrialização em Goiás. Essas informações foram coletadas, entre várias outras fontes, no IPEA, na Secretaria Estadual de Planejamento, na Secretaria de Indústria e Comércio e no Instituto Mauro Borges. Tais informações subsidiaram a contextualização e a discussão teórica da pesquisa e, posteriormente, a análise e a interpretação do modelo de política industrial que está sendo implementado no território goiano. Verifica-se que, no período estudado, mais de 800 empreendimentos industriais foram contratados, movimentando um montante de incentivo fiscal de R\$773,6 bilhões pelo FOMENTAR (1985-1999) e de R\$ 106,8 bilhões pelo PRODUZIR (2000 a 2007). Nota-se que a relação incentivo / emprego custa, em média, R\$240,43 mil reais, podendo chegar até a 280,34 mil. Sobre o número de empregos gerados e sua evolução, assim como a permanência dos trabalhadores nas firmas, não foram encontrados dados consistentes para análise. O Programa de Atração de Investimentos Industriais foi implementado sem descontinuidade pelos gestores posteriores, obtendo tanto resultados positivos quanto negativos, com possibilidades de adequação. Por um lado, nota-se que houve um crescimento econômico significativo; por outro, identifica-se que não distribuiu renda e não foi capaz de interiorizar a indústria. Vale ressaltar que esta política de incentivos ocorre exatamente no período em que o país passa por um processo de estagnação, razão da proclamação “Guerra Fiscal”. O estudo aponta para o modelo de industrialização inspirado na teoria dos polos de crescimento (PERROUX), com localização em pontos históricos e estratégicos do Estado, impulsionando o desenvolvimento destes lugares centrais, hoje “Polos Regionais” em Goiás. Estes se acham polarizados nos municípios de Catalão (Sudeste), Rio Verde (Sudoeste), Itumbiara (Centro-Sul), Luziânia (entorno de Brasília), Anápolis (Microrregião Mato Grosso Goiano) e Goiânia (Região Metropolitana de Goiânia). Na verdade, o grande polo econômico de Goiás continua sendo Goiânia.

Palavras-Chave: Atração de investimentos, política industrial, desenvolvimento regional, urbanização polarizada.

ABSTRACT

This study aims to verify the use of tax incentives, credit and infrastructure, the tools for attracting industrial investment in the state of Goiás from 1985 to 2007. Two tax programs were regulated during the study period: the FOMENTAR (1985 -1999), the government of IRIS RESENDE (PMDB), whose industrial bias was continued with the PRODUZIR (2000-2007), managing of Marconi Perillo (PSDB). To this end, it raises the incentive instruments mobilized for investment attraction, as well as documents and socioeconomic statistics from the process of industrialization in Goiás. This information was collected from various sources, the IPEA, the State Department of Planning, in the Department of Trade and Industry and the Institute Mauro Borges. This information supported the contextualization and theoretical discussion of research and subsequently the analysis and interpretation of the model of industrial policy that is being implemented in Goiás. It appears that, during the study period, more than 800 industrial enterprises were engaged, moving an amount of tax benefit of R\$ 773.6 billion by FOMENTAR (1985 -1999) and R\$ 106.8 billion by PRODUZIR (2000-2007). Note that the relative incentive / employment costs, on average, R\$ 240.43, reaching up to 280.34 thousand. On the number of jobs created and their evolution, as well as the residence of workers in firms, were not found consistent data for analysis. The Attraction Program Industrial Investments was seamlessly implemented by managers later, getting both positive and negative, with the possibility of adjustment. On the one hand, we note that there was significant economic growth; on the other, it is problem identified that did not distribute income and was not able to internalize the industry. It is noteworthy that this policy of incentives in the period exactly occurs when the country goes through a process of stagnation, because of purported "War Tax". The study points to the industrialization model inspired by the theory of growth poles (PERROUX) conveniently located in the historical and strategic state, driving the development of these central places today "Regional Polos" in Goiás. Such are polarized in the Catalão (Southeast), Rio Verde (Southwest), Itumbiara (South Central), Luziânia (around of Brasília), Anápolis (micro region of Mato Grosso - near Goiás) and Goiânia (Goiânia metropolitan region). In fact, the major economic center of Goiás remains Goiânia.

Keywords: Attracting investment, industrial policy, regional development, urbanization polarized.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO 1 – REVISITANDO OS TEÓRICOS DA ECONOMIA REGIONAL.....	24
1.1 Política Industrial	24
1.1.1 Conceituação e Fundamentação.....	24
1.1.2 Pensamento Econômico Ortodoxo	24
1.1.3 Pensamento Econômico Heterodoxo	25
1.1.4 A Nova Política Industrial	27
1.2 Teoria Econômica e de Desenvolvimento Regional	30
1.2.1 Teoria Clássica em Economia Regional.....	30
1.2.2 Teoria Recente em Economia Regional.....	33
1.3 Teoria dos Polos	36
1.3.1 Polo de Desenvolvimento Regional.....	36
1.3.2 Polo de Crescimento (Unidade Motriz).....	39
CAPÍTULO 2 - A POLÍTICA INDUSTRIAL NO BRASIL: HISTÓRIA E EVOLUÇÃO .	42
2.1 Industrialização e Desenvolvimento no Brasil	42
2.2 Industrialização e Política Regional no Brasil, Centro-Oeste e Goiás	44
2.3 Reestruturação e Flexibilização Produtiva	52
2.4 Desconcentração Regional	53
2.5 Territorialização e Redes.....	55
2.6 Acumulação Flexível	57
CAPÍTULO 3 - RESULTADO DO MODELO DA POLÍTICA INDUSTRIAL GOIANA - 1985/2007	60
3.1 Política de Incentivos Fiscais em Goiás	60
3.1.1 Programas de Governo - síntese das propostas de incentivos	62
3.1.2 Programa FEICOM - Lei Nº 7.700 de 1973	65
3.1.3 Programa FOMENTAR - Lei Nº 9489 de 1984.....	67
3.1.4 Programa PRODUZIR - Lei Nº 13.591 de 2000	70
3.2 Sistemas de Crédito e Desenvolvimento Regional.....	75

3.2.1 A Agência de Fomento de Goiás S/A.....	75
3.2.2 O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	78
3.2.3 O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO.....	79
3.3 Incentivo para a Infraestrutura Física e Econômica	81
3.3.1 A Situação Real da Logística e do Transporte em Goiás	81
3.3.2 Produção, Consumo e Balanço Energético.....	83
3.3.3 Infraestrutura de Telecomunicação – TICs	85
3.3.4 História e Evolução dos Distritos Agroindustriais de Goiás	86
3.4 Localização e Polarização da Indústria Goiana.....	90
3.4.1 Capacidade de Polarização dos Municípios em Polos e Subpolos	92
3.4.2 Municípios com Baixa Capacidade de Polarização – Subpolos	95
3.4.3 Municípios com Maior Capacidade de Polarização – Polos	96
3.5 Interpretação dos Indicadores Socioeconômicos	101
3.5.1 Produto Interno Bruto – PIB per capita.....	101
3.5.2 Valor Econômico Adicionado.....	103
3.5.3 Emprego e Renda	104
3.5.4 Indicador social: ranking dos municípios com maior IDH	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS.....	112
APÊNDICE	117

INTRODUÇÃO

O estado de Goiás, localizado na região Centro-Oeste do Brasil, ocupa uma área de 340.086,698 km², sendo o 7º estado do país em extensão territorial. Limita-se ao norte com o estado do Tocantins, ao sul com Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, a leste com a Bahia e Minas Gerais e a oeste com Mato Grosso. Possui 246 municípios e envolve quase todo o Distrito Federal, exceto em seu extremo sudoeste.

Goiás possui características peculiares em relação à sua hidrografia. Em seu território nascem drenagens alimentadoras de três importantes regiões hidrográficas do país (Araguaia/Tocantins, São Francisco e Paraná), tendo como divisores os planaltos do Distrito Federal e Entorno e os altos topográficos que atravessam os municípios de Águas Lindas de Goiás, Pirenópolis, Itauçu, Americano do Brasil, Paraúna e Portelândia, até as imediações do Parque Nacional das Emas.

Consciente de que uma grande parcela da população que vivia na área rural de Goiás vinha sendo marginalizada, o governador Iris Rezende transparecia em seu discurso político o objetivo de acabar com a pobreza instalada no Estado, por meio de investimentos na saúde, educação e na infraestrutura econômica e social. Foi no seu governo, por volta de 1984, que se deu a implementação da política de incentivos através da criação do programa FOMENTAR, o qual viria, de fato, avançar na reestruturação da política industrial. Ressalte-se que tal política esteve presente nos governos do PMDB até 1998.

Inaugurando uma nova fase na política em Goiás, o governo de Marconi Perillo (PSDB), com base no planejamento e desenvolvimento, amplia e remodela o programa de incentivos, criando o PRODUZIR/2000, incorporando os setores da micro e pequena empresa, com o intuito de atrair novas plantas industriais. O governo de Goiás, além de utilizar os fundos de fomento do estado, apoia-se em outros instrumentos creditícios disponíveis, como o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômica (BNDE).

Nos planos de governo pesquisados (a partir do ano de 1985), observa-se uma constante preocupação em criar condições favoráveis à atração de investimentos industriais, apoiando-se na utilização dos incentivos fiscais,

creditícios, financeiros e infraestruturais estabelecidos nos programas FOMENTAR (1984) e PRODUZIR (2000). Outras medidas administrativas e de planejamento foram tomadas em função da expectativa de aumento da capacidade industrial do estado.

Dentro deste contexto, o presente estudo quer saber se a política industrial no período estudado, mediante incentivos públicos, produziu significativas mudanças na dinâmica socioeconômica e espacial do território de Goiás, que até então se caracterizava pelo predomínio da atividade agropecuária.

Este trabalho, portanto, tem como objetivo geral averiguar de que forma a política de incentivos adotada pelos governos do estado de Goiás estimulou o processo de industrialização no período de 1985 a 2007.

A busca desse objetivo envolve: i) Identificar os principais instrumentos utilizados pela política industrial; ii) Identificar os fatores que influenciaram a atração de investimentos industriais no período estudado; iii) Identificar o perfil das empresas atraídas pelo Programa de Atração de Investimentos Industriais; iv) Identificar em que medida a política industrial influenciou a participação na composição do PIB; vi) Verificar se a política industrial adotada refletiu-se nos indicadores econômicos em comparação com o crescimento econômico entre microrregiões, municípios de Goiás, região Centro-Oeste e Brasil.

Para este estudo, fez-se necessário levantar os principais indicadores de industrialização do estado como, por exemplo, participação do setor industrial na composição do Produto Interno Bruto, nível médio de empregos, taxas de crescimento e desempenho dos diversos setores e gêneros da indústria.

É importante destacar que a delimitação do período inicial deveu-se à opção de examinar os indicadores depois de dois anos da instituição do primeiro programa de incentivo, o FOMENTAR. Cabe destacar que o estudo não irá detalhar a política industrial de cada estado, nem do Centro-Oeste e tampouco a política industrial brasileira. Tratará dos fatores determinantes locacionais dos investimentos privados, ou seja, o porquê da preferência das indústrias pela região dos polos em Goiás.

Considera-se relevante o estudo da industrialização recente em Goiás, na medida em que a política industrial adotada é de atração de empresas via incentivos fiscais e investimentos em infraestrutura, na expectativa de que esse esforço resulte em contrapartida social.

O presente estudo recorreu a pesquisas explicativas e descritivas de caráter bibliográfico e documental, assim como a dados estatísticos. Na literatura foram coletadas informações sobre fundamentação e conceituação de política industrial, natureza dos incentivos industriais e sobre dinâmica do desenvolvimento regional, de forma a obter os elementos necessários à análise do modelo de desenvolvimento industrial adotado pelos governos no período analisado. Foram consultadas as bibliotecas e sites da PUC Goiás, SEGPLAN, SIC, IMB, IPEA DADOS e IBGE, livros, revistas, dissertações, planos de governo, programas de incentivos e documentos da Federação das Indústrias de Goiás (FIEG).

Estuda-se, ainda, o potencial de participação dos municípios nos incentivos, bem como a tendência à polarização e subpolarização de regiões ou municípios. O estudo também contém figuras, quadros, tabelas, gráficos e mapas que mostram a infraestrutura econômica do estado, os polos e subpolos, assim como o *ranking* dos municípios que acessam mais benefícios e investimentos. As tabelas trazem o nome da empresa, do município, do investimento, do incentivo concedido, empregos gerados, PIB, valor adicionado e o custo do emprego.

O presente trabalho apoia-se na teoria clássica da localização e polarização de indústrias, inspirada na teoria do polo de crescimento de PERROUX. Poder-se-ia ter optado pelo uso de teorias da economia regional mais recentes defendidas pela Nova Geografia Econômica (NGE), como *clusters*, *APLS* e *distrito industrial de Marshall*. No entanto, não há indícios de que elas tenham sido utilizadas na política em questão. Tal observação faz-se necessária, uma vez que, na atualidade, o governo do estado vem redirecionando algumas de suas políticas. Nos novos documentos produzidos citam-se os *clusters* e arranjos produtivos locais, como formas de promoção do desenvolvimento regional.

Com relação aos incentivos fiscais, não é objetivo deste estudo dissecar sua legalidade, ou seja, suas implicações jurídicas e tributárias, já que a pesquisa parte do pressuposto que, perante a Constituição Federal, o incentivo é normatizado. Justifica-se, pois, que o objeto da investigação se restrinja à importância e ao desempenho do benefício na atração de indústrias para o território de Goiás.

Foram encontradas algumas dificuldades e limitações quanto ao tratamento dos dados, já que o intervalo de tempo necessário para avaliar com maior precisão o impacto de uma política industrial na sociedade deve ser o mais amplo possível.

Entende-se, entretanto, que neste trabalho utilizou-se um espaço de tempo relativamente grande.

Para o desenvolvimento do estudo proposto, a dissertação será estruturada em três capítulos e as considerações finais.

No primeiro capítulo, Referencial Teórico, aborda-se a fundamentação, a conceituação e a discussão teórica sobre Política Industrial, Desenvolvimento Regional e Teoria dos Polos de Crescimento, que balizaram a política industrial em Goiás no período estudado.

No segundo, intitulado Política Industrial no Brasil, faz-se a contextualização histórica e evolutiva do processo de industrialização contemporânea e sua relação com o desenvolvimento regional no Brasil, no Centro-Oeste e em Goiás. Destaca-se o período pós-moderno, que ocorreu a partir de 1980, com forte pressão da política neoliberal, culminando com a propalada guerra fiscal, que desencadeou a política desenvolvimentista via industrialização implementada por todos os estados da federação.

No terceiro capítulo, Resultado do Modelo da Política Industrial Goiana (período 1985-2007), buscou-se analisar os instrumentos de concessão de incentivos fiscais, creditícios e infraestruturas econômicas, localização das indústrias e, finalmente, a análise dos indicadores socioeconômicos.

Por fim, são apresentadas as considerações finais do trabalho, referenciando-se as vantagens e desvantagens detectadas na política industrial de Goiás, ainda em construção. Colocam-se, também, algumas sugestões para a superação de problemas.

CAPÍTULO 1 – REVISITANDO OS TEÓRICOS DA ECONOMIA REGIONAL

1.1 Política Industrial

1.1.1 Conceituação e Fundamentação

Historicamente, a ideia de política industrial não é nova, podendo ser identificada nas teses mercantilistas dos séculos XVI e XVII, junto às propostas legislativas de intervenção no mercado e proteção da indústria nascente. O importante a fazer no momento é uma caracterização mais geral e contemporânea a respeito da política industrial.

A política industrial tem como objetivo a promoção da atividade produtiva, na direção de estágios de desenvolvimento superiores aos já existentes em um determinado espaço. Compreendendo-se desenvolvimento como crescimento com mudança estrutural, cabe à política industrial acelerar os processos de transformação produtiva que as forças de mercado podem operar, além de disparar os processos que essas mesmas forças são incapazes de articular.

Nas palavras de Ferraz,

o conjunto de incentivos e regulações associadas a ações públicas, que podem afetar a alocação inter e intra-industrial de recursos, influenciando a estrutura produtiva e patrimonial, a conduta e o desempenho de agentes econômicos em um determinado espaço nacional (Ferraz, 2002, p. 545).

De acordo com a teoria econômica, o instrumento de política industrial pode ser visto com base em duas vertentes, ou seja, a ortodoxa e a heterodoxa.

1.1.2 Pensamento Econômico Ortodoxo

Os ortodoxos defendem a Teoria do Equilíbrio Geral - TEG, paradigma aceito pelo *mainstream* da ciência econômica, que pressupõe perfeito equilíbrio do mercado através da lei da oferta e da procura, ou seja, as relações econômicas se autorregulam e não pode haver intervenção do Estado, a não ser para controlar

algumas imperfeições ou falhas de mercado. Dentre as principais falhas de mercado pode-se citar as estruturas de mercado ou condutas não competitivas, como os oligopólios e monopólios.

Para Ferraz, De Paula e Kupfer (2002), a corrente ortodoxa traduz a visão neoclássica, em que o mercado competitivo é responsável pela alocação eficiente de recursos. Segundo esta lógica, a política industrial promovida pelo Estado não é necessária, na verdade é até indesejável, pois o próprio mecanismo de oferta e demanda determina o preço de equilíbrio. A corrente TEG ganha força na segunda metade da década de 80 com a formação do chamado Consenso de Washington, que pregava a liberalização dos mercados e a diminuição da intervenção do Estado na economia, a fim de promover o crescimento.

De acordo com a TEG a presença do Estado na economia apenas é aceita para reparar possíveis falhas de mercado que afetam a determinação do preço de equilíbrio pelas forças da demanda e oferta, ou seja, o governo poderia intervir no mercado, desenvolvendo políticas corretivas para regular essas imperfeições. “A política industrial seria meramente reativa e restrita, especificamente direcionada a remediar as imperfeições de mercado, e de natureza horizontal, isto é, não seletiva em termos de setores ou atividades” (SUZIGAN, FURTADO, 2006, p. 165) Em resumo, para CAMPANARIO e MUNIZDA SILVA (2004) a política industrial, seja ela implícita ou explícita está diretamente ligada à capacidade do Estado-nação em pensar e repensar o seu desenvolvimento autônomo. Nesse sentido, a nova política industrial deixa de ter um caráter contingente, como pensa a teoria econômica tradicional, e passa a ser uma preocupação constante do Estado em atingir e/ou manter certo padrão de desenvolvimento, dado que é no sistema industrial, que ocorre o desenvolvimento tecnológico e a sua difusão pelos demais setores econômicos. [...] a criação, a implementação, a coordenação e o controle estratégico de instrumentos destinados a ampliar a capacidade produtiva e comercial da indústria, a fim de garantir condições concorrenciais sustentáveis nos mercados interno e externo [...] está fundada em instrumentos microeconômicos [...] tem como objeto de intervenção atividades econômicas específicas ou setoriais [...] e em temas que diretamente afetam a sua competitividade e função social (geração de empregos, qualidade de produtos e processos, incentivos fiscais e financeiros, suprimento energético e de transporte, infra-estrutura tecnológica e meio ambiente). (CAMPANÁRIO & MUNIZ DA SILVA, 2004, p. 14).

1.1.3 Pensamento Econômico Heterodoxo

Os heterodoxos progressivamente reuniram fundamentos teóricos que sustentam as políticas industriais. Até recentemente, no que diz respeito a estas políticas, havia uma razoável despreocupação de muitos de seus defensores com qualquer fundamentação teórica, visto que podiam recorrer a inúmeros casos

empíricos que substituíam parcialmente tais deficiências teóricas. Esta despreocupação tinha quatro causas básicas:

[...] primeiro, a deficiência de alicerces teóricos consistentes, pelo menos quando comparados aos desenvolvimentos teóricos realizados pelo *mainstream*, na busca deste último por uma fundamentação teórica que sustentasse sua prescrição básica de não intervenção estatal sobre as economias [...]

Segundo [...] a existência de um sem número de casos empíricos exitosos provava, para seus defensores, a eficácia de tais políticas, a despeito da inexistência ou tibieza de uma base teórica que as fundamentasse. Além do mais, como se sabe, muito se tem feito em política industrial sem nenhuma, ou praticamente nenhuma fundamentação em termos teóricos [...]

[...] terceiro [...], até o final da década de 70, não havia, a despeito dos desenvolvimentos teóricos acima referidos, uma discussão pública a respeito de tais políticas, especialmente no mundo acadêmico de língua inglesa.

[...] quarto [...], a ignorância com relação aos desenvolvimentos teóricos realizados pelos “heterodoxos”, assim como no que diz respeito àqueles desenvolvidos por parte do *mainstream*. Afinal, na segunda metade do século XX, pelo menos no quarto de século que termina no início dos anos 70, já se acumulavam [...] quase duzentos anos de busca por embasamentos teóricos para as políticas industriais (STRACHMAN, 2000, p. 62).

Conforme Strachman (2000), a chamada Teoria do Equilíbrio Geral (TEG) e sua principal derivação, a Teoria Neoclássica do Comércio Internacional (TNCI), constituem as mais importantes fontes teóricas de argumentação daqueles que se opõem às políticas industriais, sobretudo quando estas últimas apresentam um caráter abrangente. A partir de autores críticos do *mainstream*, Suzigan e Villela (1997), Burlamaqui e Fagundes (1996), Conceição (2001), Gadelha (1999, 2002), Baptista (2000), Strachman (2000 e 2002), concorda-se que este não oferece um referencial adequado para fundamentar teoricamente as decisões de política industrial, sejam elas políticas econômicas ou industriais implícitas ou explícitas.

Definir política industrial não é uma tarefa trivial. No entanto, se abordada a questão numa perspectiva evolucionista, a tarefa, embora árdua, é passível de enquadramento. Ou seja, a política industrial, para uma correta definição e escopo, precisa ser analisada numa perspectiva sistêmica e estrutural. Uma adequada referência ao debate foi colocada por Suzigan e Villela (1997).

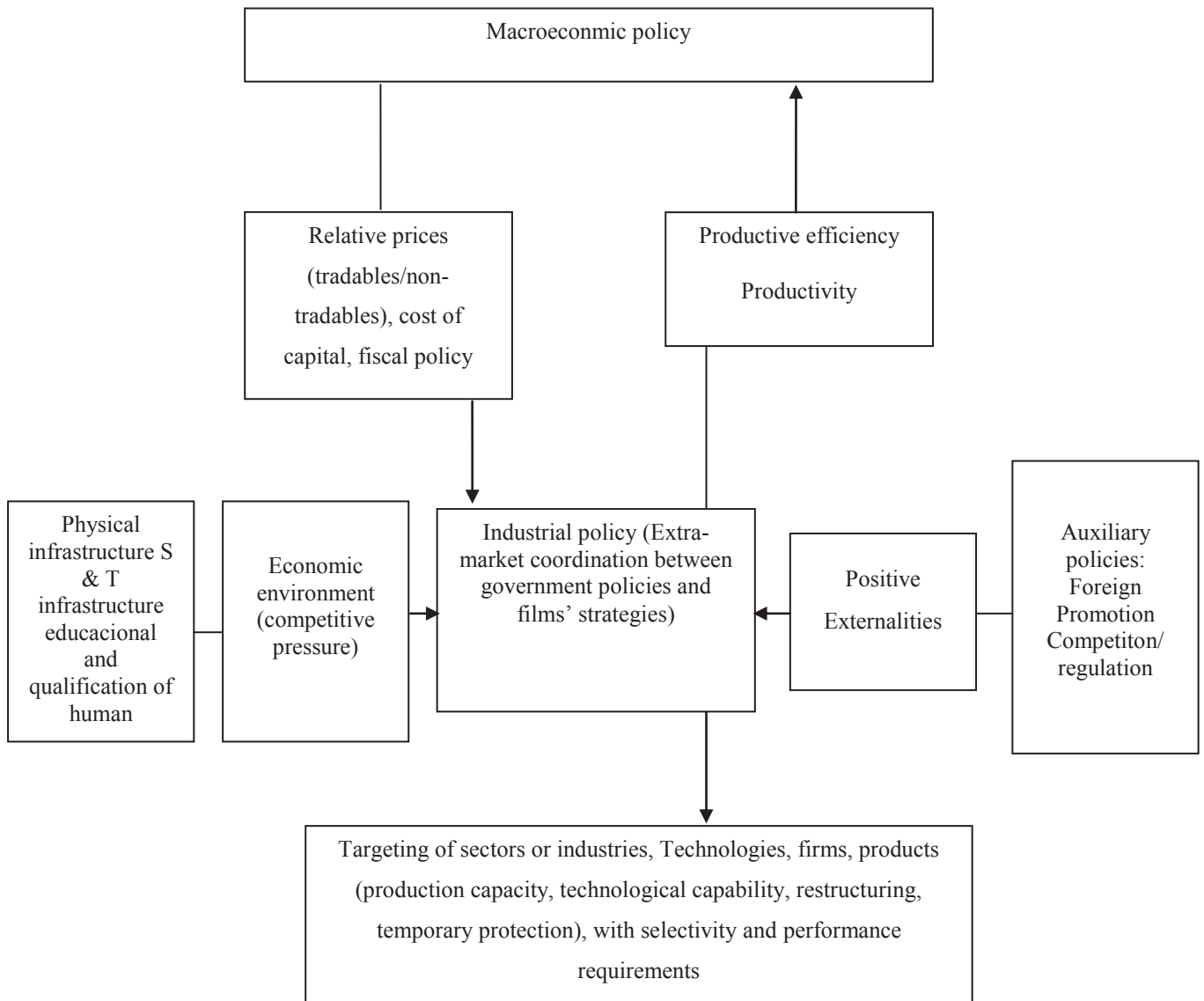


Figura 1: Analytical framework of industrial policy
 Fonte: Suzigan e Villela (1997)

1.1.4 Nova Política Industrial

A ótica da competência para inovar é inspirada em Schumpeter. Enfatiza que as inovações se constituem no motor de desenvolvimento do capitalismo. Desta forma, o âmago da política industrial no que tange à competência para inovar deve ser o estímulo de um ambiente econômico competitivo. Em resumo, na perspectiva neo-schumpeteriana ou evolucionista, a questão do desenvolvimento enfatiza as mudanças qualitativas em termos tecnológicos, organizacionais e institucionais. O foco é voltado para a evolução competitiva de diferentes regiões e países, centrada nas inovações, movida pelo objetivo de obtenção de rendas monopolistas.

É nesse âmbito definido pela dinâmica das inovações que se dá a discussão sobre a questão do crescimento e do desenvolvimento econômico. Nesta perspectiva, o progresso técnico apresenta uma forte característica de cumulatividade, sendo que o resultado obtido num período depende do estágio do desenvolvimento alcançado no período anterior, conformando trajetórias tecnológicas que afetam a atividade macroeconômica em seu conjunto e as trajetórias nacionais de crescimento e desenvolvimento.

Já a ótica desenvolvimentista compreende a atuação ativa do Estado no sentido de promover e sustentar o desenvolvimento, que é entendido como uma combinação de taxas de crescimento econômicas altas e sustentadas e mudança estrutural no sistema produtivo. A importância do capital intelectual e do *learning by doing*, aliada à necessidade de importar tecnologias estrangeiras mais avançadas, integram o conjunto de elementos caracterizadores da visão desenvolvimentista.

Neste estudo será utilizada a perspectiva desenvolvimentista, por ser a que possui correspondência com a política industrial adotada neste estudo. A política industrial pode ser classificada em dois tipos, passíveis de utilização isoladamente ou em conjunto, de acordo com os objetivos do Estado. De um lado estão as chamadas políticas horizontais, pautadas em medidas de alcance global da economia. De outro, estão as políticas verticais, desenvolvidas para fomentar indústrias, cadeias produtivas e grupos específicos de empresas

Políticas horizontais são aquelas que buscam melhorar o desempenho da economia na sua totalidade, de maneira uniforme, sem privilegiar alguma indústria específica. Os principais instrumentos utilizados neste tipo de política são: i) repressão de condutas anticompetitivas e controle de monopólios; ii) políticas de concessão e controle administrativo de preços; iii) políticas tarifárias e não-tarifárias; iv) prevenção de concorrência desleal no âmbito do comércio exterior; v) incentivos ao gasto com pesquisas e desenvolvimento; vi) concessão de crédito e financiamento a longo prazo; vii) incentivos fiscais; viii) e compras governamentais. Também são alvos da política industrial horizontal as políticas genéricas de infraestrutura econômica (transporte, energia, telecomunicações, rodovias e portos) e de capacitação de mão-de-obra.

As políticas verticais privilegiam deliberadamente uma indústria específica, ou seja, focaliza um conjunto pré-determinado de empresas, indústrias ou cadeias produtivas. A escolha das empresas, indústrias ou cadeias produtivas a serem

beneficiadas baseia-se principalmente em quatro fatores. São eles: i) indústria com maior valor agregado, que resultaria em uma renda per capita mais elevada; ii) indústria com grande poder de encadeamento com setores que apresentam grande efeito multiplicador ao longo da cadeia produtiva por meio do *forward linkage* e do *backward linkage*; iii) indústria nascente ou com retorno de escala crescente.

O Estado, em seu papel indutor, deveria estimular o desenvolvimento de novas indústrias que apresentam custos mais elevados inicialmente, em relação à região produtora em estágios mais avançados.

Em resumo, a política industrial, seja ela implícita ou explícita, está diretamente ligada à capacidade do Estado-nação em pensar e repensar o seu desenvolvimento autônomo. Nesse sentido, a política industrial deixa de ter um caráter contingente, como pensa a teoria econômica tradicional, e passa a ser uma preocupação constante do Estado em atingir e/ou manter certo padrão de desenvolvimento, dado que é no sistema industrial que ocorre o desenvolvimento tecnológico e a sua difusão pelos demais setores econômicos.

Deste modo, a nova política industrial pode ser assim definida:

[...] a criação, a implementação, a coordenação e o controle estratégico de instrumentos destinados a ampliar a capacidade produtiva e comercial da indústria, a fim de garantir condições concorrenciais sustentáveis nos mercados interno e externo [...] está fundada em instrumentos microeconômicos [...] tem como objeto de intervenção atividades econômicas específicas ou setoriais [...] e em temas que diretamente afetam a sua competitividade e função social (geração de empregos, qualidade de produtos e processos, incentivos fiscais e financeiros, suprimento energético e de transporte, infra-estrutura tecnológica e meio ambiente). (CAMPANÁRIO & MUNIZ DA SILVA, 2004, p. 14).

A partir dos anos 70, mais especificamente nos anos 90, realizaram-se no Brasil várias pesquisas, estudos e debates sobre os efeitos da atual estrutura produtiva. Vislumbrou-se a emergência de uma nova política industrial voltada para o desenvolvimento regional endógeno, em que o transporte e a distância deixam de ser os fatores de localização da indústria.

Estes são substituídos pela capacidade de organização do território, pela tecnologia e inovação e pela mão de obra especializada. São definidos como ambientes inovadores os clusters ou distritos industriais de Marshall. São os instrumentos que subsidiaram a teoria da nova geografia, não esquecendo que a infraestrutura econômica é imprescindível ao desenvolvimento da região, do território

ou do lugar. A nova política industrial continua sendo pauta de discussão, colocando-se em evidência através de experiências exitosas em países como China, Japão, Coréia do Sul e Estados Unidos, que aderiram à economia flexível, ou de experiências como as da Itália, que está imbuída em expandir os novos conceitos da endogeuinização.

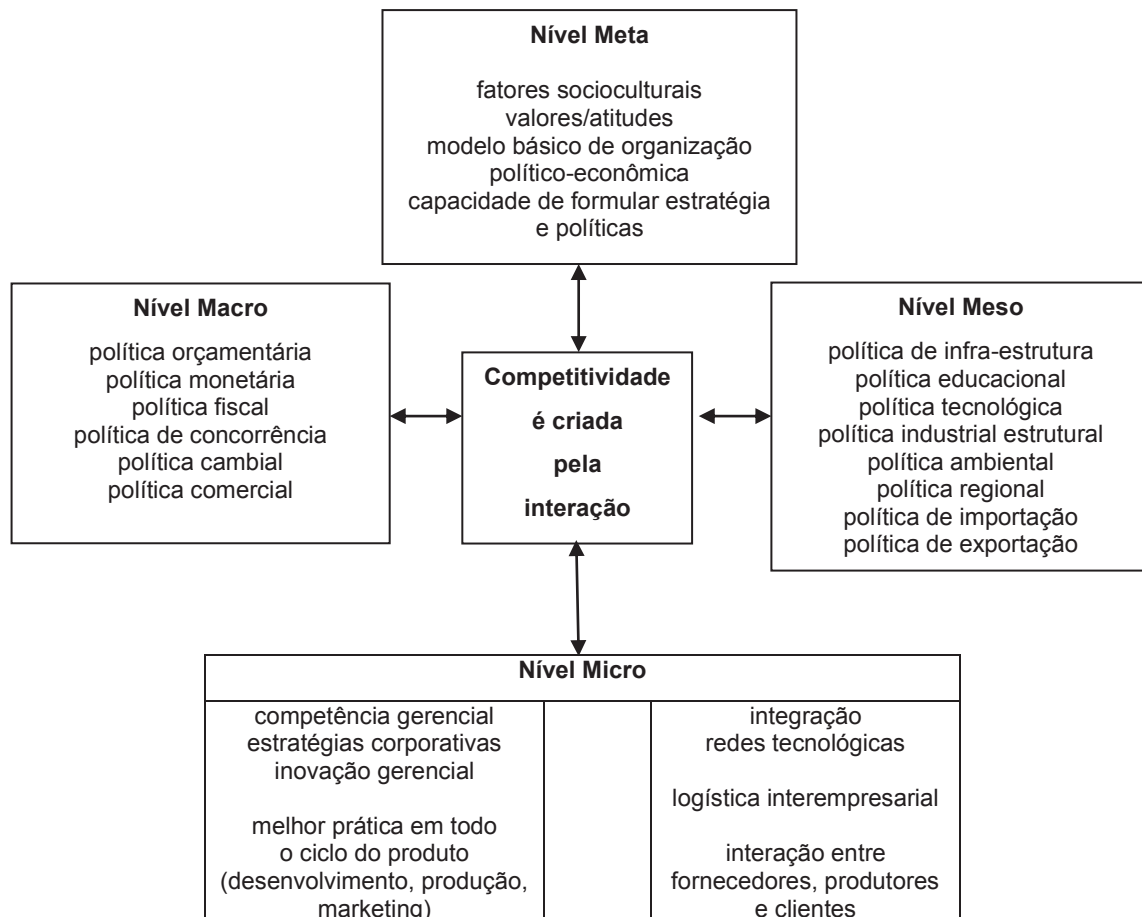


Figura 2 - Determinantes da Competitividade Sistêmica para a Nova Política Industrial

Fonte - A nova política industrial: o Brasil no novo paradigma / organizado por Hans Mathieu - São Paulo, Marco Zero: ILDEFES, FINEP, 1996.

1.2 Teoria Econômica e Desenvolvimento Regional

1.2.1 Teoria Clássica em Economia Regional

Na discussão apresentada em estudos sobre Economia Regional, identificada pelos neoclássicos, evidencia-se a teoria da localização, embasada no transporte e na distância entre a firma, a fonte dos insumos e o mercado. A corrente de

pensadores que desenvolveu um conjunto de teorias voltadas a fatores de localização foi denominada de Teorias Clássicas de Localização, que vai de Von Thünen, em 1826, a Isard, na década de 1950. Os autores desta escola enfatizam, de uma forma geral, as decisões do ponto de vista da firma que, levando em conta o papel dos custos de transporte, procura determinar a sua “localização ótima” (CAVALCANTE, s/d). De acordo com os postulados de Weber, as indústrias tendem a se localizar onde os custos de transporte de matérias-primas e produtos finais sejam mínimos. Sobre matérias-primas, é feita a diferenciação entre aquelas disponíveis em qualquer lugar e aquelas disponíveis em lugares determinados, chamadas de localizadas (recursos naturais). A atividade industrial estaria próxima às matérias-primas localizadas se o custo de transporte destas fosse superior ao custo de transporte do produto final, caso contrário, a atividade tenderia a localizar-se o mais próximo ao provável mercado (CAVALCANTE, s/d). Dessa forma, pode-se classificar a indústria em weberiana de recursos naturais e weberiana de mercado.

Embora o modelo proposto por Weber tenha recebido diversas críticas, sua teoria não pode ser desprezada, isso porque ainda possui grande poder de explicação das vantagens e desvantagens das regiões para atrair investimentos. Em algumas atividades, como processamento de *commodities* agrícolas e minerais, o custo de transporte se constitui como um dos mais importantes fatores de produção. Na década de 1930, o geógrafo alemão Walter Christaller dá sequência à produção teórica da escola clássica da localização, apresentado a teoria dos lugares centrais. Christaller (1933, apud CAVALCANTE s/d, p. 11), em suas análises, procurou entender “as leis que determinam o número, tamanho e distribuição das cidades”, que são conhecidas como lugares centrais, que distribuem bens e serviços para a região em seu entorno. Cada um destes lugares centrais pode ser classificado hierarquicamente em função da quantidade e diversidade de bens e serviços que fornecem à sua área de influência.

Dois conceitos são fundamentais para entender a teoria dos lugares centrais: “limite crítico” ou limiar, que é definido como nível mínimo de demanda que transporte se constitui como um dos mais importantes fatores de produção. asseguraria a produção de um bem ou serviço, que justifica a existência de oferta num dado local, isto é que garante a viabilidade da oferta; e “alcance”, caracterizado com a distância máxima que se está disposto a percorrer para usufruto do bem ou serviço, variando de acordo com a complexidade. Christaller pode então estabelecer

uma espécie de hierarquia entre cidades, uma vez que quanto maiores o limiar e o alcance de um bem ou serviço menor será o número de cidades aptas a oferecê-lo.

A influência de cada lugar central para Christaller varia na razão direta do tamanho e da hierarquia dos centros, sendo as periferias de centros pequenos incluídas nas regiões complementares dos centros superiores. Quanto maior a complexidade do serviço oferecido maior a área atendida por esse centro, ou seja, maior será a região sobre o poder deste lugar central. Um lugar central de ordem superior está em condições de fornecer os bens que lhe correspondem na hierarquia dos produtos e serviços e também os bens que são fornecidos pelos centros de ordem inferior. Os consumidores que se deslocam até esses centros de ordem superior aproveitam para adquirir os bens de consumo menos frequentes, de maior hierarquia, e também de ordem inferior, visando minimizar o esforço, o custo e o tempo dos seus deslocamentos.

A partir das décadas de 50 e 60 houve avanços importantes envolvendo conceitos e estratégias de desenvolvimento regional. Destacam-se aí três conceitos-chave: i) o conceito de “polo de crescimento” (PERROUX, 1955), em que se evidencia a necessidade de uma política econômica, cujo objetivo deve ser o desenvolvimento técnico e humano, bem como a cooperação entre regiões ricas e pobres (desenvolvimento recíproco); o instrumento fundamental desta política são os polos de desenvolvimento localizados dentro ou fora da nação, pois “A nação do século XX encontra nos polos de desenvolvimento a sua força e o seu meio vital”; ii) o conceito de “causação circular cumulativa” (MYRDAL, 1957), que considera importante o Estado atuar com políticas intervencionistas no mercado, pois se as forças de mercado não forem controladas pelo Estado, ficando livres para decidir que rumo tomar, as atividades empresariais se concentrarão em regiões ou localidades específicas, fazendo com que o restante da região fique paralisado economicamente; essas regiões e localidades específicas já apresentam naturalmente vantagens competitivas, pois, geograficamente falando, ficam próximas de pontos estratégicos desenvolvidos; iii) o conceito de “efeitos para trás e para frente” (HIRSCHMAN, 1958), que traz o argumento de que o investimento concentrado em poucas áreas será mais forte do que aquele diluído por diversos subsistemas, uma vez que a renda disponível é limitada para investimento. A consequência disso é a injustiça social, devido à má distribuição de recursos, de emprego e renda. Assim, passou-se a dar maior ênfase à dinâmica da aglomeração,

na medida em que incorpora como fator de localização a “complementariedade” entre firmas e setores, assim como a noção de economia de escala mínima e “economias externas”.

Haddad (1975) cita a teoria da localização como uma ferramenta muito importante no estudo das regiões, pelo simples fato de os mercados consumidores não serem iguais para todas. Algumas regiões possuem qualidades em termos de recursos, mas ficam distantes dos consumidores; outras dispõem de grandes centros consumidores, mas não possuem recursos; e há ainda aquelas que não possuem recursos nem tampouco mercado consumidor. As desigualdades regionais são decorrentes desses fatores.

A teoria da localização tem sido uma poderosa auxiliar da economia regional no entendimento destes fenômenos. Ela está interessada em saber por que as pessoas vivem e trabalham em certas áreas, por que as atividades econômicas localizam-se num lugar ao invés de outro e por que centros populacionais desenvolvem-se em certos locais e não em outros (HADDAD, 1975, p.49).

De acordo com Amaral Filho (1999), teorias com estas características passariam a rivalizar com as teorias clássicas da localização que, conforme se viu, tendiam a desprezar estes efeitos. Com o passar do tempo, começam a ser observados esforços para a incorporação de modelos e abordagens que pudessem dar conta dos novos padrões de produção baseados na automação integrada flexível e dos movimentos de abertura comercial e regulamentação econômica. Parece ser justamente neste momento que a produção teórica em economia regional assume um caráter mais interdisciplinar e os textos passam a incluir uma quantidade cada vez maior de referências, dificultando a tarefa de se estabelecer um fluxo contínuo na evolução do pensamento.

1.2.2 Teoria Recente em Economia Regional

A produção recente em desenvolvimento regional é dificultada pelo fato de se tratar de um material bastante novo e, em certo sentido, ainda em construção. Ainda assim, dois grandes blocos podem ser facilmente identificados: de um lado, os autores que empregam métodos menos formais e que procuram, de alguma maneira, incorporar os fenômenos de reestruturação produtiva e aceleração da

divisão internacional; de outro, os autores que buscam abordar os conceitos de aglomeração e custos de transportes através de modelos matemáticos.

Como se sabe, essas questões da concentração e da aglomeração ocupam lugar central nas teorias e nos modelos tradicionais de localização industrial, em grande parte de origem alemã, que dominaram a Ciência Econômica Regional até recentemente. Essas teorias estão relacionadas a autores tais como Von Thünen, Weber, Cristaller, Lösch e Isard.

Os fatores aglomerativos e desaglomerativos estão relacionados, respectivamente, com as vantagens e desvantagens provenientes da concentração da produção em um determinado ponto. Entre as primeiras, estão as economias de escala (economias internas) e as economias resultantes da proximidade de outras indústrias e de melhores condições de infraestrutura urbana (economias externas). Entre as segundas, estão as desvantagens das aglomerações, derivadas do alto custo da terra, do maior congestionamento e da poluição.

A hegemonia dessas teorias clássicas no campo da Ciência Econômica Regional não se deu, no entanto, sem rivalidades. Durante a década de 1950 desenvolve-se uma forte influência do pensamento de Schumpeter (1911; 1942) e da corrente evolucionista neo-schumpeteriana, sobretudo nos esforços de compreensão dos impactos dos processos de inovação tecnológica e aprendizado no desenvolvimento regional. A corrente que defende a importância das externalidades, tecnologias, inovação e competitividade têm como principais precursores: Storper com a organização social (1988), Krugman com retornos crescentes (1998), os diamantes de Porter (1993) e, finalmente, Gemi e ambientes inovadores (1993). Conforme Cavalcante (2008), alguns autores propuseram-se a realizar esse trabalho de sistematização destas teorias. Assim, Storper,

identifica três “escolas” principais: a “institucionalista”, que trata dos distritos industriais, que retomam o conceito de distrito marshalliano e incorporam evidências empíricas observadas sobretudo na região da “terceira Itália”; a escola da organização industrial e dos custos de transação, cujos principais autores são aqueles ligados à “Escola Californiana das Economias Externas”, p. 9); e a linha que privilegia o papel da mudança técnica e do aprendizado, influenciada pela corrente neo-schumpeteriana e que inclui também as abordagens dos “ambientes inovadores”; (STORPER, 1997, p.4)

Já Amaral Filho (1999, p.8 e seguintes) “identifica três novas estratégias de desenvolvimento regional ou local: i) distritos industriais; ii) ambientes inovadores; e iii) clusters, que apresenta como uma espécie de “síntese” dos dois conceitos anteriores”.

Quanto a Boisier (1999), o mesmo

propõe-se a identificar a linguagem emergente em desenvolvimento territorial, discute novos conceitos, entre os quais os de i) “learning regions”, ii) aprendizagem coletiva, iii) ambientes inovadores, iv) desenvolvimento local, v) desenvolvimento endógeno (esses dois últimos com um tratamento mais detalhado) e vi) clusters.

QUADRO 1 - Síntese das Principais Teorias Econômicas da Economia Regional

Teorias /Autores/ Contribuições		
Distância /Custo de Transporte/Área	Economias de Aglomeração	Externalidades/Tecnologia Inovação/Competitividade
Von Tunem (1826) O Estado Isolado	Perroux (1955) Polos de Crescimento	Piore e Sabel (1984) Distritos Industriais
Weber (1909) Teoria De Localização das Indústrias	Myrdal (1956) Causação Circular Cumulativa	Storper e Scott (1988) Organização Industrial
Cristaller(1933) Lugares Centrais	Hirschman (1958) Efeitos para Frente e para Trás	Krugman (1991) Retornos Crescentes
Losch (1940) A Ordem Espacial da Economia		Porter (1993) Diamante de Porter
Isard (1956) Localização Economia Espacial		Gremi (Ambientes Inovadores)
1800 A 1850 Smith E Cantillon Não reconhece o Espaço	Marschall (1882) Schumpeter (1911) Kynes 1936) Leontief (1941) Cepal	Teorias Clássicas da Localização Marshall (1882)

Fonte: Elaboração da autora.

A Economia Regional recente tem provocado um relevante debate teórico e prático, buscando avaliar o fenômeno econômico no espaço e repensar políticas públicas que reduzam o desenvolvimento desigual historicamente imposto pelas nações ricas às regiões mais pobres no mundo; entre continentes, territórios e regiões ou países, como no caso do Brasil. Isto se deu a partir do pós-Segunda

Guerra, provocando uma possibilidade de institucionalização do planejamento regional, com vistas ao aprofundamento das políticas públicas voltadas para o crescimento econômico territorial.

Esse fenômeno está associado às seguintes mudanças radicais: i) nas formas e nos modos de produção; ii) na organização industrial; iii) na globalização e na abertura das economias nacionais. Quanto ao primeiro fenômeno, deve-se considerar os aspectos da flexibilização e descentralização dentro e fora das organizações, ocasionando impactos importantes na estrutura produtiva e na reestruturação funcional do espaço. Quanto ao segundo, ele tem provocado impactos consideráveis sobre os custos e preços relativos das empresas, as quais têm levado cada vez mais em conta fatores locais em suas estratégias de competitividade. E quanto ao terceiro, ele interfere nas relações dos mercados em nível local e internacional .

1.3 Teorias dos Polos

1.3.1 Polo de Desenvolvimento Regional

Admite-se que, quanto à escala, existem três tipos de polos: o polo-nação, o polo-região e o polo-cidade, podendo o primeiro tipo ser relacionado à teoria da economia dominante. Perroux admite uma importância apenas relativa às fronteiras entre países, classificando-os quanto ao tamanho e dinamismo de suas economias em dois grupos: os países-foco (ou centro) e os países-satélites (ou periferia), caracterizando-se uma relação de dominação dos primeiros sobre os segundos. O polo de desenvolvimento não existe como unidade isolada, mas sim como unidade ligada à sua região pelos canais por onde se propagam os preços, os fluxos e as antecipações de demanda.

Para Andrade (1987),

[...] o desenvolvimento de um conjunto de territórios e de sua população só é obtido pela propagação consciente dos efeitos dos pólos de desenvolvimento. Esta propagação feita por um caminho que liga dois pólos dá origem ao que ele [Perroux] chama de eixo de desenvolvimento, salientando, porém que o eixo não é apenas uma estrada, um caminho e que, além disso, ligado à estrada, deve haver todo um conjunto de atividades complexas que indicam “orientações determinadas e duráveis de desenvolvimento territorial e dependem sobretudo da capacidade de

investimento adicional”. Assim, os eixos pressupõem a presença de outros bens complementares, como energia, crédito e competência técnica. [...] Os nós de tráfego surgem nos pontos em que se cruzam dois eixos de desenvolvimento. [...] As zonas de desenvolvimento são o resultado da concentração geográfica das indústrias devido aos efeitos da complementação. [...] as zonas de desenvolvimento têm grande [...] influência sobre o país em que se situam, de vez que, como salienta Perroux, as nações nada mais são que “pólos de desenvolvimento com seus meios de propagação” [grifo nosso]. [...] Complementando essas noções, [...] a de pontos de desenvolvimento [corresponde ao] conjunto que engloba os pólos, simples ou complexos, as zonas de desenvolvimento e os eixos de desenvolvimento. Pólos, zonas e eixos em relação à área que os cerca. (ANDRADE, 1987, p. 65-6)

O espaço econômico deve ser visto como um sistema em movimento, que pode se apresentar em estado de crescimento, estagnação ou retração. Vale ressaltar que o espaço econômico não corresponde exatamente a um espaço geográfico como perímetro de ação. Perroux distingue três tipos de espaços: o homogêneo, o econômico polarizado e o econômico definido por um plano.

i) Espaço Homogêneo – corresponde a um “espaço contínuo” ou zonas com características muito semelhantes de densidade e estrutura da população, nível de renda, atividades industriais e agrícolas; ou seja, a estrutura econômica desses espaços identifica-se com regiões de monoculturas agrícolas ou monolíticas.

ii) Espaço Polarizado – caracterizam-se pela interdependência, coerência e intercâmbio entre as concentrações urbanas homogêneas diferentes. A região polarizada identifica-se pela influência que uma área ou cidade exerce em relação a outras.

iii) Espaço Plano ou Programa – refere-se a uma seleção de meios disponíveis em um espaço geográfico determinado, para um imprevisto, em um prazo concreto.

Os diversos espaços econômicos, contudo, podem coexistir em um mesmo território, podendo produzir tensões, as quais irão ser traduzidas em dualismos bastante agudos.

Segundo Andrade (1987), a área de influência de um polo, ou seja, a região polarizada, depende da intensidade de dois tipos opostos de forças: as que atuam no sentido de convergência para o polo, as forças centrípetas, e as que agem no sentido de afastamento do polo, as forças centrífugas. Para se formar e expandir a sua região, o polo necessita acelerar a sua força centrípeta, de atração, a fim de reduzir a ação das forças centrífugas. O polo terá a sua região mais ou menos

extensa, conforme a quantidade e a qualidade dos equipamentos industriais e de serviços que possuir e a estrutura de transportes e comunicações de que dispuser. Distinguem-se quatro aspectos do mecanismo de polarização: técnico, de rendas, psicossocial e geográfico.

Andrade (1987) destaca que o espaço econômico de um país não está necessariamente contido em seu espaço geográfico, podendo se restringir a uma parte do mesmo ou até ultrapassá-lo, avançando em espaços geográficos de países fronteiriços. Depreende-se, então, que existe uma hierarquia entre os polos, abrangendo seis tipos: internacionais, nacionais, macrorregionais, regionais, sub-regionais e locais.

Esta hierarquia demonstra que os pólos não são unidades isoladas, dominando posições bem delimitadas no espaço; ao contrário, como ocorre no universo com os astros, os pólos se organizam girando uns em torno dos outros, atraindo e sendo atraídos. Cada um tem em torno de si uma área de influência cujos limites estão ligados ao traçado das vias de transportes e de comunicações, exercendo maior força de atração nas áreas que lhes são próximas do que nas mais afastadas. Também cada pólo de maior categoria exerce influência na região polarizada tanto diretamente sobre suas várias partes, como indiretamente através dos seus pólos-satélites. (ANDRADE, 1987, p. 71).

Neste importante ponto de sua análise, Andrade destaca a classificação elaborada pelo geógrafo Michel Rochefort (1966), referente aos por ele denominados “centros de enquadramento terciário” ou “centros de polarização”, que leva em conta a importância e a área de influência dos mesmos, preocupando-se mais com a existência de determinados equipamentos que com a dinâmica, extensão e intensidade dos fluxos:

i) locais – muito numerosos em cada região e dispendo de área de atração confinada às suas imediações, por estarem equipados apenas com comércio de gêneros alimentícios, escolas primárias, lojas de ferragens e armários, médicos de clínica geral, farmácia etc.;

ii) sub-regionais – apresentam um embrião de vida regional, estendendo sua área de atração sobre vários centros locais, por estarem dotados de serviços de uso menos corrente, como médicos especializados e escolas secundárias;

iii) de pequena região – constituem o “arcabouço de base da vida de relações,” por estarem dotados de serviços bem diversificados, como comércio variado, equipamento bancário, consultores, equipamento cultural e artístico etc.;

iv) de grande região – além dos serviços existentes nos centros precedentes, possuem universidade, grande hospital dispendo de todas as especialidades, teatro, consultorias, comércio de alto luxo etc.;

v) nacionais – abrangem funções de direção com influência em todo o país, como a direção da administração dos serviços públicos e a direção dos bancos de atuação nacional.

1.3.2 Polo de Crescimento (Unidade Motriz)

A Teoria dos Polos de Crescimento foi desenvolvida por François Perroux em 1955, ao observar a concentração industrial na França, em torno de Paris, e na Alemanha, ao longo do Vale da Ruhr. Observou que os polos industriais de crescimento surgiam em torno de uma aglomeração urbana importante (Paris), ao longo das grandes fontes de matérias primas (Vale da Ruhr), assim como nos locais de passagem de fluxos comerciais significativos e em torno de uma grande área agrícola dependente. Reuniu os seus principais trabalhos numa coletânea denominada *L'Économie du XXème Siècle* (1960) e elaborou a Teoria da Unidade Econômica Dominante que, após anos de refinamentos e mudanças, passou a ser conhecida como Teoria do Polo de Crescimento.

O polo de crescimento surge devido ao aparecimento de uma indústria motriz, considerando como tal aquela indústria que, antes das demais, realiza a separação dos fatores da produção, provoca a concentração de capitais sob um mesmo poder e decompõe tecnicamente as tarefas e a mecanização. A principal função da indústria motriz é gerar ou produzir economias externas, quer sejam tecnológicas ou pecuniárias. Para Perroux, uma indústria motriz apresenta três características principais: i) possui grande porte e causa um grande impacto na área ii) apresenta uma taxa de crescimento superior à média nacional iii) se caracteriza por uma forte interdependência técnica (linkages) diferenciada de outras indústrias, de modo a formar um complexo industrial.

Assim sendo, o papel do Estado, para esta doutrina, seria o de garantir a simultaneidade de investimentos em uma ampla variedade de empreendimentos considerados indispensáveis para assegurar o êxito das empresas particulares. Esta forma de atuação permitiria o surgimento de um mercado consumidor formado pelos trabalhadores empregados nas diversas indústrias, para os produtos industrializados. Deste modo, as empresas teriam como vender a produção gerada,

já que a população agrícola dos países atrasados não representaria um mercado consumidor significativo.

Para Tolosa (1972), a indústria motriz atuando para obter matérias-primas, atrair mão-de-obra e produzir, funciona como agente de dinamização da vida regional, provocando a atração de outras indústrias, criando aglomeração populacional, o que estimulará o desenvolvimento de atividades primárias fornecedoras de alimentos e matérias-primas, e desenvolvendo a formação de atividades terciárias proporcionais às necessidades da população que se instala em seu entorno.

Este complexo industrial apresenta como principais características: presença de uma indústria-chave; regime não concorrencial entre as várias indústrias existentes; aglomeração territorial. Como indústria-chave, entende-se aquela que provoca no conjunto geral um crescimento das vendas de outros produtos superior ao crescimento de suas próprias vendas, sendo, quase sempre, uma indústria que produz matéria-prima, energia, transporte, etc. Neste contexto, os efeitos técnicos para frente (forward linkages) são menos importantes que os efeitos técnicos para trás (backward linkages),

Para Tolosa (1972), as indústrias-satélites utilizam o produto da indústria motriz sem submetê-lo a grandes transformações estruturais via processo produtivo, ou seja, o valor adicionado é mínimo. Há ainda os efeitos técnicos laterais, que são aqueles associados a mudanças nos custos de mão-de-obra e na infraestrutura, especialmente os investimentos públicos.

Conforme Cavalcante (2008) e Miyoshi (1997) assinalam, pelo menos 28 países chegaram a programar ou discutir seriamente estratégias de desenvolvimento regional baseadas nos polos de crescimento de Perroux. Entre esses países incluem-se os Estados Unidos, a França, a Itália, a Rússia – então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – e o Brasil. Richardson (1975, p. 163) chega a afirmar que, no início da década de 1970, “a confiança na análise de pólos de desenvolvimento foi uma característica dominante do planejamento regional operacional tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento”.

As inovações desempenham relevante papel na Teoria do Polo de Crescimento, pois, segundo Perroux, a influência desestabilizante das indústrias motrizes gera ondas de inovações. Mas, o conceito de inovação adotado por Perroux (1978), em sua análise sobre a formação dos complexos industriais, assume algumas nuances distintas da abordagem de Schumpeter.

Este último fixou unilateralmente a sua atenção sobre o papel dos empresários e especialmente dos grandes empresários privados, porém os poderes públicos e as suas iniciativas, assim como as pequenas inovações de adaptação, não podem ser esquecidos. Perroux distingue os conceitos de crescimento e de desenvolvimento. Para PERROUX, o desenvolvimento é a combinação de mudanças sociais e mentais de uma população que a tornam apta a fazer crescer, cumulativamente e de forma durável, seu produto real, global.

Assim, em sua formulação teórica, o polo de crescimento não se identifica com o polo de desenvolvimento. Uma explicação talvez mais simples e coerente do declínio dos polos de crescimento é aquela que leva em conta o fato de que esses teriam sido concebidos em um ambiente onde a lógica de produção tinha uma base essencialmente fordista.

A questão, entretanto, transcende a simples discussão a respeito dos resultados empíricos da implementação de políticas regionais baseadas nos polos de crescimento, uma vez que é virtualmente impossível isolar seus efeitos de outras variáveis, e não parece haver uma unidade metodológica nos conceitos empregados. Possíveis políticas industriais baseadas nesta doutrina poderiam privilegiar a construção de infraestrutura de uso comum pelas diversas indústrias, ou incentivos fiscais que estariam disponíveis para qualquer setor industrial que viesse a se instalar na região atrasada.

Um polo de crescimento, portanto, consiste em uma ou mais indústrias que, pelos seus fluxos de produto e de renda, induzem o crescimento das demais indústrias a elas ligadas tecnologicamente (polarização técnica,) incluindo efeitos técnicos, linkages e economias externas geradas pelas indústrias motrizes; determinam a expansão do setor terciário por intermédio da renda gerada (polarização de renda) expressa pelo multiplicador keynesiano; podem incluir mudanças demográficas e de mão de obra – efeito lateral – e produzem um aumento da renda regional devido à progressiva concentração de novas atividades numa dada área, sob a hipótese de que esta área possua os necessários fatores de produção. Para que esta influência realmente seja exercida em toda a sua dimensão, o polo precisa dispor de canais que estabeleçam sua ligação com toda a região por ele influenciada. As estradas e os meios de transporte e de comunicação desempenham esta função, possibilitando o crescimento dos polos principais, pela formação do que Perroux chama de “nós de tráfego” e de “zonas de desenvolvimento”.

CAPÍTULO 2

A POLÍTICA INDUSTRIAL NO BRASIL: HISTÓRIA E EVOLUÇÃO

2.1 Industrialização e Desenvolvimento no Brasil

A partir da segunda metade do século XIX, com base nos reflexos da crise de 29 e da crise interna de exportação da monocultura do café, o Brasil sinaliza para uma nova acumulação capitalista, subordinando-se à nova divisão do trabalho e configurando as bases futuras rumo ao progresso econômico via indústria. Aproveitando as boas condições políticas, o então presidente Getúlio Vargas (1930) instala no país seu projeto de Estado com vistas à consolidação da industrialização brasileira, momento entendido por alguns intelectuais como a “Revolução Industrial” e, por outros, como a Revolução Burguesa (Florestam Fernandes). Várias tentativas de planejamento no Brasil têm sido tentadas desde o conflito da primeira guerra mundial, porém a iniciativa concreta de planejamento regional foi no governo Vargas no seu primeiro período de gestão (1930 a 1945).

Nesse período houve forte incentivo estatal e construção de infraestrutura econômica (transporte, energia e comunicações) para apoiar a indústria de base (substituição de importações). Foi regulamentado o Sistema S (SENAI, SESI, SENAC e SESC), para apoiar os capitalistas e os operários da indústria. Consistiu num movimento extremamente organizado, do ponto de vista da produção e reprodução do capital, que depois de 60 anos permanece em atuação. Tendo em vista que este capital revertido para a indústria teve origem na economia do café, esta indústria permaneceu em São Paulo, mais tarde migrou para Minas Gerais e Rio de Janeiro, concentrando-se, pois, na Região Sudeste (triângulo do progresso burguês). Tal situação acelerou a urbanização da capital do estado de São Paulo, que se transformou velozmente na grande região metropolitana industrializada.

Oliveira (1988) compreende a Revolução de 1930, liderada por Vargas, como a revolução burguesa não clássica, isto é, sem rompimento com a estrutura agrária anterior e encimada pelo Estado. Como Oliveira analisou, a base capitalista relativamente pobre e a falta de perspectivas de restaurar um modo de acumulação vinculado à divisão internacional do trabalho, condições existentes entre 1930 e

1945, fizeram com que a industrialização só fosse viável mediante a ativa promoção estatal que resultasse em expressiva transferência de renda dos agroexportadores para a burguesia industrial. Esta transferência foi viabilizada pelo apoio popular obtido por meio de pacto populista, o qual, em contrapartida, permitiu a reprodução das formas que caracterizam processos de acumulação primitiva no campo, pois, ao se excluir o mundo rural da CLT, evitou-se uma acentuada redução dos excedentes apropriados pelos proprietários rurais. Assim sendo, os trabalhadores rurais e a maioria dos ocupados no terciário não foram inseridos no novo estatuto do trabalho, a CLT, reproduzindo formas de exploração do trabalho prévias à fase monopolista do capitalismo.

Para Oliveira (1988), a industrialização não se dá necessariamente de forma espontânea, pois pode ser deflagrada por medidas e ações dos governos que veem na indústria o caminho para alcançar o desenvolvimento:

A idéia de buscar o desenvolvimento por meio da industrialização não pode ofuscar a visão dos planejadores locais, pois a transformação do impulso de crescimento em qualidade de vida depende, dentre outros fatores, de planejamento e de ações contínuas no sentido de evitar os efeitos negativos do processo de industrialização reforçada pelo desempenho das nações mais industrializadas do planeta, como Estados Unidos e Inglaterra, por exemplo, que alcançaram níveis elevados de conforto e de qualidade de vida.

Sem dúvida, para Sônia Draibe, o Estado capitalista no Brasil apresenta-se como dirigente do processo de industrialização, com um elevado grau de autonomia, mas não é um Estado descolado da realidade, já que encarna a dinâmica do processo e está firmemente ancorado na estrutura de classes. Sua ação, seus projetos e sua política, embora apontem para além dos horizontes dos interesses dominantes, não deixam de expressá-los de uma forma organizada e hierarquizada.

Sônia Draibe (1985) afirma:

De uma a outra fase da industrialização, com autonomia, força e capacidade de iniciativa, o Estado brasileiro planejou, regulou e interveio nos mercados e tornou-se, ele próprio, produtor e empresário; através de seus gastos e investimentos coordenou o ritmo e os rumos da economia e, através de seus aparelhos e instrumento controlou e se imiscuiu até o âmago da acumulação capitalista. Do ponto de vista social e político, regulou as relações sócio- estruturais, os interesses e se transformou numa arena de conflitos, todos eles "polarizados", mediados e arbitrados pelos seus agentes. Debilitou as instituições representativas e solapou as formas autônomas de aglutinação e dos conflitos. Manifestou-se como Executivo

forte, como aparelho burocrático-administrativo moderno e complexo e passou a operar através de um corpo cada vez maior e mais sofisticado de funcionários, os novos burocratas, metamorfoseados, nestas circunstâncias, em aparente 'tecnocracia' (1985, p.20).

Oliveira (1988), explicando a especificidade do desenvolvimento capitalista brasileiro, contesta a tese da chamada “substituição de importações”, visão errada da CEPAL, de que o desenvolvimento do capital e sua valorização se realizariam no “mercado” com a dinâmica dos preços, ou seja, o argumento está em que um dos elementos constitutivos da industrialização brasileira, a substituição das importações, pautava-se nas necessidades do consumo, e não nas necessidades da produção. Consequência dessa tese é o desprezo pela divisão da sociedade em classes, como motriz do desenvolvimento capitalista. Este tipo de abordagem da CEPAL, balizado pela economia neoclássica, que prescreve deixar a economia encontrar o seu equilíbrio perfeito, tem como característica a crítica contra a teoria do valor, de Karl Marx, enfatizando o aspecto do consumo.

2.2 Industrialização e Política Regional no Brasil, Centro Oeste e Goiás

No período de 1930 a 1945, o governo federal buscou apoio ao processo de industrialização em curso, valendo-se de políticas públicas de integração do território nacional. Para tanto, inspirado pelas teorias dos lugares centrais e redes de cidades (Christaller, 1930) e visando promover as condições de crescimento do mercado e do consumo interno, criou o Programa “Marcha Para o Oeste”, visando às regiões Norte e Centro-Oeste. Foram aplicados incentivos financeiros para investimento na melhoria de cidades-polos e na criação de novos centros urbanos. Entre outras, foi contemplada a cidade de Goiânia (criada em 1933), nova capital do estado de Goiás, com status de cidade-indústria. Outros programas com o propósito de atrair migrantes, como a Colônia Nacional de Goiás - CANG (1940), em Ceres, no Vale do São Patrício, fortaleceu a região de Goiânia e Anápolis, construindo, assim, os suportes para o desenvolvimento capitalista em Goiás.

Segundo Estevam (2004), no período de 1930-45 essa região atraiu fluxos expressivos de trabalhadores que haviam sido expulsos de seus locais de origem em busca de uma ocupação no processo produtivo. Até 1942, a população tinha maior representatividade em municípios situados ao longo da ferrovia, mais

precisamente na ligação do Triângulo Mineiro a Anápolis. Com a construção de Goiânia, intensificou-se um surto migratório para a região centro-sul do estado, que passou, então, a dividir com o município de Anápolis o desenvolvimento e as funções de eixo econômico de atração de população.

Com a volta ao poder em 1950, Getúlio Vargas realizou um esforço de planejamento muito mais ambicioso e completo, através da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Nessa oportunidade, a comissão fez um dos mais completos levantamentos da economia brasileira, além de propor uma série de projetos de infraestrutura com seus programas de execução, abrangendo a modernização de vias férreas, portos, navegação de cabotagem, geração de energia elétrica etc. Sugeriu medidas para superar as disparidades regionais de renda, isto é, para melhor integrar o Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste ao restante da economia nacional. Para alcançar a estabilidade monetária e alavancar o programa, criou o BNDES e o BNB (1952).

Como efeito do programa federal, foi construída a ligação da ferrovia de Anápolis a Goiânia, reforçando ainda mais a migração para Goiânia. De 1955 – 1960 entrou em ação o Plano de Metas do Presidente Juscelino Kubistchek, o chamado “cinquenta anos em cinco”. Os setores industriais consolidados, após este plano, foram os de bens de consumo duráveis e insumos intermediários, ficando concentrados na região sudeste do país. A renda permaneceu nas mãos dos grandes capitalistas rurais e industriais.

De um lado, foram feitos investimentos na infraestrutura e direcionaram-se incentivos e financiamentos para a modernização conservadora da agropecuária (produção de matéria prima), para atender a indústria; de outro, também houve investimentos nos polos urbanos, para atrair trabalhadores que seriam expulsos da terra, a fim de que trabalhassem na indústria.

Um processo de industrialização tardio, imposto de cima para baixo, não consegue oferecer os empregos necessários, criando um exército de peregrinos desempregados nos centros urbanos da região sudeste e, posteriormente, dispersando para outras cidades centrais nas regiões do Brasil. Sem infraestrutura econômica e social para acolher os trabalhadores, semeia-se o caos que nutre o capital urbano, criando-se a renda da terra urbana. Desta, extraem-se as rendas diferenciais I e II do solo urbano, as formas mais selvagens e avançadas de acumulação do capital. Ainda sob a batuta do plano de metas, criou-se a

Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE (1957), na tentativa de impedir o pesadelo da emigração em massa do nordestino para as regiões industrializadas. O esforço de Celso Furtado não se concretizou.

Exatamente em 1960, implantou-se a capital federal, Brasília, no Distrito Federal. Este novo lugar central, situado a 200 km de Goiânia, no território de Goiás, promoveu a abertura da BR- 153 e da BR-060, resultando em mais um impulso na imigração para o território goiano. Também foram reforçados os núcleos urbanos ao longo das rodovias, adensando-se as microrregiões do sudoeste e de Goiânia. Ressalta-se que a infraestrutura de transporte adotada pelo governo federal aprofundou o intercâmbio de Goiás com São Paulo, no processo de integração nacional de mercadorias. No período, o governador de Goiás era Mauro Borges, que criou o plano de desenvolvimento de Goiás - PNDG, considerado arrojado para a época. Foram também criados o Programa de Desenvolvimento Industrial (1962), a METAGO e a IQUEGO. Uma gestão modernizadora, porém, foi interrompida com o Golpe Militar de 64.

Ressalte-se que o maior fluxo migratório para Goiás ocorreu entre as décadas de 40 a 70, período assim caracterizado: i) implantação de Goiânia; ii) construção de Brasília; iii) modernização da agricultura.

Segundo DINIZ (2001):

Entende-se que a construção de Brasília foi o elemento de maior impacto na integração econômica do território brasileiro. Em primeiro lugar, por sua localização no centro do país, em área relativamente vazia até então. Em segundo lugar, pelas diretrizes estabelecidas a partir do Programa de Metas sobre a infra-estrutura, especialmente do sistema rodoviário. Brasília passou a funcionar como o nóculo da integração do referido sistema, decorrente da construção dos grandes troncos rodoviários: Brasília-Belém; Brasília-Belo Horizonte; Brasília-São Paulo; Brasília-Cuiabá; Brasília-Barreiras, e suas ramificações. Em terceiro lugar, como decorrência do sistema de transportes e das mudanças tecnológicas na agricultura, foi possível a incorporação produtiva dos cerrados, viabilizando a expansão da extensa fronteira agrícola do Centro-Oeste brasileiro, atingindo os cerrados nordestinos e amplas faixas da Região Norte do país. O crescimento de Brasília, em si, a expansão agropecuária e seus efeitos sobre o crescimento urbano e de suas atividades permitiram que o Centro-Oeste se transformasse em uma das regiões mais dinâmicas do país. (DINIZ, 2001, p.14)

De acordo com ALCOFORADO (2000), o Programa de Metas não representava um plano geral de desenvolvimento global. Ele não abrangia todas as áreas de investimento público, nem todas as indústrias básicas, da mesma forma

que não procurava conciliar as necessidades de recursos nos setores abarcados pelo plano com as dos setores não incluídos, nem tampouco com disponibilidade global de recursos. Fixaram-se metas de cinco anos para 30 setores básicos da economia, tanto de infraestrutura como diretamente produtivos, metas a serem cumpridas em conjunto pelo governo e a iniciativa privada. Cinco grandes áreas foram cobertas: energia, transporte, alimentação, indústrias básicas e educação, especialmente a formação de pessoal técnico. Pode-se dizer que continua no Brasil o fim do padrão de acumulação baseado na industrialização por substituição de importações, orientada pelo Estado, tudo isso diretamente relacionado ao crescente endividamento externo.

Para Alconforado (2000),

(...) o governo Juscelino Kubitschek levou avante em 1956 o processo de substituição de importações iniciado em 1930 com o governo Vargas e que crescimento da economia brasileira se realizou naquele período graças aos investimentos governamentais financiados com a inflação e investimentos diretos do exterior. Inúmeras empresas estrangeiras se estabeleceram no Brasil atraído pelas facilidades fiscais e financeiras oferecidas pelo governo (...) o processo de industrialização foi retomado com expansão da indústria de bens de consumo e o governo federal, além de promover a construção de Brasília, realizou vultosos investimentos na infraestrutura de energia e de transportes para viabilizar a indústria automobilística em implantação no país e a integração do surgimento de uma classe operária e de um sindicalismo cada vez mais mercado interno. O processo de industrialização deu margem, também, ao reivindicante na defesa dos interesses dos trabalhadores. (ALCOFORADO, 2000, p. 10)

Após o período de 62 e 63 (momento conturbado com Jango na presidência), que terminou com o golpe militar de 64, toma posse o primeiro governo militar com Castelo Branco (1964 a 1967). O mesmo cria a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM (1965), cuja finalidade era promover o desenvolvimento da região amazônica, promovendo incentivos fiscais e financeiros especiais para atrair investidores privados, nacionais e internacionais, favorecendo o grande latifúndio. Em seguida institui o BASA (1966) e a SUFRAMA (1967), além da SUDESUL (1967), para substituir a SPVERFS. Também para substituir a CDVSF, cria a SUVALE (1967). Institui a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste - SUDECO (1967), que acompanha os esboços atribuídos à SUDENE, no que se refere ao planejamento, ao desenvolvimento regional e à sua estrutura. Foi a primeira superintendência criada com legislação que atende especialmente o

estado de Goiás, visando atrair investimentos para áreas compreendidas nesta localização e incorporados na “operação Amazônia”.

No segundo governo militar (1968 a 1974), entra em vigor o Programa Nacional de Desenvolvimento - PND I, que promove um progresso econômico vigoroso (milagre brasileiro), amplia e diversifica o parque industrial e avança na infraestrutura econômica urbana e rural. O PND I foi fundamental no processo de urbanização nos arredores das cidades-polos e no fortalecimento da industrialização localizada no sudeste (influência dos mercados). Estabeleceu também o preço único dos combustíveis para o território nacional, subsidiou o óleo diesel (diminuição dos custos de transporte de cargas) e instituiu o Programa de Substituição do Petróleo por Álcool – PROALCOOL, expandindo o plantio da cana de açúcar e sua industrialização.

Na década de 70, foram instituídos vários outros programas: i) o novo Programa de Estimulo à Agroindústria do Norte e Nordeste – PROTERRA (1971), que beneficiou o norte de Goiás, incluído no principal polo – eixo Belém- Brasília – definido na Amazônia Legal; o PROTERRA financiou a Pavimentação da BR-153 e beneficiou a grande propriedade, em detrimento do pequeno; ii) para apoiar as atividades produtivas rurais em áreas fora da Amazônia Legal, foi criado o Programa de Desenvolvimento do Oeste – PRODOESTE (1971), que possibilitou a integração do Mato Grosso e o Sudoeste de Goiás, com a implantação da estrada Jataí-Rondonópolis; iii) o FUNDECI (1971) e o POLOAMAZONIA (1974), que promoveram a abertura de estradas vicinais e a pavimentação de rodovias, fatores que induziram a expansão capitalista e incentivaram os conflitos sociais na Amazônia Legal.

De 1975 a 1985 entra em vigor o PND II, em meio à crise mundial do petróleo que se iniciou em 1973. Entra em cena o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados - POLO CENTRO (1975), considerado um dos programas mais completos, que visava à implantação da agropecuária na concepção de polos de desenvolvimento, com dotação de infraestrutura (estradas, energia e silos para armazenagem de grãos). Financiou o maior sistema de pesquisa agropecuária, coordenado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. Para difundir a tecnologia e as orientações técnicas e administrativas sobre o programa, cria-se a Empresa Nacional de Assistência Técnica - EMBRATER, com o objetivo de coordenar as empresas de assistência espalhadas nos estados que compõem o território do cerrado.

Mesmo diante da situação de crise econômica, os dados mostram que a modernização da agricultura continua no território do cerrado e em Goiás. Isto se deve ao nível de organização e integração das multinacionais vinculadas à cadeia produtiva da agropecuária, mobilizando o capital através dos incentivos fiscais, creditícios e infraestruturais voltados ao agronegócio burguês no Brasil. Em 1979, na reforma administrativa federal, criam-se o Ministério do Interior - MINTE e o POLONOROESTE (1980), o que proporcionou mais incentivo e tecnologia para desenvolver o cerrado, desta vez na área de irrigação. São criados também o PROVARZEAS (1981) e o PROFIR (1982).

Em Goiás, a partir de 1983, Iris toma posse, com um governo civil, depois do período ditatorial. Em 1985, regulamenta-se o Programa FOMENTAR, que veio impulsionar a política industrial. Em nível nacional, cria-se o PRONI (1986), para garantir o processo de irrigação em andamento, e o PROALGO (1989), visando à reparação das perdas agrícolas por danos climáticos.

O processo de transformação econômica e social em Goiás deve ser compreendido a partir da lógica dos incentivos federais e, mais recentemente, através da intervenção dos PND I e II. Isto tudo se acha imbricado com a política de incentivos fiscais para atrair indústrias, priorizando a agregação de valor às vantagens comparativas (extração de minérios e produção de matéria prima), e, principalmente, com o movimento de desconcentração.

Analisando-se os dados do período, nota-se que até 1960 a agropecuária representava a maior participação no PIB e, logo a seguir, apareciam os serviços e a indústria. A partir de 1970, em consequência do surto demográfico que vem se consolidando desde a criação de Goiânia e Brasília, bem como das políticas públicas de apoio à industrialização da produção e à verticalização do setor agrícola, a taxa de urbanização passou a se refletir na composição da renda interna do estado. A agropecuária, portanto, perdeu peso, e o setor de comércio e serviços aumentou sua participação relativa (ESTEVAM 1998, 195). Nesse momento aconteceu um processo de especialização da estrutura produtiva de bens de consumo e agroindustrialização.

Observa-se que a participação da agricultura em 1960 representava 49,5% e decresceu bruscamente para 27,9% em 1980. Já a indústria passou de 7,3% em 1960 para 21,7% em 1980. O setor de serviços, que já vinha crescendo, com os surtos imigratórios avançou de 43,2% para 50,3%. Os setores da indústria e do

comércio cresceram até 1990. Estes resultados já incorporam os efeitos dos investimentos fiscais na indústria realizados pelo FEICOM (1971), conforme mostra a Tabela 1.

TABELA 1 - Goiás: composição percentual da renda interna 1960 - 1995

Ano	Agricultura	Indústria	Serviços						
			Total	Comércio	Inst. Fin.	Transporte	Governo	Aluguéis	Outros
1960	49,5	7,3	43,2	14,4	2,1	4,1	3,8	7,8	11,0
1970	28,0	9,0	63,0	17,5	7,7	5,3	8,6	11,2	12,6
1980	27,9	21,7	50,3	13,4	6,0	4,8	5,8	7,8	12,5
1985	20,2	26,0	53,8	11,6	13,2	3,7	5,5	3,6	16,2
1990	16,0	29,2	54,8	8,5	6,6	4,7	12,4	6,5	16,1
1995	16,2	25,4	58,4	6,9	7,0	4,6	9,2	9,3	21,4

Fonte: Centro de Contas Nacionais e Centro de Estudos Fiscais – DCS/BRE/FGV e Dados do IPEA, NB. Exclusive Tocantins a partir de 1985.

Quanto ao número de contratos de crédito rural, nota-se que este número decresce de 1969 a 1972, uma vez que o PND I incentivou a industrialização e a urbanização no Brasil. A partir de 1973, tais contratos crescem, passando de 50.3% para 98.8% em 79, praticamente o dobro. Isto se deve ao período de intensa incorporação de tecnologia para a modernização do processo produtivo agropecuário no Centro-Oeste, representando a transição do sistema tradicional de cultivo rumo à produção de commodities, o que se consolida e se aprofunda com o PND II. Tal processo pode ser apreendido pelo número de tratores que, a partir de 1970, passa de 5.692 unidades para 43.313 em 1995. Observe-se a Tabela 2.

TABELA 2 - Crédito rural de custeio em Goiás: número de contratos

1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
50.784	45.558	39.757	45.854	51.343	59.821	80.883	68.115	62.888	72.519	98.796

Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil – Gerur, 1969/1970.

Com relação à composição produtiva, houve mudanças na estrutura agrícola de Goiás. Até 1980, com 1.455 t/ha, o arroz era a principal cultura de exportação; o feijão e o milho tinham pouca expressão econômica regional, sendo prioritariamente cultivados em unidades familiares. A partir de 1985, a produção de arroz e feijão sofreu uma queda vertiginosa, enquanto as culturas de cana, milho e soja tiveram um aumento na produção e se consolidaram como culturas resultantes das novas tecnologias incorporadas ao processo produtivo do setor. Isto atendia não só ao

apelo da indústria nacional, mas também à onda racionalista da revolução verde. Esta estrutura foi se especializando em commodities e resistiu ao período de crise. (1985 a 1995), conforme mostra a Tabela 3.

TABELA 3 - Goiás: área colhida e produção das principais culturas – 1960 – 1994
(1000 Ha e 1000 Ton.)

Ano	Arroz		Feijão		Cana		Milho		Soja	
	(ha)	(ton)	(ha)	(ton)	(ha)	(ton)	(ha)	(ton)	(ha)	(ton)
1960	420	724	78	76	34	1.453	192	321	0	0
1969	930	915	157	96	31	1.341	379	561	1	1
1975	947	869	223	112	15	614	640	1.228	55	73
1980	1.186	1.455	160	72	20	1.218	803	1.751	246	455
1985	1.071	1.358	180	51	103	7.024	926	2.464	621	1.127
1988	1.099	1.551	210	57	96	6.556	1.112	2.993	773	1.497
1989	836	1.293	137	72	100	6.914	1.145	3.693	1.048	2.156
1991	333	524	179	121	111	7.136	884	2.886	800	1.661
1992	617	953	155	114	102	7.316	812	2.868	826	1.808
1993	470	689	153	130	100	7.205	805	2.679	998	2.030
1994	466	823	160	147	109	8.044	978	3.261	1.141	2.360

Fonte: Censos agropecuários e estimativas FIGGE.

Nas décadas de 80 e 90 a crise se aprofunda, já que o juro sobe e gera o aumento das dívidas interna e externa; conseqüentemente, a inflação dispara. O neoliberalismo, em ascensão nos EUA e Inglaterra, invade os países em desenvolvimento e chega ao Brasil. O FMI impõe medidas de austeridade ao mundo pobre e em desenvolvimento, entre estes ao Estado brasileiro. Internamente impõe a desestatização e exige a abertura do mercado. O Brasil, nesse período, patinava no seu processo de industrialização tardia, enquanto nos países centrais, em meio à crise do petróleo, avançavam-se os novos processos e especialização produtiva (terceira revolução tecnológica).

De um lado, o neoliberalismo pressionava por ajustes na macroeconomia, flexibilização da produção e do trabalho, aumento da produtividade e competitividade das indústrias; de outro, cem anos de atraso econômico. Pressionado por mudanças políticas, econômicas, sociais, culturais e urbanas, o resultado não poderia ser outro. O Brasil perde o rumo e emplaca duas décadas perdidas (1980 e 1990). Contraditoriamente, por iniciativa dos próprios estados, inicia-se um processo de reestruturação produtiva de “baixo para cima”, isto é, sem a coordenação do governo federal.

2.3 Reestruturação e Flexibilização Produtiva

A Reestruturação Produtiva engendrou-se a partir da década de 70 sob o advento da revolução tecnológica e aprofundou-se nas décadas de 80 e 90. No entanto, para entender este processo e os novos parâmetros de dominação e acumulação, é necessário compreender os antigos modos de produção capitalista baseados no binômio taylorismo/fordismo, compactuados pelo Estado,

Para Antunes (2000), a atuação estatal vigente do pós-guerra à década de 70, o chamado Estado de Bem-Estar Social, atrelado aos interesses produtivos do sistema capitalista-fordista, se caracterizava pela intervenção na dinâmica social através da garantia de acesso da população aos serviços sociais, os *salários indiretos*, possibilitando ao trabalhador mais dinheiro para consumo em massa, paradigma do sistema de produção fordista. Configurava-se, assim, o compromisso capital/trabalho.

O padrão de dominação do binômio taylorismo/fordismo, que se configurou nos gloriosos 30 anos (do pós-guerra à década de 70), deu sinais de crise como manifestação da crise estrutural do capital, principalmente no que diz respeito à taxa decrescente de lucros. Essa crise ganhou combustível com o ressurgimento da luta de classes dos anos 60, pondo fim ao “compromisso” estabelecido pelo *Welfare State*.

Como resposta à crise do padrão de acumulação então vigente, iniciou-se a reestruturação produtiva, sob o advento do neoliberalismo, com a transferência sistemática de capitais ao mercado financeiro. Ancorando-se na Revolução Tecnológica, implementaram-se os modelos de produção idealizados no “modelo japonês”.

As repercussões dessas transformações para a classe trabalhadora foram sobremaneira importantes e desastrosas, pois a desproletarização e a precarização das formas de trabalho acarretaram a complexificação da classe trabalhadora e o enfraquecimento da sua unidade. Essa complexificação da classe trabalhadora, além de fragmentar os trabalhadores, possibilitou que fossem retirados direitos historicamente conquistados, o que ocasionou o enfraquecimento do movimento sindical e o seu controle através do “sindicato da empresa”. (ANTUNES, 2000)

2.4 Desconcentração Regional

A reestruturação produtiva acelera os passos da desconcentração regional e torna-se, portanto, a partir de meados dos anos 1980, muito mais complexa, por desvirtuar-se frente aos descaminhos estabelecidos na condução da economia nacional. Torna-se cada vez menor a parcela do processo que diz respeito efetivamente à diversificação produtiva da periferia nacional, associada e integrada com o centro dinâmico nacional, tal qual ocorreu na década de 1970.

O processo de concentração da indústria de São Paulo teve suas raízes no final do século XIX, quando o país ingressou no seu 3º ciclo de exportação da monocultura do café, que floresceu em meados do século XX e teve sua ascensão produtiva nas terras paulistas, sustentado pelos seguintes fatores: i) condições de solo e clima; ii) infraestrutura econômica (mão de obra livre e assalariada, transporte e tecnologia); iii) benefícios decorrentes da primeira guerra mundial, da revolução industrial tardia e dos bônus da segunda guerra mundial.

Cano (1998), no livro *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*, articula essas esferas e mostra como os aspectos específicos da economia paulista possibilitaram uma acumulação propícia à consolidação da região como centro industrial nacional. Para ele, a capacidade de geração de excedente, o estabelecimento de relações capitalistas de trabalho e de propriedade e o perfil da acumulação alçaram São Paulo à região mais dinâmica do país. E esta concentração de fato ocorreu, conforme a Tabela 4.

TABELA 4 - Variação anual média do PIB do Brasil e de São Paulo 1970-1980 (%)

Setores	Brasil	São Paulo	Participação SP/BR	
	1970	1980	1970	1980
Primário	3,8	3,6	18,0	14,2
Secundário	9,3	7,4	56,4	47,3
Ind. de transformação	9,0	8,1	58,1	53,4
Terciário	8,0	7,9	35,0	34,8

Fonte: Dados Brutos do IBGE. Apud Cano (2008)

Wilson Cano (1998) observa que a desconcentração produtiva decorre de vários fatores, tais como: i) as políticas de desenvolvimento nacional e regional, como o PND I, que contribuíram fortemente para alavancar os investimentos públicos e privados nas demais regiões, sobretudo a partir da década de 1970; ii) os

período de altas taxas de crescimento do produto interno, iv) o país passava pela questão do "nacional desenvolvimentismo", ou seja, implantava políticas que abrangiam o país como um todo, buscando promover a integração do mercado nacional v) o crescimento do comércio exterior, sobretudo as exportações, vi) a expansão das fronteiras agrícola e mineral. Constata-se que, nesse período, a desconcentração produtiva na região metropolitana de São Paulo ocorre não apenas por problemas apresentados na região, mas também devido ao momento pelo qual passava o Brasil.

Já a partir da década de 1980, com as conseqüentes crises que assolavam o país, como a inflacionária e os problemas de demanda, a região mais afetada foi justamente a que possuía os principais setores da economia, ou seja, a região metropolitana de São Paulo. Os novos investimentos de modernização do parque industrial caíram vertiginosamente. Também a partir da década de 1990, com a abertura da economia, a entrada de empresas transnacionais e as desnacionalizações, ocorreram mudanças na estrutura produtiva, com novas formas de organização, seja através da eliminação de plantas ou da busca de novos espaços com melhores condições. Também o acirramento da "guerra fiscal" fez com que a indústria paulista perdesse participação.

Conforme tabela 5, verifica-se que a partir de 1960, São Paulo começa a perder participação no PIB total do Brasil. Nos anos 1970, num contexto já descrito de forte crescimento, a economia de complementariedade cresce e amplia-se a integração com São Paulo, principalmente as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste (com forte expansão da fronteira agrícola).

TABELA 5 - Participação regional no PIB total 1939-2009

(Brasil = 100%)

Grandes Regiões	Anos									
	1939	1949	1959	1970	1980	1985	1989	1995	2000	2009
NO*	2,6	1,7	2,0	2,2	3,2	3,8	4,9	4,6	4,6	5,3
NE	16,7	13,9	14,4	12,0	12,2	14,1	12,3	12,8	13,1	14,0
MG	10,0	10,4	7,9	8,3	9,4	9,6	9,6	9,7	9,6	9,4
ES	1,2	1,3	0,8	1,2	1,5	1,7	1,7	2,0	2,0	1,9
RJ	20,9	19,5	18,5	16,1	13,6	12,7	10,3	11,5	12,5	12,6
SP	13,2	36,4	37,9	39,5	37,7	36,1	37,8	35,5	33,7	30,9
PR	2,9	4,0	5,4	5,5	5,9	5,9	6,3	5,9	6,0	6,1
SC	2,2	2,5	2,4	2,8	3,3	3,3	4,2	3,6	3,8	4,0
RS	10,2	8,6	8,4	8,7	8,1	7,9	8,2	8,3	7,8	8,1
CO**	2,1	1,7	2,3	2,7	3,6	3,4	3,3	4,0	4,3	5,0
DF	-	-	-	1,0	1,5	1,4	1,5	2,0	2,7	2,5

Fonte: FGV apud Cano (2008).

*NO inclui TO a partir de 1980 **CO exclui DF e inclui TO entre 1939-80.

Nessa situação também estão os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina. Essa expansão, como já vimos, estava bastante relacionada com a participação da indústria nessas regiões e com a modernização da agricultura no Centro-Oeste. Continua até 1985, período em que a maturação dos investimentos realizados na década de 1970 se efetiva.

Observa-se também, na tabela 6 uma perda de participação no valor de transformação industrial e no número de pessoal ocupado das grandes regiões, que era de 68,4% em 1996. A partir desse ponto, contudo, a queda de participação adquiriu um ritmo mais forte, passando para 60,5% do VTI brasileiro.

TABELA 6 - Participação do valor da transformação industrial e pessoal ocupado das grandes regiões geográficas do Brasil – 1970/2009

Regiões / UF	Valor da Transformação Industrial (Estrutura %)					Pessoal Ocupado (Estrutura %)				
	1970	1985	1990	1996	2009	1970	1985	1990	1996	2009
NORTE	0,8	2,5	3,1	4,5	5,9	1,5	2,7	2,6	2,7	3,3
NORDESTE	5,7	8,6	8,4	7,5	10,0	10,2	10,8	11,8	10,5	13,0
SUDESTE	80,8	70,9	69,3	68,4	60,5	69,7	64,2	69,3	61,2	53,2
Minas Gerais	15,7	9,5	9,9	9,0	10,1	7,5	8,5	8,1	10,0	10,5
Rio de Janeiro	12,1	7,7	8,8	8,7	10,5	13,3	9,4	9,5	7,9	5,7
São Paulo	58,1	51,9	49,3	49,4	37,9	48,0	45,1	44,9	42,0	35,4
SUL	12,0	16,7	17,4	17,4	19,1	16,9	20,0	20,3	22,5	25,2
CENTRO-OESTE	0,8	1,4	1,8	2,2	4,5	1,4	2,2	2,1	3,1	5,3
BRASIL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE, DINIZ E CROCCO (1996), para 2009 IBGE – PIA Empresa (2009)
Elaboração dos autores

Em 2009, em contrapartida, houve ganhos de outras regiões, sobretudo das regiões Norte e Centro-Oeste. O mesmo ocorreu para o pessoal ocupado.

2.5 Territorialização e Redes

A interiorização da economia foi sempre um processo de mudança que lentamente determina uma nova configuração regional e nacional, importante para o desenvolvimento do país como um todo.

Para Kupfer (2005), a política industrial desenvolvimentista do final da década de 1970 logrou constituir uma estrutura industrial quase completa, a qual

abarcava uma indústria de bens de capital de boa capacidade manufatureira e uma indústria de base moderna. Desta forma, em linhas gerais, pode-se afirmar que o regime competitivo de substituição de importações engendrado no período provou ter uma capacidade estruturante relativamente grande, com a implantação de novos setores na matriz industrial (por exemplo, petroquímica). Porém, revelou-se igualmente que tal política apresentava baixa capacidade regional.

Neste sentido, Kupfer (2005) destaca que, dado o aprofundamento da abertura comercial e a premência em reduzir custos de produção para resistir à competição advinda do exterior, este processo envolveu fortes reflexos sobre os processos produtivos vigentes. Em particular, a resposta das empresas abrangeu uma estratégia de enxugamento que se cristalizava em práticas como: concentração das competências centrais das firmas; verticalização da produção; terceirização de atividades; e *outsourcing*, entre outras. Tal estratégia propiciou, num curto espaço de tempo, ganhos significativos de produtividade baseados muito mais na reorganização da produção do que na incorporação de progresso técnico nos processos produtivos ou de melhorias na gestão da produção: “Acolhem novas divisões do trabalho, nova hierarquia e posições na rede urbana, novos conteúdos normativos que se aderem ao território e mesmo especializações territoriais alienadas que destoam de seus contextos pretéritos.” (PEREIRA & KAHIL, 2006, p. 227)

No Brasil, a territorialização vem sempre acompanhada da atividade extrativa e ou da produção de matéria prima. Mais recentemente, também envolve a indústria e a produção em redes.

Segundo PEREIRA & KAHIL (2006), a discussão sobre redes, na contemporaneidade, leva em consideração um ponto chave, a saber: presencia-se a era da informação, materializada no meio técnico científico, sendo produtoras de aceleração, ou seja, há uma maior mobilidade dos fluxos em relação aos fixos. Neste sentido, os autores apontam para diferentes tipos de redes: as redes de infraestrutura, que compreendem as redes de transporte (rodovias, ferrovias, etc.) e as redes de comunicação e informação (infovias, internet, sistemas de comunicação via satélite etc.), as quais “funcionam como suporte para o fluxo de materiais e informações no território.” Existem também as redes de serviços que são formadas pelas redes informacionais, bem como “pela organização de pontos e agentes no território para a realização de determinada atividade.” Estas redes se utilizam tanto das redes materiais (infraestrutura) quanto das imateriais (formadas por articulações

políticas e sociais). Pode-se considerar a formatação dos CAIs como um tipo de rede de serviços, uma vez que ativam pontos no território como, por exemplo, os produtores integrados, como agentes de serviços fornecedores de matéria prima.

É óbvio que essa expansão territorial das etapas produtivas só é possível graças às facilidades de transporte e informações, o que engendra o atual meio técnico-científico. Assim, Verdi apud PEREIRA & KAHIL (2006) chamam a atenção para as “empresas-rede”, que seriam resultado de um processo de “externalização” da produção, “caracterizada pela extensão da divisão industrial do trabalho, a repartição das ações produtivas de uma única empresa por vários agentes produtivos”. Para os autores, as grandes empresas, ao distribuir pontualmente pelo território os seus interesses corporativos, vão criando novas necessidades nos lugares que recebem os “nós” articulados por suas redes. Como resultado, configura-se uma refuncionalização dos lugares, que “acolhem novas divisões do trabalho, nova hierarquia e posições na rede urbana, novos conteúdos normativos que se aderem ao território e mesmo especializações territoriais alienadas, que destoam de seus contextos pretéritos”.

2.6 Acumulação Flexível

David Harvey, em sua obra “A Condição Pós- Moderna”, afirma que, na década de 1970 a 1980, aprofunda-se o conflito entre razão e contra razão. Tal fato vem provocando uma série de mudanças no modo de produção, negando o modelo de acumulação fordista do pós-guerra em favor do modelo de acumulação flexível que continua se desdobrando em sucessivos processos:

... Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas... Ele também envolve um novo movimento que chamarei de “compressão do espaço-tempo”... no mundo capitalista - os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado. (HARVEY 1993, p. 140)

Sobre o trabalho, Harvey especifica que a flexibilização da acumulação permite aos empregadores um maior controle sobre o trabalho, dado a sua característica de gerar desemprego. O mercado de trabalho vem sendo alterado de tal forma que a modalidade da subcontratação vem se tornando uma verdadeira opção para os que perdem os seus postos no mercado, muito embora percam com isso os chamados *efeitos agregados*, como cobertura de seguro, direitos de pensão, níveis salariais e segurança no emprego. (Ibidem, p. 144)

No que diz respeito à produção, as economias de escala foram substituídas por uma crescente capacidade de manufatura de uma variedade de bens e preços baixos em pequenos lotes. Assim, segundo esse autor, "... As economias de escopo derrotaram as economias de escala". Ele também afirma que "... Esta produção flexível permitiu" uma aceleração do ritmo de inovação do produto, ao lado da exploração de nichos de mercado altamente especializados e de pequena escala.

Quanto ao tempo de giro, que sempre é uma chave da lucratividade capitalista, ele ressalta que o mesmo foi reduzido de modo dramático pelo uso de novas tecnologias produtivas (automação, robôs) e novas formas organizacionais (como o sistema de gerenciamento de estoques "*just-in-time*"), que corta dramaticamente a quantidade de material necessário para manter a produção fluindo. Mas, a aceleração do tempo de giro na produção teria sido inútil sem a redução do tempo no consumo. Ele afirma ainda que "vida de um produto fordista típico, por exemplo, era de cinco a sete anos, mas a acumulação flexível diminuiu isso em mais da metade em certos setores...". (Ibidem, p. 148)

Estas transformações vêm trazendo para a constituição do sistema capitalista um novo conteúdo no seu grau de coesão e centralização, havendo ainda dois processos que incidem neste novo significado do sistema, a saber: o caráter informacional da sociedade, no qual as informações precisas e atualizadas tornam-se objeto de mercadoria; o outro vem a ser a reorganização do sistema financeiro como um movimento dual pelo qual a formação de conglomerados corre em paralelo às novas formas de descentralização de atividades. (Ibidem, pp. 150-152)

Em nível de Governo, verifica-se um gradual abandono do apoio ao *Estado do bem-estar social*, com um ataque ao salário real e à organização sindical. O acirramento da competição internacional tornou imperativa a ação do Governo em favor de uma situação estimuladora para os negócios, o que implica não só um

maior controle social, como também vantagens para facilitar as trocas comerciais das empresas e o respectivo avanço tecnológico. (Ibidem, pp. 156-158)

Este Estado empreendedor vivencia uma situação difícil. É chamado a regular as atividades do capital corporativo no interesse da nação e é forçado, ao mesmo tempo, também no interesse nacional, a criar um “bom clima de negócios para atrair o capital financeiro transnacional e global e conter (por meios distintos dos controles de câmbio) a fuga de capital para pastagens mais verdes e mais lucrativas.” (Ibidem, p. 160)

David Harvey, no entanto, chama atenção para a tentativa de se fortalecer o Estado, tendo em vista que o processo de *acumulação flexível* gera um ambiente inseguro, o que estimula o aparecimento de movimentos em favor de valores estáveis, como os representados pela família, a religião e o Estado. (Ibidem, pp. 161-162)

CAPÍTULO 3

RESULTADO DO MODELO DA POLÍTICA INDUSTRIAL GOIANA 1985-2007

A avaliação dos resultados da política industrial adotada no período baseia-se fundamentalmente nas teorias de desenvolvimento regional, seguindo o paradigma do desenvolvimentismo. Isto certamente causa um rebatimento na geografia do território. As análises e interpretações das informações e indicadores socioeconômicos e espaciais buscam focar o objeto geral e os objetivos específicos deste estudo, podendo comprovar ou refutar as hipóteses apresentadas.

A metodologia utilizada permite verificar se houve crescimento econômico e qual a sua dimensão, com atenção especial ao setor da indústria. Esse possível crescimento será medido através do PIB e do valor adicionado, priorizando-se a geração de emprego e renda, o rendimento médio, a evolução do emprego, o índice de desligamento do trabalho pelas empresas e, sobretudo, o custo desse emprego em relação aos incentivos liberados pelo Estado. Será utilizado o método de comparação entre Goiás, Centro-Oeste e Brasil, principalmente com dados anteriormente produzidos.

3.1 Políticas de Incentivos Fiscais em Goiás

Os incentivos fiscais, a rigor, funcionam como instrumentos para impulsionar o processo de desenvolvimento de determinados setores do país e, também, como principal instrumento jurídico de que se vale o governo para implementar projetos econômicos e de desenvolvimento regional.

Já os incentivos regionais encontram sua razão de ser na disparidade econômica e social que o Brasil apresenta como país-continente, visando corrigir ou ao menos atenuar essas diferenças, atendendo a áreas geográficas que apresentem peculiaridades e discrepâncias, através dos objetivos constitucionais fundamentais previstos no art. 3º da Lei Maior, em especial a garantia do desenvolvimento

nacional, perseguindo a erradicação da pobreza, da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Com relação aos incentivos fiscais, não é objetivo deste estudo dessecar sua legalidade, ou seja, suas implicações jurídicas e tributárias, já que a pesquisa parte do pressuposto que, perante a Constituição Federal, o incentivo é normatizado. Justifica-se, pois, que o objeto da investigação se restrinja à importância e ao desempenho do benefício na atração de indústrias para o território de Goiás.

O Artigo 155 da Constituição Federal assim estabelece:

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:
[...]

II – operações relativas à circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior. (BRASIL, 2005)

Varsano (1997) argumenta que a renúncia fiscal, ou seja, o incentivo fiscal, é raramente justificado, pois, conceitualmente, a tributação justifica-se na medida em que o benefício gerado pelo uso público de recursos da sociedade, possibilitado pela arrecadação, seja maior que seu custo de oportunidade, medido pelo benefício social, do melhor uso privado dos recursos, acrescidos do custo criado pela tributação. Enfaticamente considerada, a renúncia fiscal é sempre injustificada: se há mérito na tributação, o uso privado dos recursos é sempre uma alternativa inferior; e se não há, não cabe a renúncia, mas a extinção do tributo.

Atualmente, as disputas entre os estados na atração de investimentos privados têm sido foco de um acirrado debate. Nas últimas décadas, os governos estaduais vêm fazendo uso de programas de desenvolvimento, através da concessão de incentivos fiscais, financeiros e de infraestrutura, com o objetivo de atrair novos investimentos para seus respectivos estados.

De acordo com Amaral Filho (2003), no Brasil há um intenso debate sobre os incentivos fiscais e sobre o principal motivo para os resultados ainda insatisfatórios, tanto do ponto de vista teórico quanto empírico. Segundo ele, teoricamente os argumentos são insuficientes e parciais e, empiricamente, não há resultados robustos que possam orientar as políticas estaduais sobre esta matéria. O mesmo autor destaca ainda que o debate deslocou-se para um foco fiscalista e muitas vezes moralista, o que prejudica uma compreensão mais abrangente sobre o tema, em que

se incluem aspectos importantes como a utilidade, a forma e os impactos causados pela concessão de incentivos fiscais aos investimentos por parte dos governos estaduais.

3.1.1 Programas de Governo - síntese das propostas de incentivos

O governador Mauro Borges (1961-1966) instituiu o Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás, que visava, dentre outros objetivos, a tecnificação rural, uma visão extremamente moderna para a época. Outra iniciativa arrojada foi a criação da Indústria Química do Estado de Goiás S/A – IQUEGO, uma empresa de economia mista que iniciou suas atividades em 7 de janeiro de 1964, com a finalidade de comercializar medicamentos abaixo do preço praticado pelo mercado, mas com excelente controle de qualidade. No sentido de dinamizar a área de mineração (vantagens comparativas), criou também a METAGO.

Depois de Mauro Borges, após o Golpe Militar de 1964, assumiu o interventor coronel Meira Matos (1964 - 1965); em seguida, tomou posse o Marechal Emilio Rodrigues Ribas Júnior (1965 –1966). Durante esses governos não foram criados programas novos, havendo sim investimentos em infraestrutura, como a ampliação da rede telefônica e de trechos de rodovias.

Otávio Lage de Siqueira (1966-1971) buscou melhorar as vias de escoamento da produção goiana, bem como a integração das regiões norte e nordeste do estado à economia.

O governador Leonino Di Ramos Caiado (1971-1975) destacou a necessidade de acelerar a modernização da agropecuária goiana, a partir da extensão rural, de pesquisas e crédito agrícola. Criou o Programa Goiás Rural e também a Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (EMGOPA) em 1973. Acrescenta-se a isso o desenvolvimento do Projeto Pecuária no Norte Goiano, com o objetivo de se alcançar melhoramento genético do rebanho.

Irapuan Costa Júnior (1975-1979) procurou implementar a diversificação de culturas, introduzindo dentre outras culturas o sorgo.

Ary Ribeiro Valadão (1979-1983) priorizou a agropecuária e sua modernização tecnológica, visando alcançar inclusive as regiões do estado

consideradas “menos desenvolvidas”, como é o caso do norte goiano. Surgiram, então, o Projeto Rio Formoso, de irrigação por inundação, e o Projeto Fruticultura por irrigação, localizado na região nordeste na cidade de Alto Paraíso.

Íris Rezende Machado (PMDB) governou Goiás no período de 1983 a 1987, sendo que a partir de 1983 o país voltou ao regime democrático. Com relação à política industrial, pode-se dizer que houve avanços nesse período. Os projetos priorizaram a infraestrutura básica (energia, eletrificação rural, transporte e comunicação), e a industrialização dos produtos agropecuários, os quais seriam processados na própria região a partir dos CAI's – Complexos Agroindustriais. Estes podem ser definidos resumidamente como a materialização da integração agricultura /indústria produtora de insumos/maquinaria (a montante) e processadora de matérias-primas e alimentos (a jusante).

Henrique Santillo (1987- 1991) continuou com a política de desenvolvimento econômico do governo anterior e criou a Empresa Estadual de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico-Social - EMCIDEC, cuja criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 10.502, de 9 de maio de 1988, publicada no Diário Oficial nº 15.474, da mesma data. Trata-se de uma empresa pública jurisdicionada à Secretaria de Planejamento e Coordenação, regendo-se por seu estatuto, pelo decreto que a aprova e pela legislação federal específica no que lhe for aplicável.

Íris Rezende Machado voltou ao governo estadual no período de 1991 a 1994 e continuou com as propostas de desenvolvimento e atração de empresas para Goiás, estabelecidas na primeira gestão.

No governo de Maguito Vilela (1994- 1998), a política industrial continuou seu ritmo.

Marconi Perillo (1998-2007) assumiu o processo de industrialização em curso e avançou com a ampliação de incentivos. Criou o Produzir e vários subprogramas de reforço à política industrial. Foi um período favorável, considerando-se o momento de estabilização e recuperação do crescimento da economia brasileira depois de um período de estagnação.

QUADRO 2 - Síntese dos programas de governo

GOVERNOS	MANDATOS
MAURO BORGES	1961 a 1966
OTÁVIO LAGE DE SIQUEIRA	31/01/66 a 15/03/71
LEONINO DI RAMOS CAIADO	15/03/71 a 15/01/79
IRAPUAN COSTA JÚNIOR	15/01/79 a 15/03/79
ARY RIBEIRO VALADÃO	15/03/79 a 15/03/83
ÍRIS REZENDE MACHADO (1º MANDATO)	15/03/83 a 13/02/86
ONOFRE QUINAN	13/02/86 a 15/03/87
HENRIQUE SANTILLO	15/03/87 a 15/03/91
ÍRIS REZENDE MACHADO (2º MANDATO)	15/03/91 a 02/04/94
AGENOR REZENDE	02/04/94 a 01/01/95
MAGUITO VILELA	01/01/95 a 04/05/98
NAPHTALI ALVES DE SOUZA	04/05/98 a 31/12/98
MARCONI PERILLO	01/01/1997 a 31/12/2007

Fonte: Elaboração do autor.

Recapitulando a evolução da economia goiana no que concerne à política industrial, pode-se dizer que a partir de 1971 já podia se observar certa concretude, com a criação de uma estrutura institucional mais integrada e planejada. Ressalte-se que em nível nacional estava sendo implementado o PND I. São os seguintes fatos e acontecimentos que apoiam essa afirmação: i) reestruturação administrativa da Secretaria da Indústria e Comércio; ii) criação da Companhia de Distritos Industriais - Goiás Industrial; iii) transformação da Carteira de Desenvolvimento do BEG em Banco de Desenvolvimento; iv) realização de estudos técnicos com a finalidade de desenvolvimento industrial, dentre os quais ressalta-se o estudo que apontou Anápolis como prioridade para se localizar o primeiro distrito industrial planejado de Goiás; v) estudo sobre a industrialização da carne bovina; vi) estudo sobre a potencialidade da indústria de turismo em Caldas Novas, primeiro marco efetivo de uma ação planejada de governo e iniciativa privada; vii) criação do programa “Goiás Rural”, que colocava máquinas/equipamentos à disposição das propriedades privadas a um custo subsidiado para ampliação da produção primária.

Como resultado desta última iniciativa, Goiás aumentou a área agrícola e de pastagem e, como consequência, houve maior produção agropecuária. Este programa, aliado a outras causas, foi um grande estimulador da imigração sulista para o estado. Foi quando o gaúcho, com tecnologia agrícola mais avançada,

começou a desenvolver no cerrado lavouras de soja com produtividade aceitável. O algodão também iniciou seu ciclo de grandes lavouras no sudoeste. Tal fato ensejou as primeiras agroindústrias de soja e de algodão. A partir daí houve a queda drástica de produção das culturas do arroz e do milho que, juntamente com a pecuária, era a principal atividade econômica do estado.

A vinda de imigrantes com visão agroindustrial impactou a economia goiana. O mito de que Goiás estava reservado ao papel de produtor de matéria prima começou a mudar.

Já em 1973, no governo de Leonino Di Ramos Caiado, foram tomadas as primeiras providências para a construção do primeiro Distrito Agroindustrial de Anápolis. Para auxiliar, foi instituída a lei nº 7.700, que criou o Fundo de Expansão da Indústria e Comércio (FEICOM), com isenção total do ICM por um período de 5 a 7 anos, buscando as primeiras indústrias para o estado.

3.1.2 Programa FEICON- Lei Nº 7.700 de 1973

Através do PND I e seus instrumentos já descritos no subtema dos antecedentes industriais no Brasil e em Goiás, o FEICON visava dar o apoio do estado à infraestrutura básica (rodovias e estradas para facilitar o acesso e garantir o recebimento de plantas), além de dar isenção de 80% da energia, água, telefone e dos juros sobre empréstimos para aquisição de bens de capital. Aos municípios coube a isenção dos seguintes impostos: IPTU, ISSQN e contribuição de melhoria. Foram aprovados 90 projetos assim distribuídos: polo de Anápolis (66 firmas), Goiânia (12 empresas) e Centro-Sul (12). Considera-se que cinco deles são de peso e operam em Goiás até hoje. São eles: CECRISA, ALEXSTAR, ITAMBÉ, CIBA MABEL e EMEGÊ.

Em 1975, com a inauguração do Distrito Agroindustrial de Anápolis - DAIA, a possibilidade da industrialização em Goiás começou a ganhar força e a ser reconhecida como fato viável, ao invés de um sonho de alguns visionários da Federação das Indústrias. E o polo industrial mais importante de Goiás conecta-se com as demais regiões do país através de um sistema rodoferroviário que será ampliado com a conclusão da Ferrovia Norte-Sul. Inclusive, o marco inicial da Ferrovia Norte-Sul em Goiás se localiza no DAIA, nas proximidades do Porto Seco Centro-Oeste/EADI (Estação Aduaneira do Interior), onde será ligado à Ferrovia

Centro-Atlântica, ramal da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), integrante do corredor de exportação Goiás – Minas Gerais – Espírito Santo. Considera-se que o distrito industrial é um incentivo duplamente qualificado, portanto, neste estudo, será abordado como incentivo infraestrutural e fiscal.

Enquanto isto, Goiás se consolida como a nova fronteira agrícola do planalto central. Trouxe riqueza para pontos do território junto à concentração da terra e da renda. Com a consolidação da produção de commodities, insere-se no campo a nova divisão de trabalho e a famigerada produtividade. De um lado, a mecanização intensiva, pois as terras têm declives feitos para o trator; de outro, as empresas de pesquisas a serviço do agronegócio surpreendem com a competência e a agilidade na adaptação de novas culturas que migram da terra roxa do sul para o latossolo vermelho do cerrado. Assim, consomem-se máquinas e equipamentos ou implementos agrícolas, além de bens de consumo duráveis e em geral (alimentando a indústria à jusante) e se fornece matéria prima (para a indústria à montante).

Esta dualidade acelera o processo de urbanização desequilibrada, ou seja, exatamente nos polos onde se realiza a reestruturação produtiva do setor primário e ou nas grandes aglomerações (mercado crescente). Trata-se de uma exigência para uma nova acumulação relativa, imbricando o capital industrial, agrário e urbano regional, criando a renda da terra urbana, tirando dessa a renda diferencial I e II através do uso do solo e criando a instabilidade socioeconômica e espacial na cidade.

QUADRO 3 - Histórico dos benefícios fiscais em Goiás

LEI	TRIBUTO	INCENTIVO E CONDIÇÕES
2000/1958	IVC	Isenção por 10 anos. Abrangia todos os ramos industriais.
-	ICM	Financiamento de 42% do ICM, no prazo de 5 anos. Abrangência de todos os ramos industriais.
7.700/1973	ICM	Isenção do ICM por 7 anos. Atendia todos os ramos industriais.
9.489/1984	ICMS	Criação do Programa Fomentar. Financiamento de 70% do imposto a recolher. Prazos de vigência inicial de 5 a 10 anos, ampliados para 15 e até 30 anos.
13.591/2000	ICMS	Criação do Programa Produzir e Subprogramas Tele Produzir, CD Produzir, Coproduzir e Come Produzir. Financiamento de até 73% do imposto a recolher. Crédito outorgado. Prazos de vigência de 5 a 15 anos, com limite em 2020.

Fonte: Reinaldo Fonseca - figura 5

Mesmo a despeito da crise econômica vivida no país, a mudança produtiva que ocorre em Goiás principalmente a partir da década de 1985, com resultados positivos relativos à estrutura do valor adicionado, deve ser interpretada com base na política de incentivos fiscais.

3.1.3 Programa FOMENTAR - Lei N° 9489 de 1984

A partir de 1985, o entendimento da necessidade da industrialização por parte do governo estadual aumentou, provocando a criação do Programa FOMENTAR. Foi este programa, sem dúvida, que materializou no seio da sociedade de Goiás a bandeira da industrialização, pois houve grande receptividade por parte dos investidores e gerou a implantação ou expansão de inúmeros projetos industriais importantes. Selou, definitivamente, o compromisso oficial do Estado com o desenvolvimento industrial. Foi calcado, fundamentalmente, no incentivo fiscal-financeiro – isenção de impostos, doação de terrenos, construção e melhorias na infraestrutura –, a forma mais forte de atrair/estimular investimentos. A lógica central consistia em subsidiar 70% do imposto gerado a recolher por um período inicial de cinco anos, enquanto que o restante, ou seja, 30% deveria adentrar os cofres públicos, mês a mês, enquanto durasse o período de fruição dos benefícios concedidos (FONSECA, 2004).

O FOMENTAR apoia-se na desconcentração industrial e na política de incentivos, para atrair potenciais indústrias e comércio. O programa foi divulgado na 1ª Feira de Indústria e Comércio de Goiás. Sua criação parte do seguinte pressuposto: “Criar todas as condições para promover o estado, em um grande produtor de matéria prima e no centro de transformação industrial, de relevância.” O incentivo fiscal a ser concedido, na forma da Lei, é interpretado como empréstimo, não como renúncia fiscal.

Sua operacionalização propõe: projeto de localização, identificação de oportunidades industriais, apoio técnico, racionalização agrícola, prospecção de jazidas minerais e infraestrutura para as atividades industriais e turismo. A lógica do incentivo e seu impacto se baseiam em duas premissas: incremento da atividade industrial, de preferência no ramo da agroindústria, e no apoio técnico e financeiro à micro, pequena, média e grande empresa, desde que de alta relevância para o desenvolvimento socioeconômico do estado.

As fontes do recurso proveem do orçamento e recursos a qualquer título, do próprio ICMS recolhido das empresas implantadas e expandidas com o benefício do fundo, e de outras fontes, como cobrança de encargos financeiros, reembolso do capital, produto de alienação de bens e aplicação em títulos imobiliários. Em suma, os benefícios do FOMENTAR são: incentivo fiscal, infraestrutura e apoio financeiro ou crédito.

A Lei nº 9489/84 define alguns pontos básicos do programa, ou seja, perfil da empresa, prioridades sobre a produção, critérios de pontuação, localização do empreendimento, mercado de destino da empresa, geração de empregos, diversificação e criatividade. O decreto nº 2453/85 estabelece a pontuação extra. Já a resolução nº 29/85 define recursos para o micro e o pequeno empreendedor. A Lei nº 11.180 /90 cria benefícios maiores para a região do PRONORDESTE e Amazônia Legal. Os mecanismos de acesso ao programa são os seguintes: carta consulta, homologação e assinatura do contrato, garantias da dívida do ICMS, sendo os emolumentos regulamentados pela Lei nº 11180/90. No bojo do FOMENTAR foram criados 45 distritos industriais.

No período de 1985 a 1999, o programa de incentivos fiscais FOMENTAR atraiu 1.565 projetos e aprovou 764, sendo 308 ampliações e 456 novos. Destes, apenas 410 foram contratados, sendo que 25 encerraram-se em 1999 e 158 continuaram em fruição. Aqueles que terminaram o prazo mobilizaram um incentivo fiscal de 773.66 bilhões, dos quais apenas 72.22 bilhões foram pagos ao governo; o débito de 628.68 bilhões foi perdoado mediante negociação. De 1999 a 2002 mais 204 projetos foram contratados pelo FOMENTAR, totalizando 364 projetos no período de 2000 a 2007. Já foram encerrados 224, restando apenas 140 em fruição.

Das empresas aprovadas, 410 (35,4%) estão implantadas na região Centro-Sul, (4,8%) no Norte e Nordeste e (59,6%) na microrregião do Mato Grosso Goiano, sendo 28,9% em Goiânia e 25,3% na cidade de Anápolis. O setor alimentício responde em Goiânia por 38,3% do emprego e por 59,8% da renda total. Vestuário, acessórios e têxtil são responsáveis por 17% do emprego e por 6% da receita. Produtos químicos, álcool combustível, gráficas, móveis, refino do petróleo, metais e produção mineral, juntos, respondem por 26% do emprego e por 23% da renda.

Durante o período de fruição das empresas incentivadas pelo FOMENTAR, observa-se que o setor secundário apresentou crescimento relativo a partir de 1980, efeito da implantação do DAIA e dos benefícios do FEICON. Também houve

mudança na renda interna, passando dos 9,0% em 1970 para 26,0% em 1985. Com a implantação do FOMENTAR, percebe-se na tabela 7, uma leve evolução na renda interna, passando a mesma de 26,0% em 1985 para 29,2% em 1990. Depois torna a decrescer, chegando a 25,4% em 1995, voltando a crescer no período de 1996 a 2002. Já o setor agropecuária viu sua participação cair na renda interna, passando de 27,9% em 1980 para 16,2% em 1995, tornando a melhorar a partir de 2002, com 22,51%. Sua participação nas atividades produtivas do PIB de Goiás, Centro-Oeste e Brasil não tem relevância, vez que o setor agropecuário mantém sua superioridade.

TABELA 7 - Composição percentual da renda interna – 1960 - 1995

Ano	Agricultura	Indústria	Serviços						
			Total	Comércio	Inst. Fin.	Transporte	Governo	Aluguéis	Outros
1960	49,5	7,3	43,2	14,4	2,1	4,1	3,8	7,8	11,0
1970	28,0	9,0	63,0	17,5	7,7	5,3	8,6	11,2	12,6
1980	27,9	21,7	50,3	13,4	6,0	4,8	5,8	7,8	12,5
1985	20,2	26,0	53,8	11,6	13,2	3,7	5,5	3,6	16,2
1990	16,0	29,2	54,8	8,5	6,6	4,7	12,4	6,5	16,1
1995	16,2	25,4	58,4	6,9	7,0	4,6	9,2	9,3	21,4

Fonte: Centro de Contas Nacionais e Centro de Estudos Fiscais – DCS/BRE/FGV e Dados do IPEA, NB.Exclusive Tocantins a partir de 1985.

Durante o período de 1984 a 1999, os municípios do PRONORDESTE não foram contemplados pelo FOMENTAR, em razão da ausência de infraestrutura básica e econômica na região. As empresas contempladas concentram-se no ramo das atividades relacionadas a alimentos, laticínios e confecções. Saliente-se que os setores de maior monta são privilegiados no processo de participação dos incentivos. Contraditoriamente, são os que geram menos empregos e têm maior número de desligamentos, pois fazem sempre a reestruturação produtiva (automação). Além de não gerarem atividades complementares, inibem a proporção dos empregos indiretos. Ressalte-se que cada emprego custa para os cofres públicos R\$ 45.664,87 mil em média, podendo chegar ao valor de R\$220.528,00 mil reais.

Verifica-se que o programa não aumentou de forma considerável o número de estabelecimentos industriais em Goiás. No entanto em 1990, o estado contava

com 9.261 empresas; em 1999, passados 09 anos, computava apenas 9.420, uma diferença de apenas 159 estabelecimentos.

3.1.4 Programa PRODUZIR - Lei N° 13.591 de 2000

O Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás – PRODUZIR – foi calcado, fundamentalmente, no incentivo fiscal-financeiro, isenção de impostos, doação de terrenos, construção e melhorias na infraestrutura, formas mais efetivas para atrair e estimular investimentos. Sua lógica centra-se em subsidiar 73% do imposto gerado a recolher e em conceder crédito outorgado com prazos de vigência de 5 a 15 anos, com limite em 2020. Tem por objetivo incentivar a implantação, expansão ou revitalização de indústrias, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica e o aumento da competitividade estadual, com ênfase na geração de emprego, renda e na redução das desigualdades sociais e regionais.

O PRODUZIR conta ainda com subprogramas: o Teleproduzir (incentivo à implantação de call-centers), o Centroproduzir (incentivo à instalação de centrais únicas de distribuição), o Logproduzir (incentivo às empresas operadoras de logística) e o Comexproduzir (incentivo às operações de comércio exterior destinado a setores específicos da economia, a exemplo de micro e pequenas empresas dos ramos de produtos de informática, telecomunicações, eletroeletrônicos, comércio exterior, empresas operadoras de logística e distribuição).

Os beneficiários do programa são produtores rurais, micro e pequenas empresas, pessoas jurídicas, associações e cooperativas de produção que desenvolvem suas atividades nos setores agropecuário, mineral, industrial, agroindustrial, turístico, de infraestrutura, comercial e de serviços. A concessão de benefícios tem como critérios a preservação do meio ambiente, o estímulo à criação de novos centros, atividades e polos de desenvolvimento, capazes de reduzir as diferenças sociais e econômicas entre as regiões.

O PRODUZIR, programa de incentivo fiscal implementado em Goiás, orienta-se para o desenvolvimento de três grandes grupos de segmentos industriais: i) processamento de matérias-primas naturais e indústrias acessórias, como embalagens, adubos e rações; ii) química farmacêutica e automobilística, com a tentativa de diversificação da economia; iii) setores tradicionais como de

confeções, calçados e móveis, com objetivos de promover o adensamento de suas cadeias produtivas.

O programa atua sob a forma de financiamento da parcela mensal de ICMS devido pelas empresas beneficiárias, financiamento que chega até a 73% ou 90%. Ou seja, recolhe-se normalmente, mês a mês, 27% ou 10% do ICMS devido. Os prazos de fruição do benefício variam de acordo com a análise dos coeficientes de prioridade do projeto, calculados segundo critérios sociais e econômicos, especificados em regulamento, podendo chegar até a 15 anos (PRODUZIR) ou a 5 anos (MICROPRODUZIR), com prazo limite o ano de 2020.

A partir de 1999, além dos incentivos do PRODUZIR, Goiás também promove um intenso processo de redução de alíquotas de ICMS e criação de uma ampla gama de benefícios fiscais pontuais, para ampliar a competitividade, principalmente dos segmentos industriais anteriormente citados.

Com a implementação do PRODUZIR, outras grandes empresas se instalaram em Goiás. A participação das regiões cresce, mas nota-se que, até 2000, apenas a metade do sul e do sudoeste participa do processo de concessão de incentivos.

No período de 2000 a 2007, a microrregião de Goiânia foi a que recebeu maior número de projetos e gerou o maior número de empregos diretos, 20,07% do total. Já as microrregiões do Sudoeste Goiano, Quirinópolis e Anápolis receberam os maiores investimentos, 23,29%, 15,69% e 12,84% do total, respectivamente. Esses investimentos estão intimamente ligados ao setor sucroalcooleiro para as duas primeiras microrregiões e automotivo, farmacêutico e de bebidas para a última. A microrregião de Goiânia destaca-se nos setores alimentício, embalagens, laticínios e higiene. As microrregiões do Sudoeste Goiano, Quirinópolis, Anápolis e Goiânia absorveram, portanto, 60,38% de todo o investimento previsto para o Estado de Goiás.

Por outro lado, as microrregiões de Anicuns, São Miguel do Araguaia, Iporá e Rio Vermelho receberam os menores investimentos e benefícios. E o mais curioso é que a microrregião do Vão do Paranã (Nordeste Goiano) não captou nenhum recurso.

Nota-se que de 2001 a 2003, apenas municípios de Anápolis e Goiânia receberam 81% do investimento fixo e geraram 60% dos empregos. A partir de 2003, o desnível na captação de benefícios do PRODUZIR ainda continuou

substancial: a Metade Sul absorveu 77% do investimento fixo, contra 23% para a Metade Norte, com 82% e 12% dos empregos gerados, respectivamente.

A partir de 2003, os benefícios pulverizaram-se pelas microrregiões do estado; contudo, das 18 microrregiões, apenas 6 foram as que mais usufruíram do Programa PRODUZIR: Anápolis, Goiânia, Entorno de Brasília, Meia Ponte, Sudoeste e Vale do Rio dos Bois. Como estas são as que detêm maior força econômica no estado, mais empresas buscam incentivos para seu fortalecimento produtivo e é natural a maior absorção de tais benefícios por tais localidades.

Outra constatação é que, embora tenha menor participação na busca dos recursos do PRODUZIR, a Metade Norte tem uma relação investimento fixo e empregos maior (R\$ 375.506) que a Sul (R\$ 223.374), contra a média praticada no estado. Percebe-se que a Metade Norte (Porangatu, São Miguel do Araguaia e Vão do Paranã) tem muitos empreendimentos na área de extração mineral. Esta região acusa índices menores de desenvolvimento e crescimento no estado. As microrregiões que detêm as menores relações investimento fixo e empregos são: Anápolis (R\$ 142.268), Goiânia (R\$ 159.960), Anicuns (R\$ 184.637) e Entorno de Brasília (R\$ 186.618). Observa-se valores com certa distância da média estadual (R\$ 248.971).

As microrregiões que menos participam dos recursos do FOMENTAR/PRODUZIR são, principalmente, Aragarças, Chapada dos Veadeiros, Iporá, Porangatu, Rio Vermelho, São Miguel do Araguaia, Vale do Rio dos Bois e Vão do Paranã. Contribui para tal situação a ausência de infraestrutura física econômica e social.

Sintetizando a análise do período 2000 a 2007, o PRODUZIR aprovou 1253 projetos e contratou outros 421, para a implantação ou expansão de empreendimentos industriais, mobilizando 35.966 bilhões de incentivos fiscais. A Metade Sul participou com 80%, e a Metade Norte com 12%. Neste período, os setores mais competitivos foram os sucroalcooleiros, de alimentos, automotivo e químico farmacêutico. Apenas para comparação, de 2000 a 2011 foram contratados 650 projetos, com 72.6 bilhões de incentivos concedidos, 11.7 bilhões de investimento fixo e 176.622 empregos (previstos), conforme a Tabela 8.

TABELA 8 - Distribuição de recursos em fruição pelo programa PRODUIZIR nas microrregiões e Metade Norte/Sul de Goiás (Em R\$ 1.000 e valores atualizados para 2010) e empregos gerados – 2001 - 2011

INÍCIO DA FRUIÇÃO	VARIÁVEIS	ANAPOLIS	ANICUNS	ARAGARCAS	CATALAO	CERES	CHAPADA DOS VEADEIROS	ENTORNO DE BRASÍLIA	GOIANIA	IPOORA	MEIA PONTE	PIRES DO RIO	PORANGATU	QUIRINOPOLIS	RIO VERMELHO	SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA	SUDOESTE DE GOIÁS	VALE DO RIO DOS BOIS	VÃO DO PARANÁ	METADE NORTE
	Invest. Fixo	3.272	-	-	-	40.821	-	-	-	-	-	-	2.559	-	-	-	765	-	-	43.380
2.001	Crédito	193.044	-	-	-	344.019	-	-	-	-	-	-	157.954	-	-	-	10.007	-	-	501.973
	Empregos	173	-	-	-	600	-	-	-	-	-	-	100	-	-	-	52	-	-	700
	Invest. Fixo	53.825	-	3.704	1.206	-	-	1.082	111.340	-	359	-	11.452	-	-	-	-	-	-	11.452
2.002	Crédito	693.588	-	11.978	73.576	-	-	2.442	1.589.045	-	1.236	-	198.253	-	-	-	-	-	-	198.253
	Empregos	640	-	30	64	-	-	22	3.003	-	209	-	160	-	-	-	-	-	-	160
	Invest. Fixo	27.931	-	-	7.442	23.582	423	259.315	35.799	10.007	66.410	-	4.607	-	-	-	19.218	-	-	23.985
2.003	Crédito	129.355	-	-	156.414	129.336	43.344	1.840.762	429.395	32.820	546.448	-	39.204	-	-	-	439.440	-	-	172.680
	Empregos	461	-	-	140	2	12	1.001	670	37	382	-	151	-	-	-	254	-	-	14
	Invest. Fixo	16.462	-	-	133.646	15.857	-	1.122	34.161	1.488	20.438	-	3.386	-	-	-	119.360	3.636	-	19.244
2.004	Crédito	433.541	-	-	2.314.550	53.561	-	3.855	491.422	142.111	37.585	-	34.566	-	-	-	810.748	12.849	-	88.127
	Empregos	415	-	-	646	327	-	30	1.032	70	325	-	121	-	-	-	101	35	-	448
	Invest. Fixo	42.086	15.160	-	2.813	-	-	-	20.989	-	334	1.032	-	-	-	-	20.115	-	-	-
2.005	Crédito	395.622	47.559	-	55.863	-	-	-	84.166	-	778	3.357	-	-	-	-	276.942	-	-	-
	Empregos	502	68	-	432	-	-	-	631	-	60	48	-	-	-	-	261	-	-	-
	Invest. Fixo	13.811	1.171	-	6.976	-	-	15.000	152.526	-	10.475	-	110.739	-	-	-	207.545	-	-	148.805
2.006	Crédito	36.125	28.702	-	101.957	-	-	32.802	1.117.060	-	140.691	-	338.566	-	-	-	1.313.057	-	-	478.474
	Empregos	273	35	-	82	-	-	50	1.121	-	109	-	76	-	-	-	1.274	-	-	370
	Invest. Fixo	27.543	-	1.213	21.368	37.004	-	124.288	98.880	-	91.020	8.957	-	2.291	-	-	-	1.159	-	161.292
2.007	Crédito	381.812	-	5.465	290.915	435.178	-	315.575	609.644	-	915.623	372.928	-	15.003	-	-	-	6.106	-	750.754
	Empregos	575	-	18	138	314	-	582	1.073	-	1.595	338	-	18	-	-	-	10	-	896
	Invest. Fixo	5.758	65.165	-	3.535	1.488	-	886	36.341	-	-	3.470	-	1.765.965	-	-	154.167	15.090	-	1.488
2.008	Crédito	55.288	221.861	-	15.968	10.555	-	41.486	727.041	-	-	225.145	-	7.172.536	-	-	704.499	400.830	-	10.555
	Empregos	285	127	-	39	26	-	84	917	-	-	-	-	4.859	-	-	936	411	-	26
	Invest. Fixo	69.858	1.462	-	0	6.083	-	3.067	110.289	-	319.979	-	-	193.559	2.907	-	1.674.986	0	-	12.056
2.009	Crédito	1.185.776	5.283	-	0	243.299	-	61.873	1.407.173	-	1.904.674	121.849	-	597.600	14.684	-	6.488.524	0	-	319.856
	Empregos	751	37	-	124	-	-	42	1.810	-	1.478	-	-	952	24	-	2.139	-	-	190
	Invest. Fixo	686.485	6.282	-	48.248	10.960	-	34.719	47.366	-	367.967	-	-	-	-	-	291.597	5.071	-	10.960
2.010	Crédito	7.499.128	24.627	-	676.038	273.887	-	694.050	671.130	-	420.456	-	-	-	-	-	2.047.150	33.857	-	273.887
	Empregos	1.311	55	-	253	79	-	538	851	-	1.294	-	-	-	-	-	1.454	57	-	79
	Invest. Fixo	10.388	-	-	-	-	-	-	4.555	-	306.574	-	-	-	-	-	2.423	-	-	-
2.011	Crédito	132.676	-	-	-	-	-	-	95.170	-	1.237.825	-	-	-	-	-	21.521	-	-	-
	Empregos	91	-	-	-	-	-	-	373	-	1.500	-	-	-	-	-	23	-	-	-
	Total Invest. Fixo	957.420	89.241	4.916	225.232	135.775	423	439.478	652.276	11.495	1.183.556	13.459	128.137	1.966.422	2.907	18.348	2.490.178	24.956	-	432.662
Total de Crédito	11.135.955	328.031	17.443	3.685.280	1.489.834	43.344	2.992.845	7.221.246	174.931	5.205.315	723.279	729.339	7.824.343	14.684	97.068	12.111.888	453.642	-	2.794.557	
Total de Empregos	5.477	322	48	1.794	1.472	12	2.349	11.481	107	6.952	386	457	5.780	24	209	6.494	513	-	2.883	

3.2 Sistemas de Crédito e Desenvolvimento Regional

O processo de desenvolvimento caracteriza-se por transformações em longo prazo, nas estruturas econômicas, sociais, culturais e nas próprias instituições políticas de uma nação. Especificamente no que se refere à poupança necessária para o financiamento de investimentos, o processo de crescimento sempre se depara com o problema de alocar recursos escassos de poupança entre variados projetos alternativos, sendo essa, inclusive, uma questão clássica da ciência econômica.

Após a crise econômica de 1929, rompe-se com o pressuposto clássico do livre mercado. Entretanto, a extensão e a profundidade da crise, ao lado da compreensão sobre a importância do gasto público na regulação do processo de acumulação capitalista, coloca em prática a teoria keynesiana, que defende participação do Estado como agente de fomento ao pleno emprego e como instrumento de combate aos ciclos econômicos.

O sistema de crédito ao desenvolvimento estrutura-se em torno de três funções básicas, quais sejam: o crédito de longo prazo; o aporte de capital de risco; e a mobilização dos necessários fluxos financeiros, alocados sob a forma de capital social e/ou fundos institucionais. Essas três funções podem estar concentradas em uma mesma instituição, ou distribuídas entre instituições diferentes, mas integradas em um sistema, atuando conforme políticas governamentais de fomento. Na função de incentivo creditício, a Agência de Fomento de Goiás, o BNDES e o FCO têm relevância na evolução da política Industrial.

3.2.1 A Agência de Fomento de Goiás S/A

Trata-se de uma empresa de economia mista de capital fechado, supervisionada e fiscalizada pelo Banco Central do Brasil, jurisdicionada à Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento – SEGPLAN, tendo o Estado de Goiás o seu controle acionário, por ser acionista majoritário. É regida pela Lei nº 6.404/76 – Lei das Sociedades Anônimas – e por seu Estatuto e Regimento Interno.

Sua criação foi autorizada pela Lei Estadual de nº 13.533, de 15 de outubro de 1.999, com o objetivo social de contribuir para a aceleração do desenvolvimento sustentável do Estado de Goiás, estimulando a realização de investimentos, a criação de emprego e renda, a modernização das estruturas produtivas, o aumento da competitividade estadual e a redução das desigualdades sociais e regionais. A participação da agência iniciou-se a partir de 2000, quando foi inaugurada. O balanço econômico de sua atuação revela que no período de 2002 a 2007 foram efetivados 7.309 contratos, mobilizando um total de recursos de R\$ 36 bilhões. Destes, 421 são do PODUZIR, que mobilizou o incentivo fiscal de 36.6 bilhões. Conclui-se que 6.992 contratos foram financiados por apenas 52 mil reais, o que significa o valor de 7.1 mil por micro-empreendimento em média. Esses dados são mostrados na Tabela 9.

TABELA 9 - Contratos e financiamentos da GOIÁSFOFOMENTO – 2002 a 2007

Especificação	Quantidade de contratos							Valor liberado (R\$ mil)						
	2002	2003	2004	2005	2006	2007 (1)	2002	2003	2004	2005	2006	2007 (1)		
Total	585	450	1.277	1.717	1.933	1.347	1.580.593	2.658.786	3.597.035	6.615.132	11.132.695	10.502.177		
Recursos próprios por investimentos	547	376	936	949	926	636	3.934	3.771	17.644	18.913	19.933	13.745		
Investimento de Giro	411	359	866	891	869	621	2.646	3.576	16.383	17.501	17.933	13.480		
Investimento Fixo	24	17	59	31	31	14	219	195	1.029	764	692	222		
Investimento Misto	112	-	11	27	26	1	1.069	-	232	648	1.308	43		
Recursos próprios por atividade	547	376	936	949	926	636	3.934	3.771	17.644	18.913	19.933	13.745		
Comércio	511	311	691	686	673	481	3.601	2.958	12.563	13.351	13.563	9.927		
Serviços	34	52	139	159	171	91	313	584	2.600	3.108	4.302	2.290		
Indústria	2	13	106	104	82	64	20	229	2.481	2.454	2.068	1.528		
Fundos administrados	38	74	341	768	1.007	711	1.576.659	2.655.015	3.579.391	6.596.219	11.112.762	10.488.432		
FUNMINERAL	-	-	119	20	45	19	-	-	6.427	1.646	4.845	6.766		
PRODUZIR – Inc. fiscal	-	-	135	655	896	629	-	-	940	5.770	8.051	5.623		
PRODUZIR – Inc. fiscal	38	74	87	93	66	63	1.576.659	2.655.015	3.572.024	6.588.803	11.099.866	10.476.043		

Fonte: GOIÁSFOFOMENTO –
(1) Janeiro a Novembro

3.2.2 O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Criado pela Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952, o BNDES foi enquadrado como empresa pública federal, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio pela Lei nº 5.662, de 21 de junho de 1971. O BNDES é uma entidade componente da administração pública indireta e vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, tendo como objetivo apoiar empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento do Brasil. Desta ação resultam a melhoria da competitividade da economia brasileira e a elevação da qualidade de vida da sua população.

Desde a sua fundação, como órgão de fomento no contexto do desenvolvimento econômico esboçado no Plano SALTE, o BNDES vem financiando os grandes empreendimentos industriais e de infraestrutura. Tem posição marcante no apoio aos investimentos na agricultura, no comércio e serviço nas micro, pequenas e médias empresas, e aos investimentos sociais direcionados para a educação e saúde, agricultura familiar, saneamento básico e ambiental e transporte coletivo de massa.

Suas linhas de apoio contemplam financiamentos de longo prazo e custos competitivos, para o desenvolvimento de projetos de investimentos e para a comercialização de máquinas e equipamentos novos, fabricados no país, bem como para o incremento das exportações brasileiras. Contribui, também, para o fortalecimento da estrutura de capital das empresas privadas e desenvolvimento do mercado de capitais.

Já a FINAME (Agência Especial de Financiamento Industrial) foi criada com o objetivo de financiar a comercialização de máquinas e equipamentos. Quanto ao BNDESPAR (BNDES Participações), o mesmo foi criado com o objetivo de possibilitar a subscrição de valores mobiliários no mercado de capitais brasileiro.

Na função de incentivo creditício, o BNDES tem participação muito forte na evolução da política industrial de Goiás. Na tabela 10, de acordo com dados do próprio banco, no período de 1999 a 2007, segunda fase do FOMENTAR/PRODUZIR, foram desembolsados para Goiás R\$ 8.2 bilhões, o que representa 33.3% da região Centro- Oeste e 3.2% em relação ao Brasil. Deste total, a agricultura ficou com 26%, a indústria com 25% e o comércio com 37%, sendo que 12% foram aplicados no extrativismo.

TABELA 10 - BNDES - Desembolso de recursos para GOIÁS - 1999-2007

(R\$ 1.000)

Especificação	Goiás								
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007 (1)
Total	473.146	567.987	412.249	1.012.001	991.910	1.224.830	912.374	1.136.831	1.404.921
Agropecuária	75.603	136.549	167.397	291.804	366.071	618.732	338.398	253.429	194.590
Indústria Extrativa	301	365	1.158	1.529	15.478	4.521	3.906	6.964	9.684
Indústria de Transformação	205.553	170.797	161.657	125.504	85.528	185.964	261.645	388.395	534.684
Comércio / Serviços	191.689	260.276	82.037	593.164	524.833	415.613	308.425	488.043	665.963

Fonte: BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

(1) Janeiro a julho

3.2.3 Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Este fundo foi criado pela Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, que regulamentou o art. 159, inciso I, alínea “c”, da Constituição Federal, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos. Desde sua criação, o FCO tem sido um importante e eficiente instrumento a serviço da política pública de redução das desigualdades intra e inter-regionais e de promoção do desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste, tornando-se um dos principais instrumentos na implementação das ações de fomento às atividades produtivas desenvolvidas na região, previstas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Para efeito de aplicação dos recursos do FCO, entende-se por Centro-Oeste a região de abrangência do Distrito Federal e dos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Os recursos do FCO Empresarial podem ser utilizados por pessoas jurídicas de direito privado (empresas, sociedades, organizações, associações ou fundações de direito privado) que desenvolvem atividades produtivas nos setores mineral, industrial, agroindustrial, turístico, comercial, ou nas áreas de serviços, ciência, tecnologia e inovação na região Centro-Oeste (DF, MS, MT, GO). Também podem ser beneficiárias do fundo, empresas públicas não dependentes de transferências financeiras do Poder Público e Parcerias Público-Privadas, especificamente nas linhas de financiamento de infraestrutura econômica.

Com relação ao FCO Rural, o financiamento pode ser solicitado por produtores rurais, na condição de pessoas físicas ou jurídicas, suas cooperativas de

produção e associações, desde que se dediquem à atividade produtiva no setor rural. Para linhas específicas, deve ser consultada a Programação Anual do Fundo. Quanto aos recursos destinados ao Distrito Federal, podem ser beneficiários do FCO empreendimentos localizados na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE –, exceto nos municípios localizados no estado de Minas Gerais.

O fundo compreende os seguintes programas: FCO Empresarial de Apoio aos Empreendedores Individuais – EI; FCO Empresarial de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – MPE; FCO Empresarial para Médias e Grandes Empresas – MGE; FCO Rural; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF; FCO Empresarial para Repasse; e FCO Rural para Repasse.

Na condição de incentivo creditício, o FCO tem um papel fundamental no desempenho do setor rural e, mais recentemente, na estrutura produtiva do setor secundário. Verifica-se na tabela 11, que o programa, no período de 1989 a 2007, desembolsou recursos da ordem de 7.3 bilhões para 206.6 mil contratos, finalizando com a geração de 805.7 mil empregos, numa relação de 87 mil reais por emprego.

TABELA 11 - Goiás e Centro-Oeste: contratações por programa com recursos do FCO - 1989 a 2008

Programa	Goiás		Centro-Oeste		Goiás / Centro-Oeste (%)	
	Qtde	Valor (R\$ mil)	Qtde	Valor (R\$ mil)	Qtde	Valor (R\$ mil)
Total	206.597	7.029.428	509.907	17.665.753	40,52	39,79
Empresarial	11.020	2.270.391	30.775	5.618.660	35,81	40,41
Industrial	2.981	1.478.595	8.034	2.921.424	37,1	50,61
Infra-estrutura	26	70.425	480	632.988	5,42	11,13
Turismo	579	55.871	2.155	214.737	26,87	26,02
Comércio Serviços	7.432	665.414	20.102	1.849.124	36,97	35,99
Capital de Giro	2	87	4	387	50	22,48
Rural	195.577	4.759.036	479.132	12.047.092	40,82	39,5
Rural/Integração	42.159	3.283.539	90.208	8.333.123	46,74	39,4
PAPRA	10.774	42.661	86.014	291.284	12,53	14,65
PRONAF	122.138	937.842	199.162	1.623.372	61,33	57,77
PRONAF-RA	15.583	87.698	94.294	666.593	16,53	13,16
Pro Natureza	229	24.351	443	134.183	51,69	18,15
Estocagem	245	81.033	548	229.504	44,71	35,31
Custeio	4.449	301.912	8.463	769.034	52,57	39,26

Fonte: Banco do Brasil / Fundo Constitucional do Centro-Oeste

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica – 2009.

3.3 Incentivos para a Infraestrutura Física e Econômica

Este incentivo possibilita o alcance de áreas remotas, o que pode gerar um aumento na oferta de mão de obra (deslocamento populacional); pode ampliar a demanda pelos mais diversos produtos (aumento da capacidade de escoamento); ou simplesmente facilitar o escoamento da produção para os mercados interno e externo.

Grandes obras como rodovias, usinas de geração de energia, instalação de fiação telefônica e elétrica destinadas a lugares remotos podem ser julgadas de maneira precipitada, se vistas num espectro curto de tempo, porém são instrumentos definidores para o desenvolvimento do lugar. As empresas tendem a localizar-se em regiões com alta disponibilidade de força de trabalho e menores salários, de modo que os ganhos gerados pela redução nos custos produtivos compensem eventuais custos adicionais de transportes, gerados pela decisão locacional (Teoria Neoclássica).

Goiás possui 24,9 mil km de rodovias distribuídas entre as instâncias federal, estadual coincidente e estadual. Destas, 52% estão pavimentadas, 36,44% não pavimentadas e 12% em planejamento ou em obras de pavimentação. As principais rodovias federais do estado são a BR-153, que liga o norte ao sul do país, a BR-060, ligando Goiânia a Brasília, e a BR-050, que liga o Distrito Federal ao sul do Brasil. Além da malha rodoviária, Goiás conta com 637 km da Ferrovia Centro-Atlântica, que atende a região do sudeste do estado e o Distrito Federal. A Ferrovia Norte-Sul está sendo construída no estado e já tem 280 km de seu trecho efetivamente em obras. Esta ferrovia tem seu marco zero em Anápolis e deverá ir até Belém no Pará.

Depois de consagrada pela Teoria de Economia Regional e constatada empiricamente, a infraestrutura física e econômica (transporte, energia e comunicação) é a base para a realização do crescimento e, posteriormente, do desenvolvimento de uma região.

3.3.1 A Situação Real da Logística e do Transporte em Goiás

A partir da implantação da política industrial em Goiás, de 1985 a 2007, pode-se dizer que a evolução da infraestrutura de transporte no estado fica a desejar.

Verifica-se que, dos 25 mil km de malha viária sob a jurisdição de Goiás, 5 mil km são de estradas federais, enquanto que apenas 20 mil pertencem ao estado. Conforme tabela 12, nota-se que, em 1990, a rede rodoviária do estado contava com um total de 7.313 km pavimentados, sendo 3.599 km estaduais e 2.663 federais. Depois de 17 anos (2007), este montante sobe para 12.351 km, com 3.054 km federais e 8.154 estaduais. Em 2011, portanto, Goiás encontrava-se com praticamente 50% do seu território sem condições de acessibilidade.

TABELA 12 - Extensão de Rodovias em Goiás – Pavimentadas (km) – 1990-2011.

Categoria	1990	1999	2004	2007	2011
Total	7.313	10.295	11.572	12.351	13.291
Federal	2.663	2.946	2.976	3.054	3.403
Estadual					
Transitória	991	1.451	1.637	1.649	1.450
Estaduais	3.599	5.838	6.960	8.154.8	8.436

Fonte: AGETOP – SEPLAN – SEPIN-GO – Gerência de Estatística Socioeconômica, 2005
Elaboração: a autora.

Com relação à rede ferroviária, Goiás possuía em 2007 um total de 637 km de ferrovia, com participação de 26,65% do Centro-Oeste e 2,25% do Brasil. Este atraso na infraestrutura de logística e transporte, observado nas Tabelas 13 e na Figura 3, mostra que os polos econômicos de Goiás concentram-se ao longo da infraestrutura de transporte ou próximos às grandes aglomerações urbanas.

TABELA 13 - Goiás, Centro-Oeste e Brasil: extensão das linhas da rede ferroviária – 2006 – 2007.

Especificação	Extensão das linhas (km)	
	2006	2007
Goiás	685	637
Centro-Oeste	2.419	2.390
Brasil	29.283	28.314
Participação Goiás / Centro-Oeste(%)	28,32	26,65
Participação Goiás / Brasil (%)	2,34	2,25

Fonte: Ministério dos Transportes.
Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO /
Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações
Socioeconômicas - 2013.

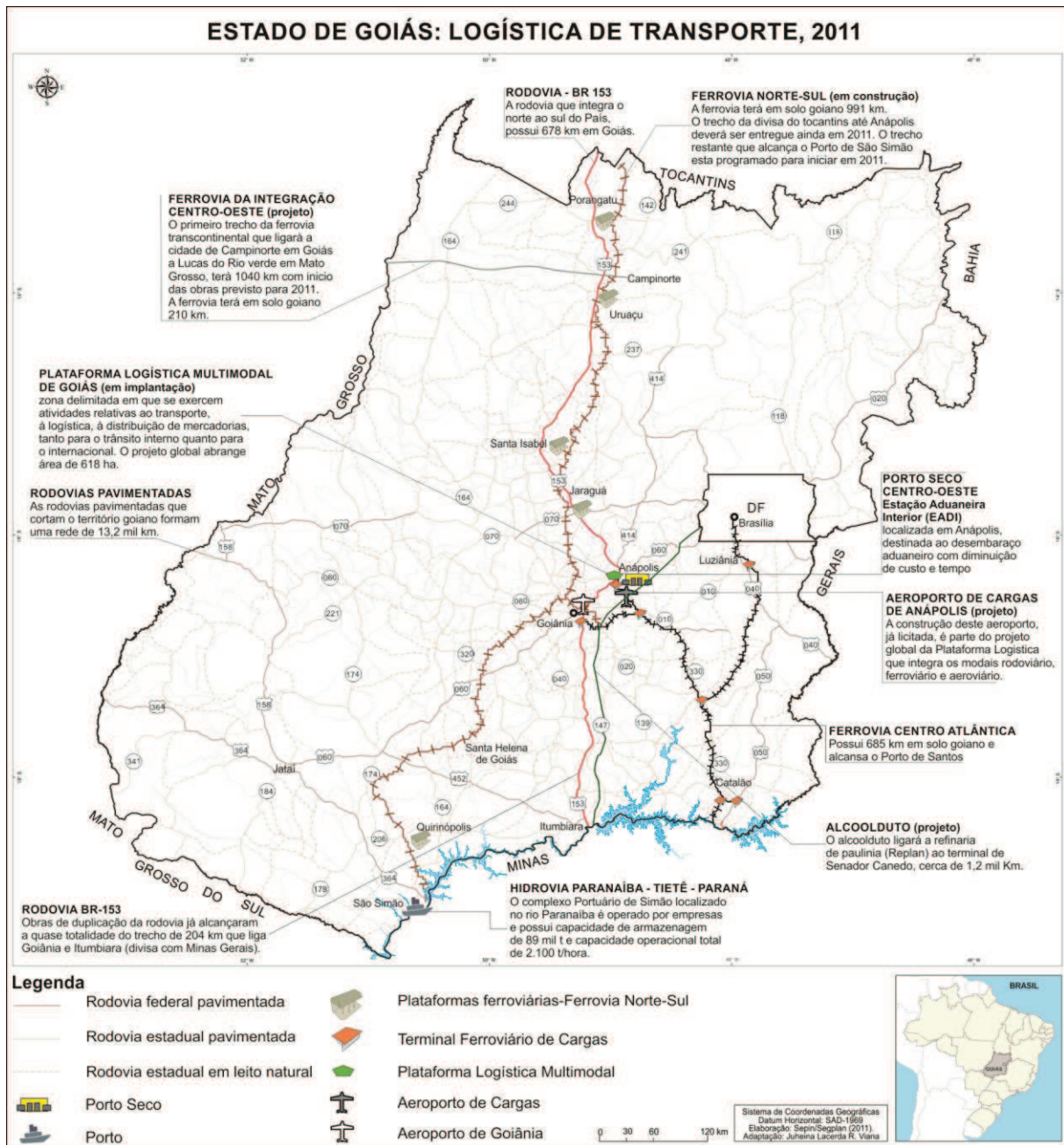


Figura 3 – A Logística de Transporte em Goiás
Fonte: SEGPLAN

3.3.2 Produção, Consumo e Balanço Energético

Com relação à produção de energia, o estado de Goiás mantém uma posição confortável, ocupando o 5º lugar no ranking nacional. O balanço energético entre a geração de energia hidráulica e o consumo total tem uma margem de equilíbrio.

O crescimento do consumo de energia no estado foi vertiginoso na década de 80. Em 1980 o consumo total energia foi de 1.313,96 MWh, com destaque para os

setores residencial e industrial, registrando um gasto de 420.04 e 413.48 MWh. A energia gerada foi de 2.562 MWh.

QUADRO 4 - Usinas do tipo Uhe (Usina Hidrelétrica de Energia) em operação - Goiás, 2007

Usina	Rio	Potência (MW)	Tipo	Município
Itumbiara	Paranaíba	2.280,00	UHE	Itumbiara - GO
				Tupaciguara - MG
São Simão	Paranaíba	1.710,00	UHE	Santa Vitória - MG
				São Simão - GO
Serra da Mesa	Tocantins	1.275,00	UHE	Cavalcante - GO
				Minaçu - GO
Emborcação	Paranaíba	1.192,00	UHE	Cascalho Rico - MG
				Catalão - GO
Cachoeira Dourada	Paranaíba	658,00	UHE	Cachoeira Dourada - MG
				Itumbiara - GO
Cana Brava	Tocantins	466,00	UHE	Cavalcante e Minaçu - GO
Corumbá I	Corumbá	375,00	UHE	Caldas Novas - GO
				Corumbaíba - GO
Corumbá IV	Corumbá	127,00	UHE	Luziânia e outros - GO
Queimado	Preto	105,00	UHE	Cristalina - GO
				Unaí - MG
Espora	Corrente	32,00	UHE	Aporé / Serranópolis / Itarumã - GO
Mosquitão	Caiapó	30,00	PCH	Arenópolis/Iporá - GO
Piranhas	Piranhas	18,00	PCH	Piranhas - GO
São Domingos	São Domingos	14,34	UHE	São Domingos - GO
Santa Edwiges II	Buritiz	13,00	PCH	Buritinópolis/ Mambaí - GO
Santa Edwiges I	Piracanjuba	10,10	PCH	Buritinópolis/Posse - GO
Rochedo	Meia Ponte	4,00	PCH	Piracanjuba - GO
Lago Azul	Ribeirão Castalhão	4,00	PCH	Ipameri - GO
São Patrício	Das Almas	3,01	PCH	Rianópolis - GO
Alto Araguaia	Araguaia	1,80	CGH	Santa Rita do Araguaia - GO
				Alto Araguaia - MT
Rio Bonito	Rio Bonito	1,00	PCH	Caiapônia - GO
Aporé	Aporé	0,81	CGH	Aporé - GO
São Bento	São Bento	0,62	CGH	Catalão - GO
Areas & Castelani	Maria Ferreira	0,54	CGH	Posse - GO
Mambaí	Corrente	0,35	CGH	Sítio D'Abadia - GO
Mosquito	Mosquito	0,34	CGH	Campos Belos - GO
Eletrocéu	Formoso	0,30	CGH	Chapadão do Céu - GO
PG-2	Ribeirão das Éguas	0,29	CGH	Ipameri - GO
Fazenda Jatobá	Rego D'Água	0,06	CGH	Jataí - GO
Total: 28 Usinas		Potência Total /8.32156 mw		

Fonte: ANEELUHE – Usina Hidrelétrica PCH – Pequena Central Hidrelétrica CGH – Central Geradora Hidrelétrica

Na década de 90 o consumo de energia ficou ainda mais agressivo, pois o processo de urbanização era intenso e a industrialização caminhava a passos largos. A partir de 1998, com o processo de reestruturação produtiva, a pressão do consumo por eletroeletrônicos fez crescer ainda mais a demanda por energia. Em 2007 o consumo total ficou em 9.184,356 MWh, com persistência das atividades residenciais e industriais próxima dos 2.955 MWh, para uma geração de energia hidráulica de 27.492 MWh. Conforme tabela 14, abaixo.

TABELA 14 - Goiás: balanço energético – 1998, 2000, 2005 – 2008

Ano	Energia Gerada		Total	Energia Exportada	Perdas	Consumo Total
	Hidráulica	Térmica				
1998	16.375	-	16.375	9.669	812	5.894
2000	21.650	88	21.738	14.310	850	6.578
2005	23.809	298	24.107	14.352	936	8.819
2006	27.553	257	27.810	17.855	974	8.981
2007	27.492	512	28.004	17.733	1.113	9.158
2008	24.329	897	25.226	14.456	1.270	9.500

Fonte: Secretaria da Infra-Estrutura do Estado de Goiás / Superintendência de Energia e Telecomunicações

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica – 2010

Nota: No levantamento da produção de energia hidráulica foram considerados 50% da energia produzida nas usinas localizadas em rios fronteirços.

3.3.3 Infraestrutura de Telecomunicação – TICs

A infraestrutura de telecomunicação e informação auxilia na divulgação e na comercialização de produtos e serviços das mais diversas categorias e nas quantidades desejadas pelo cliente dentro e fora do país. Além disso, auxilia na comunicação vertical e horizontal das empresas e em tarefas como treinamento de pessoal, controle e gerenciamento de estoques, organização de cadeias logísticas, entre outros. A infraestrutura na área de informatização e comunicação em Goiás mostra números confortáveis, devendo tal fato à privatização dos serviços, conforme a Tabela 15.

TABELA 15 - Acessos móveis em operação do serviço móvel celular: Goiás, Centro-Oeste e Brasil – 2000-2007

Ano	Goiás	Centro-Oeste	Brasil	(em mil)	
				Participação (%)	
				Goiás / Centro-Oeste	Goiás / Brasil
2000	467	1.677	23.188	27,85	2,01
2002	949	3.049	34.881	31,12	2,72
2004	2.167	6.656	65.606	32,56	3,3
2006	3.586	9.397	99.919	38,16	3,59
2007	4.167	10.838	120.980	38,45	3,44

Fonte: Agência Nacional de Telecomunicação

3.3.4 História e Evolução dos Distritos Agroindustriais de Goiás

Em 1984, através da lei do FOMENTAR, foram criados 45 distritos agroindustriais em Goiás. Parece significativo fazer algumas considerações sobre os distritos mais estratégicos que assumem polos regionais no território de Goiás. A implantação dos distritos consolida por parte do programa várias regalias para o beneficiado, pois, além do estado assumir seus compromissos, os municípios também oferecem inúmeras vantagens. Este conjunto de incentivos imbricados às demandas, dentro e fora do distrito território, é chamado de infraestrutura econômica, física e fiscal (a Trinity do distrito).

O Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA) foi criado em 1973 e inaugurado em 1976 para abrigar grandes indústrias, oferecendo a infraestrutura econômica e fiscal necessária. Abrange uma área de cerca de 1700 hectares, para atender empresas de médio e grande porte, com destaque para o setor farmoquímico e automobilístico, além de empresas para subsidiar a produção, distribuição e comercialização dos produtos, configurando uma economia de aglomeração. Dentre as vantagens oferecidas aos empresários está a doação de terrenos e a isenção e/ou redução tributária, além das excelentes condições para o escoamento da produção, através da Estação Aduaneira do Interior (EADI), da Ferrovia Norte-Sul e da Plataforma Multimodal.

O Distrito Minerio-Industrial de Catalão (DIMIC) ocupa uma área de 278 hectares para o setor automobilístico, de implementos agrícolas e de extração

mineral, este último destinado principalmente para a produção de fertilizantes. O DIMIC foi criado com o objetivo de oferecer infraestrutura (pavimentação asfáltica, sistema de água e esgoto, rede de energia e telecomunicação) capaz de suportar grandes empreendimentos industriais e aquecer a economia do sudeste goiano. O município de Catalão conta com um subsolo rico em recursos minerais, especialmente nióbio e fosfato, o que contribui significativamente para o seu desenvolvimento econômico. Possui localização privilegiada, já que se encontra próximo aos grandes centros (Uberlândia, Brasília, São Paulo, Goiânia e Belo Horizonte). Tal fato facilita o escoamento da produção e a obtenção de matérias-primas, atribuindo maior competitividade ao município em âmbito estadual e nacional.

O Distrito Industrial Municipal de Pequenas Empresas de Rio Verde (DIMPE) foi implantado em 2004 para estimular micro e pequenas empresas, atendendo, assim, um segmento não contemplado pelos demais distritos existentes. Tem por objetivo beneficiar aqueles que atuam na informalidade ou em condições precárias de trabalho. O distrito conta com uma área de aproximadamente 450.000 m² e dispõe de infraestrutura básica (pavimentação asfáltica, rede de água e energia), linhas de crédito (FCO e Banco do Povo) e serviço de consultoria empresarial oferecido aos pequenos empresários através do Centro de Empreendimentos de Rio Verde (CERVE) e do Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

O Polo Empresarial Goiás foi criado em 1999 em Aparecida de Goiânia, com o intuito de assegurar o processo de industrialização do município, ocupando uma área de 330 hectares. O município de Aparecida de Goiânia conta ainda com outros distritos industriais, como o DAIAG (Distrito Agroindustrial de Aparecida de Goiânia) e o DIMAG (Distrito Industrial do Município de Aparecida de Goiânia), além de abrigar as unidades dos grupos Mabel. O município apresenta localização estratégica às margens da BR-153 e conurbação com a capital, Goiânia, grande mercado consumidor e distribuidor de produtos para os estados da região Centro-Oeste e da região Norte (Tocantins, Pará e Amapá). Deste modo, a industrialização do território goiano insere-se neste processo de busca por melhores condições de (re) produção e (re) territorialização do capital, vinculado à produção de espaço.

Segue-se a listagem de todos os distritos e suas características principais no Quadro 5.

QUADRO 5 - Distritos agroindustriais sob gestão da GOIASINDUSTRIAL - Posição: Julho/2007

Distrito	Área (ha)	Número de empresas	Distância do distrito à Goiânia (km)	Obras de infra-estrutura
Dist. Agroind. de Abadiânia – DAIAB	22,74	02	85	EIA/RIMA aprovado - licença ambiental, registrado em cartório, rede de distribuição elétrica.
Dist. Agroind. de Anápolis – DAIA (Pólo farmoquímico)	949,75	125	53	Pavimentação asfáltica com drenagem, sistema de água e ETA, sistema de esgoto e ETE, rede de energia elétrica, rede telefônica, sede administrativa, urbanização, posto de correio, posto bancário, AGENFA, plano de Gestão Ambiental, registrado em cartório, posto da polícia rodoviária, condomínio tecnológico e ciclovia.
Dist. Agroind. de Aunus	74	Não possui infraestrutura
Dist. Agroind. de A de Goiânia – DAIA (Pólo Tecnológico Metalúrgico)	117,58	40	18	Pavimentação asfáltica com meio fio, sistema de água (Captação, rede, reservatório e ETA), rede de energia elétrica – REDE DE R.D.U. em AT. E BT, rede telefônica, sede Administrativa, rede de água pluvial, EIA / RIMA aprovado - licença ambiental, registrado em Cartório.
Dist. Agroind. de Bela Vista de Goiás – DAIBV	32,67	01	45	Pavimentação asfáltica, rede de energia elétrica (R.D.U. C/ TRAVESSIA NA GO-060, EM AT.), sede Administrativa, EIA/RIMA aprovado – licença ambiental, cerca de arame liso, registrado em Cartório.
Dist. Agroind. de Cabeceiras	343	Pavimentação asfáltica, rede de energia elétrica.
- Dist. Agroind. de Caldas Novas	38,72	03	165	Pavimentação asfáltica, rede de energia elétrica, Condomínio Comercial.
Dist. Mínero-Industrial de Catalão – DIMIC	244,82	25	258	Pavimentação asfáltica com drenagem superficial, sistema de água (poço profundo), ETA, captação e distribuição, rede de energia elétrica, rede telefônica, sede administrativa sistema de tratamento de esgoto - ETE, EIA / RIMA aprovado – licença ambiental, registrado em Cartório.
Dist. Agroind. de Ceres – DAIC	19,36	-	173	Pavimentação asfáltica.
Dist. Agroind. de Goianésia – DAIAGO	31,68	04	168	Pavimentação asfáltica, rede de energia elétrica sede administrativa, rede de água pluvial, EIA / RIMA aprovado – licença prévia, sistema de água (poço profundo), rede telefônica, condomínio Industrial, linha de ônibus.

Dist. Agroind. De Goianira – DAG (Pólo calçadista)	41,44	26	22	Pavimentação asfáltica, rede de energia elétrica, sede administrativa, rede de Esgoto – ETE, rede de água, reservatório, poço artesiano, rede de água pluvial, polo calçadista composto de 16 galpões industriais.
Dist. Agroind. de Goiás	44,16	-	131	Pavimentação asfáltica
Dist. Agroind. de Goiatuba – DIAGO	96,80	-	173	Pavimentação asfáltica, rede de energia elétrica, sede administrativa, EIA / RIMA aprovado – licença ambiental.
Dist. Agroind. de Inhumas – DAI	45,68	01	42	Pavimentação asfáltica, EIA / RIMA aprovado – licença ambiental, registrado em cartório, rede de energia elétrica rede telefônica e sede administrativa
- Dist. Agroind. de Itapuranga – DIAI	14,52	-	153	Pavimentação asfáltica
Dist. Agroind. de Itumbiara – DIAGRI	107,00	13	203	Pavimentação asfáltica, sistema de água (captação, adução, tratamento e distribuição), rede de esgoto para efluente tratado, rede de energia elétrica, rede telefônica, sede administrativa, registrado em cartório, EIA / RIMA aprovado – licença ambiental.
Dist. Agroind. de Jussara – DAIJU	Nd	-	213	Pavimentação asfáltica e rede de energia elétrica
Dist. Agroind. de Luziânia – DIAL	106,21	05	186	Pavimentação asfáltica, sistema de água (poço profundo), rede de energia elétrica, Rede telefônica, sede administrativa, EIA / RIMA aprovado – licença ambiental, registrado em cartório.
Dist. Agroind. de Mineiros – I - DAIM.	64,60	07	414	Pavimentação asfáltica, trevo de acesso, sistema de água (poço profundo) / água tratada pela prefeitura municipal, rede de energia elétrica, rede telefônica, sede administrativa, EIA / RIMA aprovado – licença ambiental, registrado em cartório.
Dist. Agroind. de Mineiros – II – DAIM.	52,97	-	414	Pavimentação asfáltica, trevo de acesso, sistema de água (poço profundo - água tratada pela prefeitura), rede de energia elétrica, rede telefônica, sede administrativa e EIA/RIMA.
Dist. Agroind. de Morrinhos – DIAM	146,66	06	123	Pavimentação asfáltica, rede de energia elétrica, sede administrativa, EIA / RIMA aprovado – licença ambiental, registrado em cartório.
Dist. Agroind. de Orizona – DAIO	40,06	08	129	Pavimentação asfáltica, EIA/RIMA – licença ambiental, cerca de arame liso.
Dist. Agroind. de Paraúna	...	-	143	Não possui infra-estrutura.
- Dist. Agroind. de Piracanjuba	16,69	01	87	Condomínio industrial e galpão industrial 800,00 m2
Dist. Agroind. de Pontalina – DAP	8,33	04	104	Pavimentação asfáltica, sistema de água (poço profundo), rede de energia elétrica, rede telefônica, sede administrativa e condomínio industrial tipo A.

Dist. Agroind. de Porangatu – DIAP	48,40	04	395	Pavimentação asfáltica, Sistema de água (poço profundo), rede de energia elétrica (R.D.U), EIA / RIMA aprovado – licença ambiental e registrado em cartório.
Dist. Agroind. de Rio Verde – DARV I	244,82	06	216	Pavimentação asfáltica, rede de energia elétrica (R.D.U), sede administrativa, EIA / RIMA aprovado – licença ambiental e registrado em cartório.
Dist. Agroind. de Rio Verde – DARV II	41,16	14	216	Pavimentação asfáltica com drenagem superficial, Sistema de água (poço profundo), sistema de esgoto (ETE compacto), rede de energia elétrica galeria de água pluvial, rede telefônica, EIA / RIMA aprovado – licença ambiental e registrado em cartório.
Dist. Agroind. de Rubiataba	213	Rede de energia elétrica (R.D.U)
Dist. Agroind. de São Miguel do Araguaia – DAISMA	107,00	-	469	Pavimentação asfáltica.
Dist. Agroind. de Senador Canedo (Pólo Coureiro)	103,64	18	16	Pavimentação asfáltica com meio fio, rede de energia elétrica, água bruta, sistema de esgoto (ETE), EIA / RIMA aprovado – licença ambiental, registrado em cartório e sede administrativa.
Dist. Agroind. de Senador Canedo (Pólo Confeccionista)	17,63	08	16	Pavimentação asfáltica, rede de energia elétrica, condomínio industrial tipo A e registrado em cartório.
Dist. Agroind. de Uruaçu – DAUR	25,85	05	264	Pavimentação asfáltica, rede de energia elétrica, sistema de água (poço profundo) e EIA/RIMA.

Fonte: GOIASINDUSTRIAL – Companhia de Distritos Industriais de Goiás. Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica – 2010. EIA – Estudos de Impacto Ambiental, RIMA – Relatório Impacto Ambiental, R.D.U. – Redes de Distribuição Urbana.

3.4 Localização e Polarização da Indústria Goiana

A indústria, enquanto agente produtor de espaço, não promove alterações apenas com sua instalação, mas também através das relações que estabelece com os sujeitos envolvidos em seu processo produtivo (fornecedores, subsidiários, prestadores de serviços, transportadores), criando, portanto, outras possibilidades de investimentos. Alguns projetos em Goiás seguiram a teoria dos polos, com implantação da grande indústria motriz de Perroux. As principais aglomerações produtivas industriais do estado, entretanto, seguiram a lógica da cidade central.

Para demonstrar os principais fatores responsáveis pela localização da indústria em Goiás, busca-se a teoria dos fatores locacionais clássicos, que discute

as vantagens e desvantagens das regiões para localizar as firmas, fornecendo suporte para a identificação da tendência à aglomeração ou à dispersão das atividades econômicas.

Conforme Cavalcante (2008), a teoria da localização industrial, desenvolvida por Weber, indica que o local ideal para a localização da indústria seria aquele que proporcionasse menor custo em transportes, tanto da matéria-prima para as fábricas quanto dos produtos finais para o mercado. As indústrias voltadas para o processamento de matéria-prima advinda de recursos naturais, aquelas com grande perda de peso no processamento, tenderiam a se localizar próximas de suas fontes.

Há determinantes locacionais para cada tipo de firma. São eles fatores como aglomerações industriais já existentes, custos de transporte, infraestrutura urbana e qualificação de mão de obra. Cabe ainda ressaltar a importância das políticas de concessão de incentivos fiscais que, além de acelerarem o processo de instalação e desenvolvimento das chamadas indústrias weberianas, como agroindústrias e de mineração, também contribuíram para a instalação de novos setores industriais, colaborando assim para a diversificação da estrutura industrial de Goiás.

Assim, a escolha das localidades para o sufrágio do processo de industrialização no território de Goiás tem forte influência dos fatores de aglomeração e hierarquia da rede urbana constituída por duas cidades centrais, ou seja, Brasília e Goiânia. Não se pode deixar de considerar a importância do triângulo mineiro e seu papel de complementaridade à economia do sudeste do país.

Os municípios com as características acima citadas contêm, na prática, um significado relevante e possuem forte tendência de se transformarem em polos regionais do centro-sul e sudoeste do estado.

Para LEMOS (et al, 2003), isto

[...] indica, por um lado, a capacidade de carregamento do conjunto das atividades econômicas de uma região pelos serviços ofertados especificamente por uma dada localidade, o pólo. Na terminologia de Christaller (1966) [1933], trata-se de "bens centrais", produzidos apenas no "lugar central de ordem superior", ou seja, não produzidos nas localidades de "ordem inferior". A ideia de "capacidade de carregamento" deste lugar central seria medido por sua capacidade de ofertar serviços necessários para atender à demanda do conjunto das atividades produtivas de toda a região. Assim, um pólo com maior capacidade de oferta de serviços possui maior capacidade de "carregamento" ou sustentação da produção regional de bens, quer sejam bens agrícolas, minerais ou industriais. Por outro lado, o It é um índice da capacidade de transbordamento da oferta desses serviços para outras localidades, que são atraídas por esse "lugar central de

ordem superior” para o consumo de seus serviços. Ou seja, a “capacidade de transbordamento” mede a capacidade da oferta de serviços de atrair demanda no espaço, enquanto a “capacidade de carregamento” mede a capacidade da oferta de sustentar a demanda regional. (LEMOS et al, 2003)

3.4.1 Capacidade de Polarização dos Municípios em Polos e Subpolos

Para explicar o processo de espacialização e a relação da política industrial com o grau de polarização, o presente estudo busca apoiar-se nas teorias de cunho regional, conforme discorrido no texto e na ideia de polarização de Michel Rochefort, citado por Andrade (1987). O fenômeno da polarização pressupõe a capacidade de terceirização do município (chamado de centro de enquadramento terciário ou centro de polarização), ou seja, da existência de equipamentos, dinâmica, extensão e intensidade de fluxos. Com base em um estudo desenvolvido pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais, da Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/UFMG), foram calculadas através do Índice de Terceirização – IT – as principais aglomerações produtivas em Goiás, a serem confrontadas com os polos regionais.

A base de dados utilizada neste método é o PIB dos municípios goianos, calculado por meio de uma metodologia unificada, construída pelos Órgãos Estaduais de Pesquisa e Estatística e Secretarias Estaduais de Planejamento, sob a orientação do IBGE. O cálculo do PIB dos municípios goianos é de responsabilidade da SEGPLAN. O método de cálculo do PIB dos municípios baseia-se na distribuição, pelos municípios, do valor adicionado das atividades econômicas obtido do PIB estadual.

Após o cálculo do IT (Arriel, 2010) utiliza-se o *software* GVSig, para a espacialização dos polos e subpolos regionais de Goiás. Daí a possibilidade de análise da distribuição regional da indústria e sua relação com o processo de polarização no estado.

Ressalte-se que a concentração urbana gera um importante fator de localização industrial, pois um grande volume de população atrai atividades produtivas que também favorecem a concentração dessas atividades produtivas, o que Myrdal (1968) chamou de *causação circular e acumulativa*.

Para Ferreira e Lemos (apud Arriel, 2010),

o crescimento das escolhas locacionais em razão das vantagens da aglomeração tem gerado um movimento de concentração e centralização das decisões produtivas, em determinadas regiões ou países. [...] a questão da localização tem sido enriquecida pelas contribuições provenientes das teorias do crescimento, devido à capacidade dos centros de produção localizados de gerar efeitos dinâmicos sobre o sistema econômico, com mudanças em sua estrutura produtiva. Assim sendo, a formação de uma ampla gama de atividades industriais polarizadas contribuiria para o surgimento de economias de aglomeração e urbanização, concentrando ainda mais a localização de unidades produtivas. (FERREIRA; LEMOS, 2000. p. 487)

O Quadro 6, assim como a Figura 4, apresentam dados sobre essa concentração industrial em Goiás.

QUADRO 6 - Faturamento do setor industrial, com expressiva concentração espacial

Atividades Industriais	Municípios	Representatividade (%)	Participação no Estado (%)
Fabricação de produtos alimentícios	Goiânia; Rio Verde; Luziânia; Itumbiara; Jataí	50,36	49,26
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	Anápolis; Catalão	99,06	10,86
Fabricação de produtos químicos	Anápolis; Catalão; Luziânia; Aparecida de Goiânia	79,40	7,53
Fabricação de bebidas	Anápolis; Goiânia; Trindade; Alexânia	96,43	4,50
Extração de minerais metálicos	Niquelândia; Alto Horizonte; Crixás	91,92	4,26
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	Anápolis; Goiânia	96,94	3,04
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	Anápolis; Goiânia; Rio Verde; Aparecida de Goiânia	84,52	2,97
Metalurgia	Niquelândia	94,65	2,44
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	Anápolis; Goiânia; Aparecida de Goiânia	93,24	2,33
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	Turvelândia; Inhumas; Anicuns, Itapaci; Carmo do Rio Verde	69,71	2,03
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	Anápolis; Goiânia; Aparecida de Goiânia; Cezarina	75,67	1,76
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	Goiânia; Anápolis; Jaraguá Aparecida de Goiânia	83,25	1,74
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	Goiânia; Trindade; São Luis de Montes Belos; Hidrolândia; Porangatu	87,31	1,63

Extração de Minerais não-metálico	Catalão; Ouvidor; Minaçu	72,05	1,37
Fabricação de máquinas e equipamentos	Goiânia; Catalão	86,93	1,26
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	Anápolis; Rio Verde; Aparecida de Goiânia; Senador Canedo	94,86	1,14
Total		68,52	98,11

Fonte: SEGPLAN, ARRIEL, 2010.

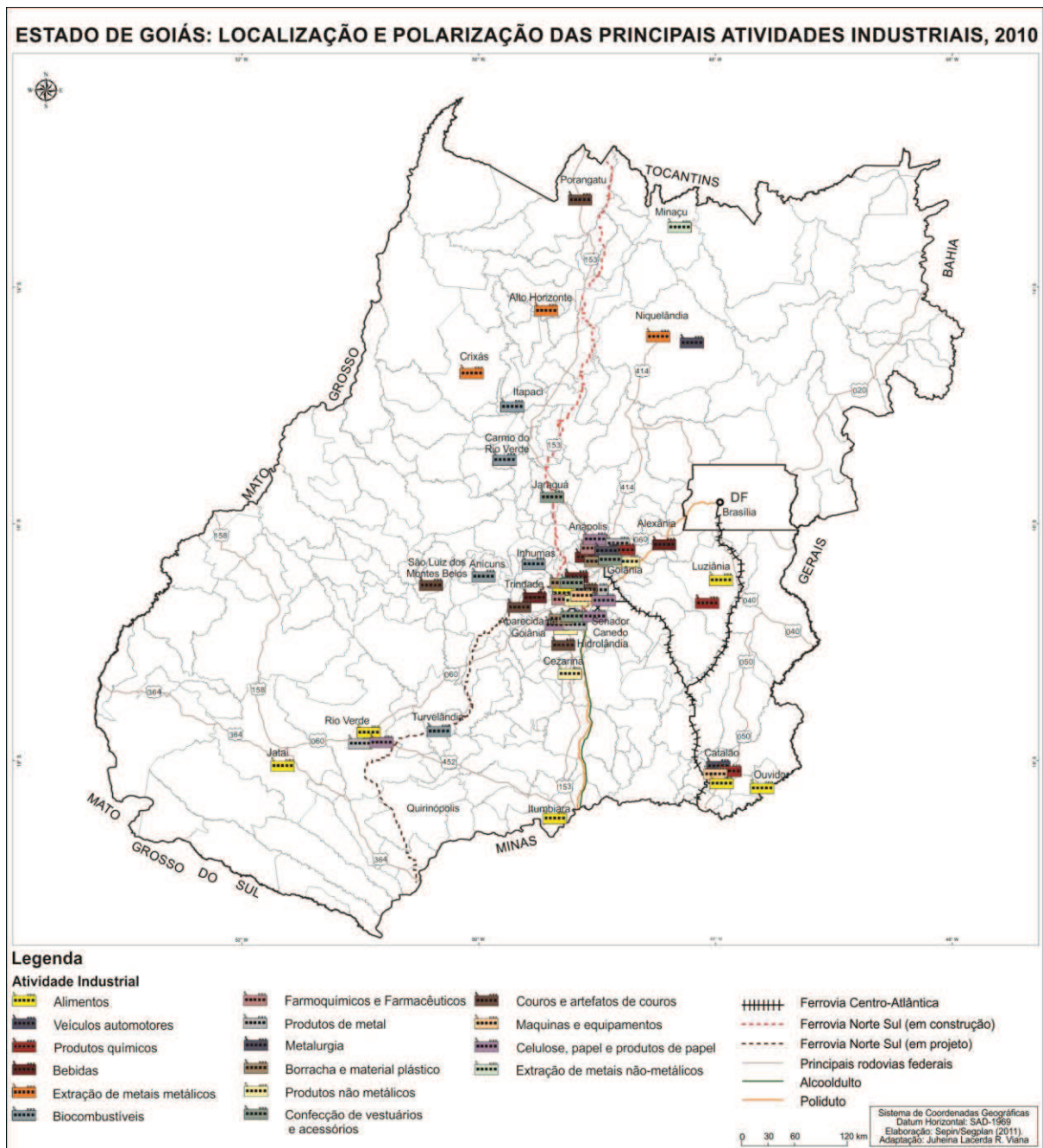


Figura 4 - Localização e polarização das principais atividades industriais em Goiás
Fonte: SEGPLAN, Arriel, 2010.

3.4.2 Municípios com Baixa Capacidade de Polarização – Subpolos

Os municípios com população abaixo de 20 mil habitantes apresenta fraco Índice de terceirização, conseqüentemente baixo potencial econômico e fraca atração de hierarquia. No noroeste goiano e parte do norte, nem mesmo a sub-polarização é possível.

No oeste goiano, São Luís de Montes Belos e Iporá, por exemplo, são fracos economicamente, e toda a região tem vazios econômicos com algum enclave.

Existe uma contradição nas regiões com baixa capacidade de polarização, ou seja, é exatamente lá onde estão localizadas as empresas que acessam maior quantidade de benefício. Em geral são as empresas mineradoras. Quanto mais a população concentra-se nas aglomerações urbanas, mais serviços, mais produção, mais capacidade de polarização. Neste contexto, Anápolis, Rio Verde, Catalão, Goiânia, Aparecida de Goiânia e Luziânia são os municípios que apresentam maior número de indústrias no conjunto, com maior ganho de participação no faturamento.

Por fim, cabe salientar que as 16 principais atividades industriais representam 98,11% do faturamento total do setor industrial goiano, e que 68,52% do faturamento destas principais atividades estão em apenas 26 dos 246 municípios existentes no estado. Saliente-se, ainda, que estas 26 localidades centralizam 78,46% do faturamento do setor industrial, portanto com expressiva concentração espacial. Os subpolos detectados foram: Ceres, Formosa, Goianésia, Iporá, Jaraguá, Niquelândia, Porangatu, Posse, São Luís de Montes Belos e Uruaçu, conforme mostram a Tabela 16 e a Figura 5.

TABELA 16 - Indicadores de Polarização e Produção dos Municípios Goianos Classificados como Subpolos

Municípios	Agropecuária (R\$ mil)	Indústria (R\$ mil)	Serviços (R\$ mil)	VA (R\$ mil)	PIB (R\$ mil)	População	PIB Per capita (R\$)	It	VTc	IT*
Ceres	8.406	22.011	118.649	149.066	166.699	18.637	8.945	2,99	0,03	0,08
Formosa	43.293	80.571	392.679	516.543	561.334	90.212	6.222	2,17	0,08	0,18
Goianésia	65.616	162.366	290.074	518.057	578.375	53.806	10.749	0,93	0,09	0,09
Iporá	18.723	22.947	137.105	178.775	193.707	31.060	6.237	2,32	0,03	0,07
Jaraguá	41.664	47.189	146.829	235.682	252.770	38.968	6.487	1,11	0,04	0,05
Niquelândia	57.775	372.004	275.027	704.806	841.938	38.517	21.859	0,49	0,14	0,07
Porangatu	39.513	44.602	185.386	269.502	293.180	39.238	7.472	1,55	0,05	0,07
Posse	16.798	14.932	120.860	152.590	163.682	28.850	5.674	2,34	0,02	0,06
São Luís de Montes Belos	19.724	132.089	155.207	307.020	337.119	26.784	12.587	0,79	0,06	0,05
Uruaçu	24.274	56.088	168.861	249.223	272.616	33.382	8.167	1,53	0,04	0,07

Fonte: SEGPLAN, ARRIEL, 2010.

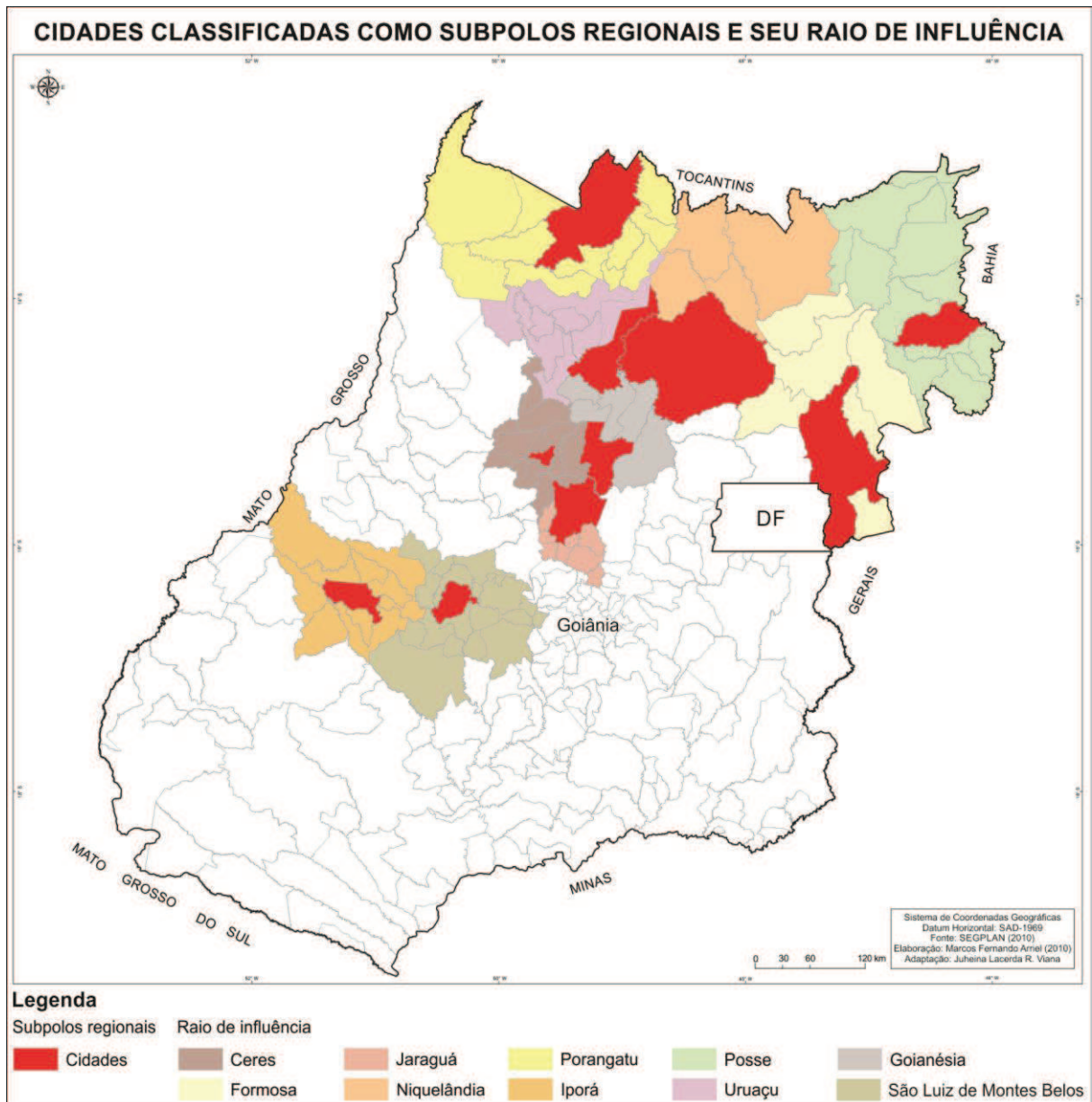


Figura 5 - Cidades classificadas como subpolos regionais e seu raio de influência
Fonte: SEGPLAN, ARRIEL, 2010.

3.4.3 Municípios com Maior Capacidade de Polarização – Polos

Anápolis é o principal polo industrial do interior e se destaca pelos serviços em educação e saúde. Também se deve considerar que, devido ao notável número de indústrias no município, torna-se possível o surgimento de serviços de apoio. O extravasamento do setor, entretanto, é prejudicado pelo fato da localidade estar entre dois polos, Goiânia e Brasília, o que reduz a capacidade de polarização do município (ARRIEL, 2010, p.72).

Rio Verde tem apresentado, nos últimos anos, um forte crescimento industrial e uma forte expansão populacional. Tem mostrado, por isso, um crescimento no setor de serviços tanto para atender necessidades das empresas locais, quanto para o atendimento das necessidades da população. Crescem, no município, serviços de saúde e educação (ARRIEL, 2010, p.72).

Jataí também é um dos destaques, porém, assim como Rio Verde, em função da localização em uma região com fraca densidade populacional e com municípios separados por distâncias consideráveis, vê-se limitado em sua capacidade de polarização. No caso de Rio Verde, há uma polarização maior de localidades do sudoeste; em Jataí, os serviços são, em sua essência, para consumo local, apresentando uma fraca polarização. Conclui-se que alguns dos fatores que pesam negativamente no sudoeste goiano são a baixa densidade populacional e as grandes distâncias entre as sedes municipais (ARRIEL, 2010, p.73).

TABELA 17 - Indicadores de polarização e produção dos municípios goianos com maior capacidade de polarização - 2007

Municípios	Agropecuária (R\$ mil)	Indústria (R\$ mil)	Serviços (R\$ mil)	VA (R\$ mil)	PIB (R\$ mil)	População	PIB <i>Per capita</i> (R\$)	It	VTc	IT*
Águas Lindas de Goiás	1.402	53.845	322.498	377.745	399.113	131.884	3.026	3	0,1	0,2
Anápolis	32.612	1.357.961	2.252.949	3.643.522	4.681.250	325.544	14.380	1,3	0,5	0,7
Aparecida de Goiânia	4.721	673.777	2.081.438	2.759.937	3.082.081	475.303	6.484	2,2	0,4	0,9
Catalão	108.669	1.096.647	1.201.525	2.406.842	2.909.021	75.623	38.467	0,9	0,4	0,4
Formosa	43.293	80.571	392.679	516.543	561.334	90.212	6.222	2,2	0,1	0,2
Goiânia	17.928	2.704.258	12.375.398	15.097.585	17.867.338	1.244.645	14.355	3,9	1	3,7
Itumbiara	89.785	389.027	868.775	1.347.587	1.537.323	88.109	17.448	1,5	0,2	0,4
Jataí	218.358	358.012	637.067	1.213.438	1.329.999	81.972	16.225	0,9	0,2	0,2
Luziânia	127.769	587.496	764.629	1.479.894	1.628.876	196.046	8.309	0,7	0,2	0,2
Novo Gama	1.172	43.763	217.510	262.446	277.530	83.599	3.320	2,5	0	0,1
Planaltina	20.956	34.991	221.560	277.507	293.226	76.376	3.839	2	0	0,1
Rio Verde	273.425	1.062.206	1.448.776	2.784.408	3.083.919	149.382	20.645	0,9	0,4	0,4
Santo Antônio do Descoberto	7.128	23.810	142.398	173.337	182.400	55.621	3.279	2,2	0	0,1
Senador Canedo	5.645	185.513	1.517.870	1.709.028	2.036.085	70.559	28.856	7,3	0,3	2,2
Trindade	24.677	189.281	321.266	535.225	580.929	97.491	5.959	1	0,1	0,1
Valparaíso de Goiás	98	55.085	401.753	456.935	492.308	114.450	4.302	4,6	0,1	0,3

Fonte: ARRIEL, 2010.

Catalão é um dos municípios que tem apresentado os mais significativos indicadores de crescimento industrial do estado. Também mostra um bom crescimento do setor de serviços, mas possui ainda uma capacidade limitada de polarização, pois, além da força atrativa de Goiânia e Brasília, o município está em

uma área próxima a Uberlândia (MG), que é um polo regional considerável de serviços (ARRIEL, 2010, p.73).

Itumbiara está localizada na divisa do estado com Minas Gerais e recebe grande influência de municípios daquele estado, sobretudo de Uberlândia, o que dificulta a sua capacidade de polarizar. O município foi um dos primeiros a atrair indústria no estado, graças a sua localização e à expansão da agropecuária na região (ARRIEL, 2010, p.73).

Pode-se constatar que grande parte da área do estado é polarizada com maior força por Brasília, que se estende do entorno ao nordeste goiano.

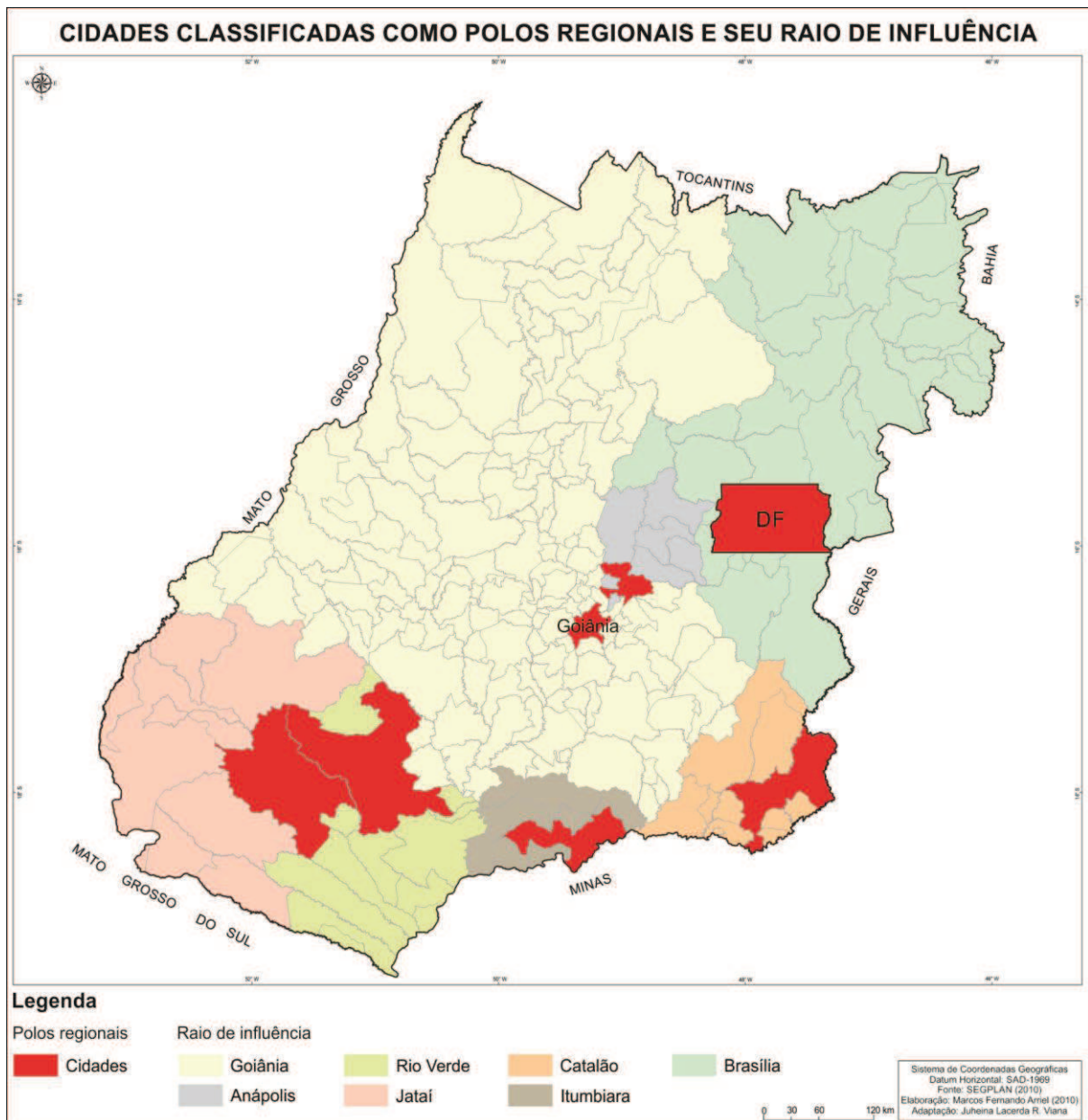


Figura 6 - Cidades classificadas como polos regionais e seu raio de influência
Fonte: SEGPLAN, ARRIEL, 2010.

Outra extensa área acha-se polarizada fortemente por Goiânia, já que não aparecem nesta região cidades polos. Há uma vasta região em que predomina um vazio econômico, principalmente no oeste, norte e nordeste do estado. Nestas regiões, não se constata a presença de polos representativos. A força de atração das cidades é pequena, havendo apenas enclaves como Niquelândia e Minaçu, além de parques industriais tradicionais como Goianésia e Jaraguá, porém com baixa geração de externalidades (ARRIEL, 2010, p.73).

Devido à grande área de influência dos grandes polos de Goiânia e do Distrito Federal, e por essas áreas não apresentarem municípios com forte capacidade de polarização entre os outros municípios, ainda é possível constatar a presença de subpolos, como mostra o Quadros 7.

QUADRO 7 - Principais municípios industriais e sua respectiva classificação quanto à capacidade de polarização

Municípios	Atividades industriais	Classificação quanto a
Goiânia	Fabricação de produtos alimentícios; Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos; Fabricação de bebidas; Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos; Fabricação de produtos de borracha e de material plástico; Fabricação de produtos de minerais não-metálicos; Confecção de artigos do vestuário e acessórios; Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados; Fabricação de máquinas e equipamentos	Polo
Itumbiara	Fabricação de produtos alimentícios	Polo
Jataí	Fabricação de produtos alimentícios	Polo
Luziânia	Fabricação de produtos alimentícios; Fabricação de produtos químicos.	Proximidade de polo
Niquelândia	Extração de minerais metálicos; Metalurgia.	Subpolo
Rio Verde	Fabricação de produtos alimentícios; Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos; Fabricação de celulose, papel e produtos de papel.	Polo

São Luís de Montes Belos	Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	Subpolo
Senador Canedo	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	Proximidade de polo
Trindade	Fabricação de bebidas; Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados.	Proximidade de polo
Ouvidor	Extração de minerais não-metálicos	Proximidade de polo
Minaçu	Extração de minerais não-metálicos	Polarizada
Hidrolândia	Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados.	Proximidade de polo
Crixás	Extração de minerais metálicos	Polarizada
Turvelândia	Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	Polarizada
Inhumas	Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	Proximidade de polo
Cezarina	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	Polarizada
Anicuns	Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	Polarizada
Itapaci	Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	Polarizada
Porangatu	Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	Subpolo
Municípios industriais	Atividades industriais	Classificação quanto à polarização
Alexânia	Fabricação de bebidas	Proximidade de polo
Alto Horizonte	Extração de minerais metálicos	Polarizada
Anápolis	Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias; Fabricação de produtos químicos; Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos; Fabricação de bebidas; Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos; Fabricação de produtos de borracha e de material plástico; Fabricação de produtos de minerais não-metálicos; Confeção de artigos do vestuário e acessórios; Fabricação de celulose, papel e produtos de papel.	Polo

Aparecida de Goiânia	Fabricação de produtos químicos; Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos; Fabricação de produtos de borracha e de material plástico; Fabricação de produtos de minerais não-metálicos; Confeção de artigos do vestuário e acessórios; Fabricação de celulose, papel e produtos de papel.	Proximidade de polo
Catalão	Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias; Fabricação de máquinas e equipamentos; Fabricação de produtos químicos; Extração de minerais não-metálicos.	Polo

Fonte: ARRIEL, 2010.

3.5 Análise e Interpretação dos Indicadores Socioeconômicos

Pretende-se, neste tópico, apresentar algumas séries temporais dos principais indicadores socioeconômicos organizados no decorrer da pesquisa, alinhando-se ao objeto geral e ao referencial teórico de forma a explicar e interpretar a dimensão da realidade entre o fenômeno estudado e outros fatores de causa e efeito. As tentativas de desenvolver teoricamente e de calcular Indicadores Socioeconômicos com vistas à orientação e avaliação de políticas públicas é tão antiga quanto a Economia Política.

3.5.1 Produto Interno Bruto – PIB *per capita*

Além de medir a riqueza e mostrar a evolução dos agregados econômicos, o Produto Interno Bruto (PIB per capita) é um indicador de grande importância para a elaboração de políticas públicas e fonte de informações para pesquisadores e acadêmicos.

Vale ressaltar que o PIB é calculado pela ótica da produção, o que significa tratar-se do resultado da diferença entre o valor bruto da produção e o respectivo consumo intermediário, mais os tributos indiretos, menos subsídios e serviços de intermediação financeira indiretamente medidos. O Produto Interno Bruto é o resultado do PIB dividido pelo número de habitantes do país ou unidades da federação. Se ocorrer o crescimento do PIB per capita, isso significa que cada

habitante está tendo acesso a uma renda média maior ou superior à que foi comparada. Representa também aumento ao acesso médio a bens e serviços.

A partir de 1985, a política industrial, com base na atração de investimentos, promoveu uma transformação substancial na economia goiana. O PIB passou a crescer de forma acentuada e constante. Saltou de 1.80, em 1985, para 2.45 em 2007. Esteve à frente dos estados de Mato Grosso durante todo o período de estudo. conforme Tabelas 18.

TABELA 18 - Participação do Produto Interno Bruto das Unidades da Federação e Grandes Regiões do Brasil – 1985-2007

Regiões / UF	1985*	1995	2000	2007
NORTE	3,84	4,22	4,38	5,02
Rondônia	0,48	0,44	0,50	0,56
Acre	0,13	0,18	0,18	0,22
Amazonas	1,52	1,43	1,42	1,58
Roraima	0,07	0,14	0,15	0,16
Pará	1,52	1,56	1,62	1,86
Amapá	0,12	0,21	0,20	0,23
Tocantins	-	0,26	0,31	0,42
NORDESTE	14,1	12,04	12,45	13,07
Maranhão	0,74	0,91	1,01	1,19
Piauí	0,39	0,51	0,51	0,53
Ceará	1,72	1,95	1,92	1,89
São Paulo	36,12	37,31	35,96	33,92
Rio Grande do	0,78	0,70	0,77	0,86
Paraíba	0,72	0,73	0,79	0,83
Pernambuco	2,62	2,30	2,29	2,34
Alagoas	0,86	0,66	0,66	0,67
Sergipe	0,92	0,54	0,55	0,63
Bahia	5,35	3,75	3,94	4,12
SUDESTE	60,15	59,13	58,31	56,41
Minas Gerais	9,61	8,63	8,53	9,07
Espírito Santo	1,72	1,99	1,97	2,27
São Paulo	36,12	37,31	35,96	33,92
SUL	17,1	16,20	16,47	16,64
Paraná	5,92	5,70	5,86	6,07
Santa Catarina	3,3	3,43	3,67	3,93
Rio Grande do Sul	7,88	7,07	6,94	6,64
CENTRO-OESTE	4,81	8,41	8,39	8,87
Mato Grosso do Sul	0,95	0,91	0,96	1,06
Mato Grosso	0,69	1,04	1,26	1,60
Goiás	1,8	2,05	2,23	2,45
Distrito Federal	1,37	4,41	3,94	3,76
BRASIL	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE - elaboração própria

(*) Os dados do PIB a partir de 1995 referem-se ao ano base 2002

3.5.2 Valor Econômico Adicionado

A participação do PIB e do VA confirma o crescimento econômico do estado a partir de 1985, com a implantação do FOMENTAR, finalizando a análise do período em 2007 com o PRODUIR. O setor primário perde participação desde 1985, enquanto o setor secundário ganha e mantém a taxa de crescimento desde 1985. A transformação do setor terciário no período surpreende, e sua ascensão é crescente e constante.

Na tabela 19, os dados confirmam a liderança da indústria, saindo de 7.919 em 2002, para 20.410 em 2009; o setor de serviços salta de 19.009 para 44.549. Já a agropecuária, que vinha tendo queda na participação desde 90, volta a crescer em 2008 e fecha na casa dos 10.593 em 2009, bem abaixo dos dois primeiros.

TABELA 19 – Goiás: valor adicionado por atividades econômicas – 2002-2009

(R\$ milhão)

Setores de Atividade	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Agropecuária	6.202	6.870	7.331	5.978	5.166	6.333	8.450	10.593
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	4.115	4.338	4.797	3.502	2.789	3.563	4.750	6.779
Pecuária e pesca	2.088	2.533	2.534	2.476	2.377	2.770	3.700	3.815
Indústria	7.919	8.734	10.661	11.623	13.327	15.512	17.262	20.410
Indústria extrativa mineral	334	329	440	369	363	996	702	963
Indústria de transformação	3.928	4.581	5.249	6.229	7.314	7.805	9.088	11.545
Construção Civil	1.975	1.754	2.349	2.634	3.067	3.669	4.038	4.826
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	1.682	2.069	2.623	2.392	2.584	3.042	3.434	3.076
Serviços	19.009	21.976	24.695	27.150	31.817	35.662	40.139	44.549
Comércio e serviços de manutenção e reparação	4.177	5.679	6.176	6.454	8.057	9.086	10.761	12.455
Alojamento e alimentação	680	411	721	912	846	1.190	1.455	1.323
Transportes e armazenagem	1.478	1.387	1.570	1.706	2.239	2.321	2.793	2.995
Serviços de informação	1.046	1.132	1.273	1.266	1.294	1.465	1.814	2.056
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	1.435	1.579	1.608	2.030	2.416	2.931	2.738	3.276
Serviços Prestados principalmente às famílias e associativos	689	866	888	1.040	1.163	1.214	1.368	1.425
Serviços prestados principalmente às empresas	760	932	1.176	1.300	1.744	1.941	2.056	2.489
Atividades imobiliárias e aluguel	3.179	3.603	4.035	4.457	4.807	5.132	5.472	6.054
Administração, saúde e educação públicas	4.354	4.948	5.696	6.396	7.291	8.248	9.382	9.761
Saúde e educação mercantis	669	837	790	733	942	1.041	1.116	1.276
Serviços domésticos	544	602	763	855	1.019	1.093	1.184	1.440
Valor adicionado	33.131	37.580	42.688	44.751	50.310	57.507	65.850	75.552
Impostos	4.285	5.256	5.333	5.783	6.747	7.704	9.421	10.064
Produto Interno Bruto	37.416	42.836	48.021	50.534	57.057	65.210	75.271	85.615
PIB per capita (R\$)	7.078,40	7.936,91	8.718,01	8.992,02	9.956,30	11.547,68	12.877,88	14.446,68

Fonte: Segplan-GO/Seplan/Gerência de Contas Regionais e Indicadores – 2011.

3.5.3 Emprego e Renda

A evolução da estrutura do emprego e da renda em Goiás decorre, necessariamente, da dinâmica econômica de cada um dos grandes setores da economia nacional e do estado. Uma significativa transformação, que vem ocorrendo a partir dos anos 70 e se aprofunda no período entre 1984 e 1998, resulta numa transferência clara de mão de obra do setor primário para o setor terciário, mantendo-se a população empregada no setor secundário quase constante.

Pode-se falar, pois, de uma terceirização crescente da economia estadual, que, deste modo, foi se aproximando da média de 65,1% dos postos de trabalho. O trabalho na indústria tem maior relevo nos setores de transformação (89% do total), com destaque para a fabricação de produtos alimentícios, químico-farmacêuticos e de exportação. Para compreender a complexidade da geração, admissão e desligamento dos postos de trabalho, questionando o custo do emprego para os cofres públicos, é preciso uma investigação mais criteriosa.

Diante dos dados, na tabela 20, apresenta-se um crescimento substancial, passando de 511.018 mil em 1995, para 1.061,426 em 2007. Destes, 192.444 são da indústria, 755.066 têm origem nos serviços e 68.832 são da agropecuária. A construção civil participou com apenas 44.994 empregos.

TABELA 20 - Goiás: número de empregos formais - 1995, 2000, 2005 – 2008

Ano	Goiás						
	Total	Indústria	Construção civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros / ignorado
1995	511.018	79.138	28.046	76.396	294.684	25.160	7.594
2000	663.902	108.019	33.511	117.387	361.625	43.356	4
2005	944.927	155.351	35.626	172.695	518.898	62.357	-
2006	992.822	173.567	36.655	183.056	535.962	63.582	-
2007	1.061.426	192.444	44.994	195.809	559.347	68.832	-
2008 (1)	1.108.773	198.021	53.705	207.810	576.989	72.248	-

Fonte: RAIS/TEM

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica – 2009.

(1) Estimativa com base na CAGED – 2008.

A participação dos empregos incentivados pelo PRODUIR catalisou apenas 30.720 postos de trabalho ao custo de 180.000 mil cada. Com relação aos incentivos creditícios, o Fundo do Centro Oeste mobilizou 805.7 mil empregos. O BNDES não divulgou o número de empregos gerados.

Na tabela 21, a Renda Média do Trabalhador no segmento da indústria é de R\$ 873.62, na agropecuária atinge R\$ 720.58 e nos serviços e comércio é de R\$ 973.74. Observe-se que se trata de renda mínima.

TABELA 21 - Rendimento médio nominal segundo setores de atividades econômicas em Goiás - 2000-2007

Rendimento médio (R\$)	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Extrativa mineral	764,35	854,8	909,12	1.022,27	1.179,86	1.369,64	1.580,67	1.678,79
Indústria de transformação	394,21	451,67	482,56	559,25	614,03	704,12	798,58	873,62
Serviços industriais de utilidade pública	1.907,47	1.771,08	1.872,85	1.799,97	2.153,37	2.618,37	3.264,36	3.261,31
Construção civil	474,22	517,79	546,82	645,53	666	762,88	787,03	894,86
Comércio	353,55	391,84	430,21	489,95	538,78	610,29	677,53	741,13
Serviços	570,26	640,33	670,43	715,69	769,33	864,45	916,96	973,74
Administração pública	690,06	706,18	835,39	909,86	1.058,49	1.182,95	1.377,08	1.547,61
Agropecuária, extração	313,23	360,09	402,24	468,51	524,57	608,39	644,51	720,58
Outros/ignorado	178,42	-	-	-	-	0	0	0
Total	524,44	575,97	637,63	699,38	771,26	880,89	981,3	1.067,59

Fonte: RAIS / TEM Elaboração: Segplan-GO/IMB.

O que chama a atenção é que a indústria de transformação e os serviços foram que obtiveram maior número de desligamento de empresas, como mostra a Tabelas 22.

TABELA 22 - Flutuação do nível de emprego por atividade econômica em Goiás, 2007

Atividade econômica	Admissão	Desligamento	Saldo
Total	454.710	413.557	41.153
Extrativa mineral	2.400	1.963	437
Indústria de transformação	114.533	102.103	12.430
Serv. ind. utilidade pública	1.282	1.228	54
Construção civil	51.128	46.128	5.000
Comércio	103.834	93.918	9.916
Serviços	118.738	108.134	10.604
Administração pública	401	282	119
Agricultura, silvicultura etc.	62.394	59.801	2.593
Outros	-	-	-

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego

3.5.4 Indicador social: ranking dos municípios com maior IDH

Não é objeto deste estudo aprofundar-se nos indicadores sociais. Somente para enriquecê-lo, observa-se que dos 20 municípios que constam no ranking do IDH, praticamente todos pertencem às microrregiões com maior crescimento econômico ou que possuem maior capacidade de polarização, conforme a Tabela 23.

TABELA 23 - Ranking dos vinte maiores municípios em IDH-M em Goiás – 1991e 2000

Municípios	2000					1991				
	IDH-M			IDH-M	Ranking	IDH-M			IDH-M	Ranking
	Longe- vidade	Educação	Renda			Longe- vidade	Educação	Renda		
Chapadão do Céu	0,830	0,908	0,765	0,834	1º	0,761	0,728	0,651	0,713	11º
Goiânia	0,751	0,933	0,813	0,832	2º	0,718	0,862	0,755	0,778	1º
Catalão	0,819	0,908	0,727	0,818	3º	0,7	0,81	0,663	0,724	6º
Goiatuba	0,812	0,877	0,746	0,812	4º	0,742	0,768	0,676	0,729	5º
Rio Verde	0,803	0,871	0,746	0,807	5º	0,684	0,747	0,674	0,702	21º
Morrinhos	0,807	0,861	0,750	0,806	6º	0,729	0,784	0,639	0,717	8º
Rio Quente	0,736	0,917	0,764	0,806	7º	0,635	0,789	0,592	0,672	67º
Pontalina	0,804	0,846	0,765	0,805	8º	0,679	0,732	0,636	0,682	44º
Anhanguera	0,804	0,952	0,649	0,802	9º	0,718	0,82	0,593	0,71	12º
Caldas Novas	0,749	0,905	0,751	0,802	10º	0,718	0,797	0,688	0,734	4º
Campo Alegre de Goiás	0,804	0,880	0,722	0,802	11º	0,713	0,735	0,675	0,708	13º
Cidade Ocidental	0,770	0,915	0,700	0,795	12º	0,721	0,871	0,675	0,756	2º
Valparaíso de Goiás	0,767	0,902	0,716	0,795	13º	0,687	0,837	0,692	0,739	3º
Montividiu	0,776	0,839	0,766	0,794	14º	0,618	0,666	0,68	0,655	105º
Jataí	0,776	0,874	0,728	0,793	15º	0,687	0,775	0,685	0,716	9º
Anápolis	0,754	0,889	0,721	0,788	16º	0,67	0,81	0,684	0,721	7º
Três Ranchos	0,804	0,902	0,657	0,788	17º	0,743	0,745	0,581	0,69	34º
Joviânia	0,762	0,859	0,739	0,787	18º	0,679	0,756	0,663	0,699	23º
Palmelo	0,846	0,841	0,673	0,787	19º	0,725	0,759	0,593	0,692	32º
Nerópolis	0,836	0,837	0,682	0,785	20º	0,739	0,747	0,605	0,697	25º
ESTADO DE GOIÁS	0,745	0,866	0,717	0,776	-	0,668	0,765	0,667	0,7	-
BRASIL	0,727	0,849	0,723	0,766	-	0,662	0,745	0,681	0,696	-

Fonte: PNUD / IPEA / FJP / IBGE. Classificação segundo IDH: Elevado: (0,800 e superior) Baixo: (abaixo de 0,500).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão teórica, assim como a análise e interpretação das informações socioeconômicas coletadas no decorrer do estudo, de acordo com os objetivos explicitados, levaram às considerações a seguir.

Os planos de governo do estado de Goiás, bem como os documentos e dados publicados em anuários estatísticos da SEGPLAM e do Instituto Mauro Borges, relativos ao período de evolução da política industrial, especialmente no período de estudo – 1985 a 2007 –, revelam um grande esforço por parte do governo e dos técnicos, não só para atrair novas indústrias, como também para recuperar os ramos industriais já existentes.

A recuperação da indústria fica evidente na medida em que, no período estudado, o governo dá prioridade à ampliação e implantação de novos distritos industriais, com o intuito de fortalecer os polos regionais voltados principalmente para os seguintes setores: processamento de matéria-prima da agropecuária e de acessórios, como embalagens, adubos e rações; químico-farmacêutico e automotivo, como tentativa de diversificação da economia; setores tradicionais (confeções, calçados e móveis), com o objetivo de promover o adensamento das cadeias produtivas.

A política industrial adotada pelo estado utilizou-se de instrumentos horizontais (redução de alíquotas) e verticais (incentivos e créditos especiais), visando o fortalecimento da indústria instalada. O uso de políticas horizontais tem a vantagem de permitir a recuperação dos diversos tipos de indústria, não apenas aquelas que são consideradas prioritárias para o estado. A conjugação de medidas implícitas e explícitas equaciona e incentiva a competitividade dos produtores de insumos (a montante da indústria) e o consumo dos produtos (a jusante da indústria). Neste quesito é fundamental estabelecer uma política mais agressiva, de modo a priorizar as vantagens comparativas (regiões mais pobres) e ampliar as vantagens locacionais, com o intuito de atrair e subsidiar indústrias dinâmicas, intensivas em capital e com mão de obra qualificada. Enfatize-se que a política fiscal deixa de ser competitiva na medida em que outros estados concedem os mesmos benefícios (guerra fiscal).

A política de incentivos já vinha sendo empregada pelo estado desde 1960, contudo, somente após a promulgação da Constituição de 1988 houve a regulamentação constitucional, facultando aos estados a adoção de programas fiscais para atrair indústrias. Em Goiás, optou-se pela utilização do ICMS, regulamentada através dos programas FOMENTAR/PRODUZIR. Estudos do IPEA mostram que os incentivos fiscais são os principais motivadores para a instalação de empreendimentos.

A evolução da participação da indústria na formação do Produto Interno Bruto, as taxas de crescimento da indústria de transformação e o Valor Adicionado-VA constituem um forte indício de que o FOMENTAR/PRODUZIR gerou expressiva mudança na economia de Goiás. Este impacto pode ser aferido quando se constata que a participação do setor no PIB passa de 26,01%, em 1985, para 36,80% em 2002, fechando com 26,97 em 2007.

A indústria de transformação no período foi maior que a de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A agropecuária, que em 1985 exibiu uma participação de 20,2, caiu para 11,01 em 2007. Surpreende neste período de estudo o setor de serviços, que subiu de 58,4 em 85 para 62,2 em 2007. Destacam-se, também, os setores de informação, construção civil, transporte e armazenagem, manutenção e reparação e exploração florestal, que cresceram respectivamente 100%, 110%, 150%, 300% e 150% no período. O desempenho do setor de comunicação pode ser explicado pelos altos investimentos a partir da privatização do setor. Já o desempenho do setor de transporte e armazenamento parece estar estreitamente relacionado ao aumento da integração dos serviços entre agricultura e indústria.

No que tange à quantidade de empresas atraídas e instaladas pelo Programa de Atração de Investimentos Industriais FOMENTAR / PRODUZIR, no período de estudo, identifica-se que mais de 800 empresas foram contratadas. Destas, 74%, 21% e 5% situam-se respectivamente na Região do Mato Grosso Goiano- RMGG (Anápolis, Goiânia e Aparecida de Goiânia), na região Centro-Sul (Catalão, Sudoeste e Rio dos Bois) e na região Norte-Nordeste (Ceres, Porangatu e São Miguel do Araguaia). Nota-se grande polarização industrial na Região Metropolitana de Goiânia- RMG.

No que se refere aos investimentos realizados pelas empresas, verifica-se no final de 1985 a 1999, através da realização de leilão para liquidação dos

contratos, um recurso fiscal de 773.662 bilhões. Já no período de 2001 a 2007, o benefício fiscal fica em torno de 54.24 bilhões contra 84.359 empregos. Atualizando-se os dados, em 2012 o incentivo fiscal sobe para 72.45 bilhões. Destes, 57%, 40% e 8% representam a região Centro-Sul, a RMG e a região Norte-Nordeste respectivamente. As empresas geraram no período o total de 176.600 empregos, sendo 58% na RMGG (somente Goiânia produziu 20%), 36% no Centro- Sul e 5.6% no Norte-Nordeste. Para título de atualização, em 2012 o incentivo fiscal subiu para 72,458 bilhões.

Pode-se deduzir dos dados coletados que as empresas de capital goiano do setor de alimentos geram maior quantidade de empregos na RMG. As empresas de outros estados e países geram maior quantidade de empregos fora da RMG.

Cerca de 80% dos investimentos industriais no período analisado concentram-se nos seguintes gêneros industriais: sucroalcooleiro/ biocombustível, automotivo, alimentos e farmacêutico/farmoquímico.

No que concerne à origem do emprego, até o ano de 1999 o total de 38% do emprego alocava-se nas atividades de alimentação, 17% no setor de vestuário e têxtil e 26% dividia-se entre empresas de produtos químicos, álcool combustível, refino de petróleo, gráficas, moveis, metal mecânica e produção mineral. De 2001 a 2007 esta origem muda, passando as empresas sucroalcooleiras para 49%, enquanto o setor de alimentos descia para 15.6%, ficando o setor automotivo com 9.1%.

Nota-se, portanto, a importância das indústrias do segmento tradicional, como indústrias químicas, de higiene e limpeza, confecção e têxtil, de móveis, metalúrgica, cosméticos, metais, mármore, plásticos, reciclagem, máquinas e equipamentos, água mineral e embalagens e formulários, que, juntas, respondem por 20%, ou seja, 30,4 mil empregos,

Outra constatação é que, além de ter menor participação na busca dos recursos do PRODUIR, a Metade Norte do estado (Norte e Nordeste) tem uma relação de investimento fixo e emprego maior (R\$ 375.506) que a região Centro- Sul (R\$ 223.374), contra a média praticada no estado. Percebe-se que a Metade Norte (Porangatu, São Miguel do Araguaia e Vão do Paranã) tem muitos empreendimentos na área da extração mineral, o que mobiliza vultosos recursos fixos na implantação da atividade. Esta região acusa índices menores de desenvolvimento e crescimento

no estado. As microrregiões que detêm as menores relações investimento fixo e empregos são: Anápolis (R\$ 142.268), Goiânia (R\$ 159.960), Anicuns (R\$ 184.637) e Entorno de Brasília (R\$ 186.618). Observam-se, portanto, valores com certa distância da média estadual (R\$ 248.971).

Com relação ao rendimento médio do salário, nota-se que o setor da agricultura tem o menor número de empregos e também o menor salário, vindo depois a indústria, com salário de 873.62 reais, ficando abaixo do valor pago pelo setor terciário e pela construção civil. Não se percebem vestígios de desconcentração de renda.

Na função de concessão de incentivo creditício, o BNDES tem participação muito forte na evolução da política industrial de Goiás. De acordo com dados do próprio banco, no período de 1999 a 2007, segunda fase do FOMENTAR/PRODUZIR, foram desembolsados para Goiás 8.2 bilhões, o que representa 33.3% da região Centro-Oeste e 3.2 em relação ao Brasil. Deste total, a agricultura ficou com 26%, a indústria com 25% e o comércio com 37%, sendo que 12% foram aplicados no extrativismo.

O incentivo creditício FCO tem papel fundamental no desempenho do setor rural e, mais recentemente, na estrutura produtiva do setor secundário. O programa desembolsou no período de 1989 a 2007 recursos da ordem de 7.3 bilhões para 206.6 mil contratos, finalizando com a geração de 805.7 mil empregos, numa relação de 87 mil reais por emprego. Nota-se uma relação de incentivo creditício mais equilibrada e estável entre número de contratos e geração de empregos.

Vale a pena ressaltar a constatação da alta capacidade de concentração da indústria no polo regional de Goiânia e sua dispersão em pontos desbalanceados do território (Rio Verde, Itumbiara, Catalão, Luziânia), situação que se agrava ainda mais em regiões pobres, principalmente pela ausência de infraestrutura física, econômica e social, promovendo uma baixa capacidade de polarização, apesar de alguns enclaves nessas regiões.

No período analisado no trabalho, portanto, percebe-se, em números absolutos, uma maior industrialização do Estado. Entretanto, este crescimento da atividade industrial deu-se de forma territorialmente concentrada, gerando diferentes níveis de industrialização entre as regiões do estado, o que, por sua vez, promoveu um desequilíbrio regional. Por outro lado, constatam-se ramos industriais prioritários

(agroindústria, serviços, cadeias produtivas complementares...), o que provoca uma estrutura produtiva pouco diversificada.

Isso posto, considera-se que em termos de crescimento industrial, Goiás possui ainda longo caminho a seguir, sendo de fundamental importância a elaboração/efetivação de políticas públicas que de fato promovam o desenvolvimento socioeconômico do estado.

REFERÊNCIAS

ADDAD, Paulo Roberto et al. **Desequilíbrios regionais e descentralização industrial**. Rio de Janeiro: IPEA / INPES, 1975.

AICOFORADO, Fernando. **Um projeto para o Brasil**. São Paulo: Nobel, 2000.

AMARAL FILHO, Jair do. **A endogeneização no desenvolvimento econômico regional**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA – ANPEC, 7. ed. Belém, Pará, 1999. Anais... Belém: ANPEC, 1999 1 CD-ROM.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço, Polarização e Desenvolvimento**: São Paulo: Editora Atlas, 5. ed. 1987.

ANTUNES, R. L. C. **Adeus ao Trabalho?**: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7. ed. ampl. – São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

ARRIEL, Marcos Fernando. **Perfil produtivo e dinâmica espacial da indústria goiana (1999-2007)** / Marcos Fernando Arriel. – 2010. 101 f. : il. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Departamento de Ciências Econômicas, 2010.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **O Mundo Globalizado** / Alexandre de Freitas Barbosa 4. ed, 1ª Reimpressão. – São Paulo Contexto, 2010 (Repensando a História)

BECATTINI, G. **Distritos industriais na Itália**. In: COCCO, G; URANI, André; GALVÃO, A. Patez. (orgs). **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 45 - 58.

BRANDÃO, Carlos Antonio. **Território e Desenvolvimento: As Múltiplas Escalas entre o local e o global** / Carlos Brandão Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil 1930-1970**. São Paulo: Global Editora, 1985.

CANO, Wilson. **Ensaio sobre a Formação Econômica Regional do Brasil** / Wilson Cano – Campinas; SP Editora da UNICAMP, 2002.

CARNEIRO, Ricardo – **Desenvolvimento em Crise: A economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Editora UNESP, IE – UNICAMP, 2002.

CASSIOLATO, J. E.; ERBER, F. S. Política industrial: teoria e prática no Brasil e na OCDE. **Revista de Economia Política**, v. 17, n. 2 (66), abr./jun. 1997.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. **Sistemas de inovação e desenvolvimento: as implicações de política**. São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 1, p. 34-45, jan./mar. 2005.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede: a era da informação, economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. v.1.

CASTRO, A. C.; FONSECA, M. da G. D. **A dinâmica agroindustrial do centro-oeste**. Brasília: IPEA, 1995.

CAVALCANTE, L. R. **Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização**. Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, v. 02, p. 9-32, 2008.

CELIO, A Costa. **A Economia Contemporânea de Goiás**. Goiânia: Ed da UCG 1985

CHAUL, Nasr Nageb Fayad. **Caminhos de Goiás: da Construção da decadência nos limites da modernidade** / Nasr Nageb Faya e Chaul 2. ed. Remp – Goiânia: Ed da UFG, 2002. 253 p: il.

COSTA, Rogério – Hola (Rogério Haesbaert da), 1958. **A nova des – Ordem Mundial** / Rogério Haesbaert, Carlos Walter Porto Gonçalves, São Paulo: Editora UNESP, 2006.

DINIZ, Clelio Campolina, et al. **A nova configuração regional brasileira e sua geografia econômica**. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 33, n. 4, 2003 p. 669.

DRAIBE, Sônia M. **Rumos e Metamorfoses**. Paz e Terra: São Paulo, 1985.

ESTEVAM, L. A.. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

FERRAZ, J. C.; PAULA, G. M.; KUPFER, D. **Política industrial**. In: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2002. Cap. 23.

FONSECA, Reinaldo. Uma Nova Proposta de Política Industrial para Goiás. In: GOIÁS. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento. Conjuntura Econômica Goiana, Goiânia, n. 01, jul. 2004.
Disponível: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/conj/conj1/05.htm>. Acesso em: 13/11/2012.

GUIMARÃES, Carlos Rocha. **Interpretação literal das isenções tributárias**. In: **Proposições tributárias**. São Paulo: Resenha Tributária, 1975.

HADDAD, P. R. et al. **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1989.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

HIRSCHMAN, A. **The Strategy of Economic Development**. Rio de Janeiro Fundo de Cultura, 1961.

IPEA, IBGE, UNICAMP, IE, NESUR, IPARDES. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**. Brasília, 2000. v. 6, 206p.

LASTRES, H.; CASSIOLATO, J. E.; ARROIO, A. (Comp.). **Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Contraponto, 2005.

LIMA, Luiz Cruz. **A industrialização recente do Ceará**. Anais do Encontro de Geógrafos da América Latina. Buenos Aires, 23 de março e 1999. MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo.

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**, tradução: Estela dos Santos Abreu – São Paulo – Martins Fontes, 1981.

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. **Nova Estratégia de Desenvolvimento para o Brasil. Um enfoque de Longo Prazo**: Revista Economia Política 26 (2) 2006.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia**. São Paulo: nova Cultural, 1988 (Os Economistas; Primeira edição: 1890).

MATHIEU, Hans; OLIVEIRA, Marco Antonio de (Orgs). **A nova política industrial: o Brasil no novo paradigma**. São Paulo: Marco Zero: ILDEFES, FINEP, 1996.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/>>

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1960 (Biblioteca Universitária) (Edição original: 1957).

MYTELKA, L.; FARINELLI, F. **De aglomerados locais a sistemas de inovação**. In:

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica a razão dualista**. Estudos Cebrap, São Paulo, n. 2, p. 4-82, out-dez 1972.

OLIVEIRA, Francisco de. Celso Furtado. **A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

OLIVEIRA, Francisco de. Celso Furtado. **Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo; Ed. Ática, 1983.

PASCHOAL, Júlio Alfredo Rosa – **O Papel do Fomentar no processo de estruturação industrial de Goiás** - 1984 a 1999. Universidade Federal de Uberlândia – UFU, 2001. (Dissertação de Mestrado).

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente; KAHIL, Samira Peduti. **O território e as redes: considerações a partir das estratégias de grandes empresas**. In: GERARDI, Lucia Helena de Oliveira; CARVALHO, Pompeu Figueiredo de (orgs.). Geografia: ações e reflexões. Rio Claro – SP: Programa de Pós-Graduação em Geografia – UNESP; Associação de Geografia Teórica – AGETEO, 2006, p. 217-229.

PERROUX, François. **O Conceito de Pólo de Desenvolvimento**. In Schwartzman, J. (org.) **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977. (Primeira edição: Note sur la notion de pôle de croissance, 1955).

SCHMITZ, H. **Aglomerações produtivas locais e cadeias de valor: como a organização das empresas influencia o aprimoramento produtivo**. In: LASTRES, H.; CASSIOLATO, J. E.; ARROIO, A. (Comp.). **Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Contraponto, 2005.

SCHUMPETER **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. 534 p. (Primeira edição: 1942).

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 170 p. (Os Economistas; Primeira edição: 1911).

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE GOIÁS. Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação. *Produto Interno Bruto dos Municípios Goianos - 2002 a 2007*. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepim>. Acesso em: 20 dez. 2009.

SOUZA **Teoria de pólos, regiões inteligentes e sistemas regionais de inovação**. Revista Analise Econômica, Porto Alegre, v.16, n.1, p.87-112, jan./jun. 2005.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento polarizado e desequilíbrios regionais no Brasil**. Revista Analise Econômica, Porto Alegre, v. 11, n.19, p.29-59, 1993.

SUZIGAN, W. (1996); **“Experiência histórica de política industrial no Brasil”**, Revista de Economia Política, vol.16, n.1, jan-março.

SUZIGAN, W.; FURTADO, J. **Política industrial e desenvolvimento**. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 26, n. 2 (102), p. 163-185, abr./jun. 2006.

TAVARES, H. M. **Inovações tecnológicas e suas implicações**. In: PIQUET, R.; TOLOSA, Hamilton C. **Pólos de crescimento: teoria e política econômica**. (1972, p. 196-197).

VARSAÑO - 2009 - Planejamento e Políticas Públicas, No 15 (1997). Capa · Sobre · Acesso · Cadastro · Pesquisa · Atual · Edições Anteriores · Notícias · Site Ipea · Capa > No 15 www.seplan.gov.br/sep/sep/pub/conj1/05.htm A Nova Proposta de Política. Revista Ipea: planejamento e políticas públicas. Rio de Janeiro, n. 23, jun. 2001.

VARSAÑO, Ricardo. A guerra fiscal do ICMS: quem ganha e quem perde. Texto para discussão nº 500, IPEA, 1998 MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Disponível em: < <http://www.integracao.gov.br/> >.

APÊNDICE

TABELA 24 - GOIÁS: Estrutura do PIB – 1990 - 2002

Ano	Estrutura do PIB por setores (%)			
	PIB	Agropecuária	Indústria	Serviços
1990	100	14,5	24,8	60,8
1991	100	13,6	25,3	61,1
1992	100	13,3	27,5	59,2
1993	100	16,2	26,7	57,1
1994	100	18,7	28,3	53,0
1995	100	18,1	26,1	55,9
1996	100	15,8	26,7	57,4
1997	100	15,9	29,4	54,7
1998	100	16,4	28,7	54,9
1999	100	16,2	29,6	54,3
2000	100	17,2	32,5	50,3
2001	100	17,5	35,0	47,4
2002	100	22,5	32,6	44,9

Fonte: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Contas Regionais /Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica – 2005.

TABELA 25 - PIB por setor de atividade de Goiás, Centro-Oeste e Brasil 1970 - 1995

Unidade	Agropecuária			Indústria			Serviços		
	1970	1985	1995	1970	1985	1995	1970	1985	1995
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Centro-Oeste	7,0	7,4	7,1	0,9	2,8	3,6	4,3	4,4	4,8
Goiás	3,9	3,5	3,2	0,4	1,2	1,8	1,6	2,2	2,3
Goiás/CO (%)	55,7	47,2	45,0	44,4	42,8	50,0	37,2	50,0	47,9

Fonte: Contas Nacionais FGV e dados do IPEA. NB. Sem o Distrito Federal em todo o período.

TABELA 26 - Goiás, Centro-Oeste e Brasil: participação nos investimentos do BNDES – desembolso de recursos –1999-2004

(%)

Especificação	Goiás / Centro-Oeste						Goiás / Brasil					
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Total	39,6	27,5	24,2	39,1	35,0	23,7	2,4	2,4	1,6	2,7	2,8	3,1
Agropecuária	27,5	31,4	30,4	27,2	28,7	26,5	5,9	7,2	6,1	6,5	8,0	8,9
Indústria Extrativa	100,0	23,3	78,6	88,53	86,5	72,1	0,1	0,3	0,3	0,6	9,9	1,9
Indústria de Transformação	83,7	71,0	72,3	66,8	55,8	48,1	2,5	1,7	1,3	0,7	0,5	1,2
Comércio / Serviços	28,4	18,8	8,9	44,7	37,9	17,1	2,3	2,4	0,9	3,8	4,1	2,4

Fonte: BNDES

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica – 2005.

TABELA 27 - Goiás, Centro-Oeste e Brasil: participação nos investimentos do BNDES - desembolso de recursos – 2006-2008.

Especificação	Part. Goiás/Centro Oeste (%)			Part. Goiás/Brasil (%)		
	2006	2007	2008	2006	2007	2008
Total geral	31,1	41,4	48,1	2,2	3,7	5,3
Agropecuária e Pesca	33,7	25,9	21,4	7,4	4,7	4,2
Comércio e Serviços	20,9	33,8	47,8	2,4	3,5	5,4
Indústria de Transformação	69,4	70,2	56,8	1,5	3,8	5,6
Indústria Extrativa	77,0	70,1	64,9	0,5	1,0	0,3

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica – 2009.

TABELA 28 - Goiás e Centro-Oeste – empregos gerados por programa – 1989 a 2004

Programa	Goiás				Centro-Oeste			
	1989	2002	2003	2004	1989	2002	2003	2004
Total	231.587	51.439	39.685	57.238	706.001	174.423	145.914	141.161
Empresarial	65.060	19.272	11.781	18.431	145.265	36.660	21.692	30.022
Industrial	54.514	13.390	10.448	15.841	120.267	21.591	16.500	24.527
Infraestrutura	675	18	138	62	5.444	4.262	453	351
Turismo	651	124	157	204	3.008	561	272	630
Comércio / Serviços	9.220	5.740	1.038	2.324	16.546	10.246	4.467	4.514
Rural	166.527	32.167	27.904	38.807	56.074.6	137.763	124.222	111.139
Rural Integração	125.564	29.314	19.989	18.827	31.924.3	79.122	62.612	50.042
PRONAF	9.446	1.377	1.640	9.929	34.672	4.517	5.782	22.584
PRONAF – RA	19.315	1.439	6.273	10.044	97.835	53.530	55.772	38.430
PRO Natureza	46	37	2	7	321	594	56	33

Fonte: Banco do Brasil / Fundo Constitucional do Centro-Oeste. Elaboração da autora.

TABELA 29 – Goiás e Centro-Oeste: empregos gerados por programa com recursos do FCO – 2005 a 2008

Programa	Goiás				Centro-Oeste			
	2005	2006	2007	2008	2005	2006	2007	2008
Total	51.600	70.580	86.509	197.096	180.375	216.969	254.571	457.608
Empresarial	10.303	14.723	29.846	41.088	23.774	37.868	58.534	114.335
Industrial	5.981	7.820	21.356	21.700	12.834	17.606	38.167	45.558
Infra-estrutura	-	6	-	14	1.644	1.839	6	6.691
Turismo	90	194	553	2.219	404	451	1.443	9.439
Comércio Serviços	4.232	6.703	7.987	17.155	8.892	17.972	18.918	52.647
Rural	41.297	55.857	56.613	156.008	156.601	179.101	196.037	343.273
Rural / Integração	23.949	31.124	36.163	51.139	56.487	66.685	77.395	110.222
PRONAF	11.728	11.946	10.809	95.562	23.937	20.480	24.110	175.571
PRONAF – RA	5.511	12.618	9.027	7.520	76.005	91.302	88.203	50.553
Pro Natureza	109	169	614	1.787	172	634	6.329	6.927

Fonte: Banco do Brasil / Fundo Constitucional do Centro-Oeste.

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica – 2009.

Nota: empregos diretos e indiretos

TABELA 30 - Rede rodoviária em Goiás – 2007

Categoria	Total	Planejada	Construção	Não pavimentadas	Pavimentando	Pavimentada
Total	24.931,3	1.766,7	-	9.366,9	1.446,7	12.351,0
Federal	4.159,0	637,7	-	244,9	222,4	3.054,0
Estadual coincidente	2.025,0	0,0	-	259,0	98,0	1.668,0
Estadual	18.747,3	1.129,0	-	8.863,0	1.126,3	7.629,0

Fonte: AGETOP – SEPLAN – SEPIN-GO – Gerência de Estatística Socioeconômica, 2005
Elaboração: a autora.

TABELA 31 - Extensão de rodovias em Goiás – não pavimentadas (km) – 1990-2011

Categoria	1990	1999	2004	2007	2011
Total	11.331	12.734	9.631	9.366	8.432
Federal	508	493	238	244.9	205.6
Estadual	930	677.0	332.0	259.0	2.171
Trânsito					
Estaduais	9.893	11.051	9.061	8.863	8.009

Fonte: AGETOP – SEPLAN – SEPIN – GO – Gerência de Estatística Socioeconômica, 2005
Elaboração: a autora.

TABELA 32 - Consumo de energia elétrica por classe – 1995, 2000, 2005 – 2008

Ano	Total	(Mwh)							
		Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poder Público	Iluminação pública	Serviço público	Próprio
1995	4.944.873	1.699.421	1.537.202	701.688	366.026	123.117	339.033	170.987	7.399
2000	6.578.528	2.334.466	1.680.606	1.051.133	654.638	175.067	463.541	212.894	6.183
2005	8.217.238	2.493.832	2.608.917	1.212.342	871.168	259.225	492.909	273.145	5.700
2006	8.490.470	2.583.170	2.749.643	1.274.523	827.855	272.503	485.598	291.107	6.071
2007(1)	9.184.356	2.708.897	2.955.372	1.425.141	1.012.943	293.497	474.070	307.532	6.901
2008(1)	9.657.068	2.840.130	3.150.610	1.548.812	1.014.639	300.283	484.039	311.338	7.217

Fonte: Centrais Elétricas de Goiás S/A / Companhia Hidrelétrica São Patrício/SEINFRA.
Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica – 2009.
(1) Preliminar

TABELA 33 - Estado de Goiás: estrutura do Valor Adicionado das grandes atividades econômicas -1995-2009

Ano	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
1995	13,9	20,4	65,7	100,0
1996	12,0	19,8	68,2	100,0
1997	12,4	20,7	67,0	100,0
1998	13,1	20,6	66,3	100,0
1999	12,5	21,9	65,7	100,0
2000	14,0	24,0	62,0	100,0
2001	15,2	24,4	60,5	100,0
2002	18,7	23,9	57,4	100,0
2003	18,3	23,2	58,5	100,0
2004	17,2	25,0	57,9	100,0
2005	13,4	26,0	60,7	100,0
2006	10,3	26,5	63,2	100,0
2007	11,0	27,0	62,0	100,0
2008	12,8	26,2	61,0	100,0
2009	14,0	27,0	59,0	100,0

Elaboração: Segplan-GO/Sepin/Gerência de Contas Regionais Indicadores – 2011.

TABELA 34 - Número de estabelecimentos industriais em Goiás – 2001, 2003, 2007

Especificação	2001	2003	2007(1)
Total	10.405	11.644	12.271
Produtos minerais não metálicos	819	944	871
Metalúrgica	649	723	767
Mecânica	25	168	197
Materiais elétricos e de comunicação	98	112	134
Materiais de transporte e transporte	89	110	109
Madeira	296	307	271
Mobiliário	651	626	564
Papel e papelão	49	64	74
Couros peles e produtos similares	111	130	138
Química	151	185	214
Produtos farmacêuticos	57	85	113
Perfumaria sabões e velas	77	88	124
Produtos de material	109	161	212
Têxtil	83	99	97
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	2.828	3.414	3.825
Produtos alimentares	3.116	3.056	3.055
Bebidas, álcool	84	98	111
Fumo	18	5	4
Editorial e gráfica	301	381	424
Borracha	34	38	52
Diversos	684	853	915

Fonte: Secretaria da Fazenda

(1) Julho

QUADRO 8 – Destilarias - produção de álcool e açúcar – 2007 e 2008

Municípios	Destilarias	2007		Situação
		Açúcar (t)	Álcool (mil litros)	
ESTADO DE GOIÁS	58	952.312	1.213.733	-
ESTADO DE GOIÁS (1)		958.419	1.725.935	-
Acreúna	Usina Canadá S/A	-	-	Em operação (2008)
	Cotril Açúcar e Álcool Ltda.	-	-	Previsão de produção em 2009
Anicuns	Anicuns S/A Álcool Derivados	117.734	74.737	Operação
Aporé	Nardini Agroindustrial Ltda.	-	-	Previsão de produção em 2010
Cachoeira Alta	Eth Bioenergia S/A	-	-	Em implantação
Cachoeira Dourada	Usj Açúcar e Álcool S/A - São Francisco	-	-	Projeto
Caçu	Mendo Sampaio S/A	-	-	Projeto
	Rio Claro Agroindustrial Ltda.	-	-	Projeto
Carmo do Rio Verde	Crv Industrial Ltda.	55.620	66.813	Operação
Chapadão do Céu	Usina Porto das Águas Ltda.	-	-	Previsão de produção em 2009
Edéia	Tropical Bioenergia S/A	-	-	Em operação (2008)
Goianésia	Codora Álcool e Energia Ltda. (Unidade Otávio Lage)	-	-	Projeto
	Usina Goianésia S/A	99.868	25.071	Operação
	Jalles Machado S/A	153.885	66.131	Operação
Goiatuba	Goiasa Goiatuba Álcool Ltda.	108.614	49.151	Operação
	Vale Verde Empreendimentos Agrícolas Ltda.	-	-	Em operação (2008)
Gouvelândia	Usj Açúcar e Álcool S/A - São Francisco	-	-	Projeto
Inaciolândia	Destilaria Rio dos Bois Ltda.	-	-	Projeto
Inhumas	Centroálcool S/A	-	103.002	Operação
	Ipê Agro Milho Industrial Ltda.	-	-	Previsão de produção em 2009
Ipameri	Lasa Lago Azul Ltda.	-	12.783	Operação
Itapaci	Vale Verde Empreendimentos Agrícolas Ltda.	-	119.342	Operação
Itapuranga	Vale Verde Empreendimentos Agrícolas Ltda.	-	26.461	Operação
Itarumã	Energética do Cerrado Açúcar e Álcool Ltda.	-	-	Previsão de produção em 2010
Itumbiara	Itumbiara Energética Ltda. – Itel	-	-	Projeto
	Central Itumbiara de Bioenergia e Alimentos Ltda.	-	-	Previsão de produção em 2009
	Usina Panorama S/A	-	86.239	Operação
	Usina Planalto Ltda.	-	-	Projeto
	Usina Santa Luzia de Açúcar e Álcool Ltda.	-	-	Projeto

Jandaia	Denusa Destilaria Nova União S/A	-	108.238	Operação
Jataí	Cosan Centroeste S/A Açúcar e Álcool	-	-	Projeto
	Elcana Goiás Usina Açúcar A. L.	-	-	Previsão de produção em 2010
	Grupo Cabrera	-	-	Previsão de produção em 2011
	Grupo Cansanção do Sinimbu	-	-	Previsão de produção em 2010
Mineiros	Brenco Goiás Ind Com Etanol Ltda. M	-	-	Projeto
	Brenco Goiás Ind Com Etanol Ltda. M	-	-	Previsão de produção em 2011
Montividiu	Cosan Centroeste S/A Açúcar e Álcool	-	-	Previsão de produção em 2009
	Destilaria Serra do Caiapó S/A	-	-	Em operação (2008)
Morrinhos	Açúcar e Álcool Camargo e Mendonça Ltda. – Camen	-	-	Previsão de produção em 2009
Paraúna	Cosan Centroeste S/A Açúcar e Álcool	-	-	Previsão de produção em 2009
	Usina Nova Gália Ltda.	-	-	Em operação (2008)
	Paraúna Açúcar e Álcool S/A	-	-	Projeto
Pontalina	Usina Quixadá Fabricação de Açúcar e Álcool Ltda.	-	-	Previsão de produção em 2010
Porteirão	Usina Fortaleza Açúcar e Álcool Ltda.	-	15.000	Operação
Quirinópolis	Usina Boa Vista S/A	-	-	Em operação (2008)
	Usj Açúcar e Álcool S/A - São Francisco	89.862	59.796	Operação
Rio Verde	Usina Rio Verde Ltda.	-	18.153	Operação
Rubiataba	Cooperativa Agroind Rubiataba Ltda. - Cooper-Rubi	-	103.268	Operação
Santa Helena de Goiás	Usina Santa Helena de Açúcar e Álcool S/A	168.361	52.037	Operação
Santo Antônio da Barra	Floresta S/A Açúcar e Álcool	-	-	Projeto
São Simão	Energética São Simão S/A	-	-	Em operação (2008)
Serranópolis	Usina Cansanção do Sinimbu S/A	-	-	Em implantação
	Energética Serranópolis Ltda.	-	35.843	Operação
Silvânia	Ouro Verde S/A	-	-	Previsão de produção em 2009
Turvelândia	Vale do Verdão S/A Açúcar e Álcool	158.368	185.668	Operação
Uruaçu	Uruaçu Açúcar e Álcool Ltda.	-	-	Em operação (2008)
Vicentinópolis	Caçu Com. e Ind. de Açúcar e Álcool Ltda.	-	-	Em operação (2008)

Fonte: SIFAEG / PRODUZIR / ÚNICA / CONAB.
Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica – 2009.

(1) Referem-se ao ano de 2008 (preliminar)
(2) Previsão
Nota: Em 2008, 28 usinas em operação.

